

**IVO TONET  
SERGIO LESSA**

**A GRANDE REVOLUÇÃO RUSSA  
(1917 A 1921)**





**Diagramação:** Thayná Omena

**Revisão:** Sidney Wanderley

**Capa:** Fernanda Beltrão

### **Catálogo na Fonte**

Departamento de Tratamento Técnico Coletivo Veredas  
*Bibliotecária responsável: Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717*

---

T664g      Tonet, Ivo.  
A grande Revolução Russa (1971-1921) / Ivo Tonet, Sergio Lessa.–  
Maceió : Coletivo Veredas, 2018.  
150 p.  
Bibliografia: p. [149]-150.  
ISBN: 978-85-92836-29-0.  
1. Revolução Russa. 2. Contrarrevolução. 3. Guerra civil. I. Título.  
CDU: 323.272=161.1

---

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

**IVO TONET  
SERGIO LESSA**

**A GRANDE REVOLUÇÃO RUSSA  
(1917 A 1921)**

1ª Edição  
Coletivo Veredas  
Maceió 2018



## Sumário

Prefácio .....	7
Capítulo I – A Rússia Czarista.....	27
Capítulo II – De Fevereiro às Teses de Abril .....	37
Capítulo III – Dos Dias de Abril ao mês de Julho .....	47
Capítulo IV – A Contrarrevolução se Levanta.....	59
Capítulo V – De Kornilov à Revolução de Outubro .....	67
Capítulo VI – A Insurreição de Outubro.....	79
Capítulo VII – A Guerra Civil.....	93
Capítulo VIII – O Partido Bolchevique após 1917 .....	103
Capítulo IX – Kronstadt e Makhno .....	115
Capítulo X – O X Congresso .....	133
Conclusão .....	143
Bibliografia .....	149



# Prefácio

## 1 – Introdução

A comemoração dos cem anos da revolução russa é um momento precioso, para os revolucionários, para refletir sobre esse importantíssimo acontecimento histórico. Não apenas para um aséptico conhecimento histórico, mas para, ao compreender a sua complexa processualidade, abstrair lições para as lutas no momento atual. Se é verdade, e para os revolucionários é, que a luta entre capital e trabalho é a luta fundamental do nosso tempo, então, fica claro que aquele acontecimento foi apenas um momento específico dessa guerra e que ela, ainda hoje, permanece como motor da história.

É inegável que a revolução russa de 1917 representou um acontecimento de proporções gigantescas na história da humanidade. Mesmo não tendo tido sucesso na obtenção dos seus objetivos, suas repercussões – econômicas, políticas, sociais, ideológicas e culturais – foram imensas. E nem mesmo é preciso ser favorável a ela para reconhecer isso. Basta ser intelectualmente honesto. De modo especial, porém, despertou em milhões de trabalhadores a esperança de um mundo sem exploração e sem desigualdade social. Milhões de pessoas, na Rússia, deram a vida na esperança de que esse mundo pudesse ser construído. Milhões de pessoas, em outras partes do mundo, também apoiaram essa luta. Além disso, inúmeros movimentos de libertação nacional, na América Latina, na África e na Ásia, também foram fortemente influenciados e muitas vezes apoiados pela União Soviética.

Assim como a revolução russa, todas as outras tentativas de revolução socialista não conseguiram atingir o seu objetivo. O que aconteceu para que essas tentativas não tivessem sucesso? Por que fracassaram?

Para os capitalistas, das mais variadas tendências, o fracasso de todas essas tentativas é a prova empírica, cabal, de que o socialismo é inviável. O argumento mais fundamental, de caráter filosófico, é que o ser humano é egoísta por natureza e que, em vista disso, a desigualdade social nunca poderá ser inteiramente suprimida. O único caminho que se supõe possível seria o aperfeiçoamento da atual ordem social. Segundo eles, o capitalismo, aliando a liberdade da “iniciativa privada” ao sistema democrático, seria a forma mais elevada possível da sociabilidade humana.

Muitos daqueles que apoiaram a revolução, ao verem os descaminhos por ela trilhados, também se convenceram de que a superação radical do capitalismo, especialmente após as enormes transformações acontecidas nas últimas décadas, seria algo utópico, no sentido de desejável, mas impossível. Nada mais do que um horizonte que, como todo horizonte, continua sempre se afastando na medida em que se avança. Uma variante deles afirma, como Boaventura de Souza Santos, que o “socialismo é a democracia sem fim”.

Porém, para os socialistas, também de diversas extrações, que não se deixaram desencaminhar pelas “evidências empíricas”, o fracasso é apenas prova de que foram circunstâncias históricas que impediram que aquele objetivo fosse alcançado e que não é, de modo nenhum, uma impossibilidade absoluta.

Para um revolucionário consequente, isto é, que tem uma concepção materialista da história sólida, o argumento de que existe uma natureza humana egoísta é inteiramente equivocado. Se admitirmos que o trabalho é a categoria fundante do ser social, de sua análise decorrerá que o ser humano se constrói integralmente a si mesmo, tanto na sua objetividade quanto na sua subjetividade. Mesmo pressupondo, sempre, uma base natural, a específica natureza humana é resultado das relações sociais. Desse modo, o ser humano não nasce nem egoísta nem solidário. Ele se torna egoísta ou solidário dependendo das relações sociais concretas, em cada momento e lugar históricos. E, de modo especial, o que matriza, em última instância, essa natureza humana serão aquelas relações mais fundamentais para a existência humana, ou seja, as relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza.

Como consequência, são os seres humanos, e exclusivamente eles, que fazem a história, para o bem ou para o mal. Em princípio,



pois, não há nenhum impedimento para que, tendo feito a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo, os homens não possam construir outra forma de sociabilidade, fundada em uma forma de trabalho que não implique nenhuma exploração dos seres humanos entre si. Vale enfatizar que não é inevitável, porque a história não é um processo teleologicamente orientado. São os seres humanos que a fazem. Pode até ser, então, que a construção de uma sociedade comunista não seja efetivada. Todavia, o que fica absolutamente claro é que ela possível. Lembrando Marx (2008, 207): “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”.

## **2 – Obstáculos a uma discussão séria**

Um acontecimento que envolveu contendores tão gigantescos e que teve tão grandes consequências não poderia deixar de despertar imensas paixões. A favor e contra. Não só entre os participantes e aqueles que os apoiavam, mas mesmo entre aqueles que se propuseram analisá-lo. Milhares de páginas já foram escritas e certamente outros milhares serão escritos sobre esse acontecimento. Não é, evidentemente, nem por sombra, nossa intenção entrar nesse debate. Nossa intenção, aqui, é simplesmente alertar para os perigos que essa prévia tomada de partido pode acarretar, e muitas vezes acarretou, para uma análise o mais objetiva possível.

Não nos referimos, aqui, às posições daqueles que, por opção – consciente ou inconsciente – assumem a perspectiva burguesa. Nosso interesse volta-se para aqueles que são, de alguma forma, favoráveis à revolução. Entre esses também se cristalizaram determinadas posições que dificultam enormemente a análise científica.

Que haja posições divergentes, é inteiramente normal. Nada mais compreensível, ainda mais, diante da magnitude e da excepcionalidade desse evento. O que preocupa não é a quantidade de posições a esse respeito. Preocupante é a cristalização de todas essas posições. Disso resulta um sectarismo que inviabiliza qualquer análise científica. Já não se trata mais, então, de compreender o processo histórico, mas de defender determinada posição. Desse modo, defrontam-se leninistas, trotskistas, stalinistas, anarquistas, autonomistas e socialistas democráticos, com as mais variadas subdivisões em cada uma dessas posições. Imiscui-se nisso também o culto a determinadas personalidades que tiveram um papel destacado nesse

processo – Lenin, Trotski, Stalin – ou que tiveram posições relevantes a respeito dele, como o caso de Bakunin, Kropotkin e outros anarquistas. Esse culto, tanto à revolução – refletido nos adjetivos que a designam – gloriosa, vitoriosa, grandiosa, extraordinária etc – quanto a essas personalidades cria ao seu redor uma auréola de intocabilidade, de inquestionabilidade, de justificativa das ideias e dos procedimentos que integraram todo esse processo, impedindo, assim, um questionamento em maior profundidade.

Como consequência, cada um desses grupos, encastelado na sua posição, pretende-se o detentor da compreensão mais verdadeira do processo revolucionário. Qualquer questionamento das posições defendidas por cada um deles é imediatamente qualificado como heresia, deformação burguesa, ou até defesa do capitalismo.

Não há porque ter medo do questionamento. Obviamente, desde que ele seja sério. O argumento de que não devemos exercer a crítica para não levar água ao moinho dos inimigos da revolução e do socialismo é completamente equivocado e tem sido desmentido pela história. Pelo contrário, a falta de crítica e o impedimento desta com aquele argumento teve efeitos desastrosos pois impediu que se efetivassem a tempo correções necessárias. E, além disso, essa ausência e o sufocamento das críticas não impediram o fracasso da revolução. Vale observar que estamos falando de críticas pela esquerda, isso é, sempre defendendo tanto a revolução como o socialismo e não pela direita, negando essas duas categorias.

Mesmo que a objetividade seja algo difícil de atingir, urge ter uma atitude de estar aberto a ouvir posições divergentes, examinar com cuidado os argumentos, evitar rótulos que pretendem, por si mesmos desqualificar o oponente, dispor-se a questionar tudo, seguindo a máxima marxiana “De omnibus dubitandum” e, especialmente, ater-se à realidade objetiva. Além disso, é da máxima importância explicitar os pressupostos que nortearão toda a abordagem.

Em nosso caso, entre esses pressupostos, estes nos parecem fundamentais: 1) O trabalho como categoria fundante do ser social. Sua importância advém do fato de que é a partir dele que se pode entender, de forma materialista e dialética, todo o processo histórico. Além disso, porque sua forma específica – o trabalho associado – terá que ser o critério mais importante, embora não único, para avaliar a natureza da revolução. Para além disso, também é muito importante uma vez que, por um conjunto de circunstâncias históricas, seu lugar foi ocupado pela categoria da política que, como sabemos, é uma expressão da subjetividade. 2) O objetivo a ser atingido: Se, como no caso presente, o objetivo é a construção de uma ordem social comu-

nista, então deverão ser, inicialmente, explicitados os parâmetros gerais que a delimitarão, pois só eles possibilitarão uma avaliação do processo histórico. 3) A categoria da totalidade. Como categoria ontológica, isto é, componente da própria realidade social, expressando o fato de que a realidade social é um conjunto de partes articuladas entre si, em permanente processo de desenvolvimento, em determinação recíproca, permeadas de mediações e contradições e cuja matriz é o trabalho. E como categoria gnosiológica, no sentido de que nenhuma parte pode ser compreendida sem que seja remetida à totalidade da qual é um momento e de que o todo é maior do que as partes. 4) A relação entre objetividade e subjetividade. Dois momentos que compõem a práxis humana. Aqui a questão é: como se articulam esses dois momentos? Do ponto de vista do materialismo histórico, sabemos que, entre esses dois momentos, a prioridade ontológica está do lado da realidade objetiva. Isto não significa nenhuma diminuição da importância da subjetividade, apenas expressa que a realidade objetiva – sempre resultado da atividade humana – põe determinado campo de possibilidades para a atuação subjetiva. Este campo, evidentemente, nunca é rigidamente delimitado. Dentro dele, a subjetividade pode agir, alargando-o mais ou menos dependendo de uma série de outros elementos que entram em jogo. Mas, de todo modo, este campo tem, finalmente, limites que não podem ser ultrapassados. Toda tentativa de ultrapassá-los resultará, fatalmente, em fracasso em relação ao objetivo pretendido. 5) Classes e lutas de classes. Categorias absolutamente fundamentais para se compreender o processo histórico desde a existência da propriedade privada. Elas, certamente, não são as únicas, pois o processo histórico é extremamente complexo, envolvendo inúmeras outras categorias. Todavia, mais do que quaisquer outras, elas são essenciais para uma análise científica.

Estes são, a nosso ver, pressupostos indispensáveis, pois eles nortearão a abordagem do fenômeno da revolução.

### **3 – Situação do debate**

Não é nossa intenção, nesse livro, discutir os argumentos dos conservadores. Seu compromisso ideológico, consciente ou inconsciente, com a burguesia os obriga a defender a impossibilidade do socialismo, não se importando com a verdade. Também não será nosso objetivo discutir os argumentos esgrimidos pelas diversas posições daqueles que defendem a possibilidade do so-

cialismo. No entanto, é importante sinalizar, mesmo que em linhas muito gerais e com a simplificação que isso implica, essas diversas posições.

A primeira grande questão presente nesse debate é: qual a natureza dessa revolução? Ela teve ou não um caráter socialista?

Considerando que é consenso que a revolução fracassou, surgem novas questões. No caso de que a resposta à questão da natureza da revolução seja de que ela não foi socialista, o debate centra-se, então, na tentativa de compreender qual o seu caráter. No caso de que a resposta à questão da natureza seja positiva, isto é, que teve um caráter socialista, novas questões emergem: quando, porque e como deixou de ser socialista?

Quanto à primeira resposta – negativa – a respeito do caráter socialista, ela é encampada, em geral, por autores anarquistas e autonomistas. Os argumentos principais desses autores são de três ordens, interconectadas. Primeiro: o fato de que a direção do processo foi assumida pelo partido bolchevique, um partido cujas ideias, estrutura e organização o afastavam e o sobrepunham às massas. Segundo: o de que a burocratização e a manutenção do Estado impediram que os trabalhadores assumissem, eles mesmos, o poder a gestão da produção. Terceiro: o de que as medidas concretas tomadas pelo partido bolchevique, que ocupava o poder do Estado, inviabilizaram a eliminação da cisão – típica do capitalismo – entre os que pensam e planejam e os que executam. Vale dizer, suprimiram as relações de propriedade, mas não as relações de produção.

Quanto à segunda resposta – positiva, – que afirma o caráter socialista da revolução, há posições diversas em relação à questão de quando degenerou. Alguns admitem que ela trilhava, embora com defeitos, tropeços e inúmeros problemas, o caminho do socialismo enquanto esteve sob a liderança de Lenin e que começou a degenerar sob a direção do Stalin, ainda que isso não tenha sido algo imediato, mas resultado de todo um processo. Outros afirmam que a degeneração começou, efetivamente, com Stalin. Outros, ainda, sustentam que, mesmo sob Stalin, ela teria conservado seu caráter essencialmente socialista, embora cada vez mais diminuído. Desse modo, sua completa degeneração teria se efetivado apenas sob os sucessores de Stalin, especialmente Yeltsin e Gorbachev.

Quanto às causas do fracasso, estas seriam variadas: a guerra civil com todas as suas consequências econômicas, políticas e sociais, o cerco e as invasões das potências estrangeiras, o fracasso da revolução alemã e de outras tentativas revolucionárias na Europa, o atraso econômico e social da Rússia, a redução da própria classe operária

como resultado da guerra civil e do enfrentamento das invasões estrangeiras, o processo de burocratização, tanto do partido bolchevique como do Estado, a necessidade de utilizar os serviços de muitos burocratas que já faziam parte do Estado sob o czarismo, a necessidade de utilizar os serviços de inúmeros oficiais czaristas, dada a insuficiência e o despreparo dos que existiam no exército vermelho e, com isso, restabelecendo a hierarquia militar anterior, as insurreições camponesas, como consequência do comunismo de guerra e outros procedimentos do aparelho de Estado soviético, as revoltas e as greves mesmo entre os trabalhadores das cidades como resultado da fome, da miséria e de outros problemas sociais, o despreparo da própria classe operária para assumir o processo de produção e o exercício do poder político.

Como vimos, o pressuposto básico dos que defendem o caráter não socialista da revolução russa – posição anarquista e autonomista – é o processo de burocratização, a manutenção do Estado, a direção autocrática imposta pelo partido bolchevique e, com isso, o afastamento da classe operária da gestão do processo de produção. O argumento *a converso* é de que se a direção tomada fosse aquela preconizada pelos anarquistas e autonomistas, se não tivesse havido aquele processo burocratizante, o Estado tivesse sido eliminado e a gestão da produção tivesse ficado nas mãos dos trabalhadores a revolução poderia ter prosseguido com sucesso. Poderia até, quem sabe, ter sido derrotada pela guerra civil e pelas invasões estrangeiras, mas nunca por medidas tomadas pelos próprios revolucionários.

De modo diferente, o pressuposto fundamental dos que defendem o caráter socialista da revolução é de que ela foi, de fato e desde o início, uma revolução socialista. Estribam-se eles, essencialmente, na nacionalização e na estatização da economia, no planejamento econômico centralizado e na extinção da propriedade privada. Sob a direção do Estado Operário, este tripé comporia a base material sobre a qual se processaria a transição do socialismo (entendido apenas como período de transição) ao comunismo. As causas da degeneração seriam aquelas pontadas acima.

Nossa posição é de que a revolução russa não foi uma revolução socialista. Mas, nossos argumentos para sustentar essa tese são inteiramente diferentes dos anarquistas e autonomistas. De todo modo, entendemos que a questão do caráter da revolução russa é a primeira que deve ser abordada. A nosso ver, esse é o ponto de partida inescapável para se poder resgatar a orientação revolucionária.

Todavia, como as ideias de Marx foram, de algum modo, embora com interpretações diferentes, as que orientaram o processo

revolucionário, faz-se necessário expor, ainda que em caráter sumário, seus elementos principais.

#### **4 – A teoria marxiana do comunismo e da revolução: elementos gerais**

Independente da interpretação que cada partido dava ao pensamento de Marx, a ampla maioria era profundamente influenciada pelas ideias desse pensador. Afinal, tratava-se, para todos, de eliminar a propriedade privada, as classes sociais, o capitalismo, o Estado, enfim, de construir uma sociedade na qual estivesse ausente toda desigualdade social. Nada mais justo, desse modo, que se comece por expor, ainda que apenas em seus elementos mais gerais, a teoria marxiana. Sabemos, todavia, que há várias interpretações dessa teoria. Por isso, deixaremos claro antecipadamente o fio condutor de nossa análise.

Entendemos que essa teoria começa pela categoria do trabalho. Ao tomar como ponto de partida essa categoria, especialmente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, em *A Ideologia Alemã* e em *O Capital*, Marx constata que o trabalho, como produtor de valores-de-uso é a categoria que funda o ser social. Síntese de subjetividade e realidade objetiva natural, o trabalho, por sua natureza, dá origem a um tipo de ser que, embora sempre pressupondo o ser natural, tem uma qualidade radicalmente diferente. E que traz em sua natureza a possibilidade de criar sempre algo novo. O trabalho é, pois, a pedra angular de todo o processo histórico. Neste sentido genérico, o trabalho será, como afirma Marx, uma “lei eterna da humanidade”. Como decorrência dessa sua posição de categoria fundante do ser social, o trabalho sempre será o fundamento de qualquer modo de produção. Desse modo, da natureza do trabalho dependerá, essencialmente, a forma da socialidade. Importantíssimo acentuar esse aspecto, pois terá enormes consequências quando analisarmos a revolução russa.

Partindo desse pressuposto, ao analisar a forma particular do trabalho na sociedade burguesa, Marx constata que esta tem como fundamento a compra-e-venda de força de trabalho. Da ação dessa categoria resultarão a transformação da natureza nos bens materiais necessários à existência humana, a mais-valia e o capital. Por isso mesmo, a sociedade burguesa traz em si uma contradição essencial entre aqueles que produzem a riqueza e aqueles que, sendo proprietários dos meios de produção, se apropriam da maior parte dela. Contradição essa absolutamente inconciliável. Para preservar os seus interesses, a burguesia precisa continuar a explorar a classe operária e os trabalhadores e, por isso, também, organizar a sociedade de modo

a manter essa situação. Essa manutenção implica, além de elementos econômicos – os mais fundamentais – elementos políticos, ideológicos, culturais, etc.

Por seu lado, a classe operária precisa eliminar, pela raiz, toda forma de exploração. Lembremos que, para que o indivíduo se realize plenamente como ser humano, deve ter acesso à riqueza – material e espiritual – necessária para isso e que constitui o patrimônio do gênero humano em qualquer momento histórico. Ao ser explorado, o trabalhador é impedido, tanto pela forma da produção, quanto pelo conteúdo e pela destinação do produto, de ter acesso a essa riqueza e, por consequência, à sua plena realização como membro do gênero humano. Por isso mesmo, independente da consciência que ela tenha disso, a classe operária tem a absoluta necessidade de eliminar a exploração e construir uma forma de sociabilidade que lhe permita este acesso. Esta é a sociedade comunista, que Marx também chama de sociedade humanamente emancipada.

Ora, como todas as outras formas de sociabilidade, também a sociedade comunista deverá ter, como seu fundamento, uma determinada forma de trabalho. Esta forma foi denominada por Marx de trabalho associado. Para evitar confusões, tão frequentes, vale lembrar que trabalho associado não é trabalho cooperativo, nem economia solidária e nem trabalho voluntário. Trabalho associado é uma forma de trabalho em que os produtores controlam, de forma livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção e de distribuição da riqueza. De acordo com aquela afirmação de Marx (1971, 21): “De cada um segundo as suas capacidades; a cada um, segundo as suas necessidades”. Isso implicará uma mudança radical na natureza da produção, ou seja, ela já não estará voltada para atender à reprodução do capital (valor de troca), mas para atender as necessidades humanas (valor de uso).

Mas, para que o trabalho associado possa entrar em cena, são necessárias algumas condições<sup>1</sup>. Primeira: abundância, vale dizer, um desenvolvimento das forças produtivas (capacidade de produzir riqueza) de modo a que possam ser plenamente atendidas as necessidades básicas de todos. Impossível haver comunismo com base na pobreza, na miséria e no atraso econômico. Segunda: a universalização da revolução. Considerando a interdependência de todas as regiões – resultado do próprio desenvolvimento capitalista – os problemas da humanidade só poderão ser resolvidos em nível uni-

---

1 As condições a seguir foram explicitadas claramente, por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* e por Marx, em *O Capital*.

versal. Impossível comunismo e um só país, em uma só região. Em *A Ideologia Alemã* estão claramente expressas essas duas condições Nas palavras de Marx e Engels (1986, 50):

por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, se ele generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carência* recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida; além disso, porque apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas dá-se um intercâmbio *universal* dos homens

Terceira: esgotamento das possibilidades de reprodução normal – via crises cíclicas – do capital. Ou seja, uma crise estrutural, como a denomina Mészáros, que atinja os fundamentos últimos do próprio capital. Essa última condição está expressa no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Conforme Marx (2008, 48):

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade.

Sem a presença dessas três condições o caminho para o comunismo se tornará inviável. É uma enorme ilusão pensar que é possível caminhar no sentido do socialismo a partir de forças produtivas atrasadas, apenas em um país ou região e sem uma crise estrutural do capital.

Para poder começar a trilhar o caminho para o comunismo (período de transição denominado socialismo), porém, há uma mediação absolutamente inescapável. Trata-se da revolução. Considerando que esse conceito foi profundamente deformado, inclusive no interior do marxismo, reduzindo-o a um significado meramente político, convém recolocá-lo nos termos de Marx. Já nas *Glosas Críticas*, Marx esclarecia que todas as revoluções já acontecidas tinham sido revoluções “sociais com alma política”, isto é, transformaram a forma do trabalho e também a forma do Estado, mas mantiveram a exploração e a dominação do homem pelo homem. Ao contrário, a revolução proletária deveria ser uma revolução “política com alma social”. Esta inversão é da maior importância porque as transformações no processo de produção da riqueza material deverão ser de tal ordem, de tal radicalidade que eliminem pela raiz e por completo toda forma de exploração e dominação do homem pelo homem. Desse modo,



a revolução proletária implicará uma articulação entre o momento político e o momento social, devendo, porém, o primeiro estar subordinado ao segundo. Por sua vez, o momento político significará, de um lado, a destruição do Estado burguês – não a sua tomada – já que este é o principal esteio da reprodução do capital e, de outro lado, a reabsorção do poder político que, na sociedade de classes sempre implica dominação, pelo conjunto dos revolucionários, não por um ou mais partidos. Essa reabsorção significará que o conjunto dos revolucionários deverá chamar para si – como foi embrionariamente demonstrado pela Comuna de Paris – as tarefas que antes eram executadas pelo Estado, organizando e defendendo, assim, as transformações econômicas necessárias para trilhar o caminho para o comunismo.

Pela importância da questão, vale citar a afirmação de Marx ao analisar a Comuna de Paris. Diz ele (2011, 169):

Mas o proletariado não pode, como o fizeram as classes dominantes e suas diferentes frações rivais nos sucessivos momentos do seu triunfo, simplesmente se apossar desse corpo estatal existente e empregar esse aparato pronto para seu próprio objetivo. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar (a) máquina estatal e destruí-la – um instrumento de domínio de classe.

E um pouco mais adiante volta a acentuar:

Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da maquinaria estatal tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios objetivos. O instrumento político de sua escravização não pode servir como instrumento político de sua emancipação.

Insistindo: a essência da revolução proletária é a eliminação do trabalho assalariado – produtor de mais-valia – e a instauração, em seu lugar, do trabalho associado – produtor de valores-de-uso. Certamente, muitos outros elementos contribuirão para o processo revolucionário, mas a mudança na forma do trabalho é a questão fundamental. Sem que esta mudança seja efetivada poderá haver muitas transformações – como podemos constatar nas tentativas revolucionárias russa, chinesa, cubana, vietnamita, etc. – mas nunca uma revolução comunista.

Por sua vez, essa mediação – a revolução proletária – só será possível se houver um ou mais sujeitos capazes de realizá-la. No entender de Marx, o sujeito fundamental dessa empreitada revolucionária deverá ser, por sua posição no processo de produção da

riqueza material que sustenta toda a sociedade, a classe operária. Porém, e isso a história, nos ensinou, nenhuma revolução é feita apenas por uma classe, mas por um conjunto de classes que tenham contradições com as classes dominantes. Desse modo, juntamente com a classe operária, outros segmentos de classes também constituirão o sujeito do processo revolucionário. Porém, vale acentuar: a direção, tanto ideológica quanto política deverá estar sempre em mãos da classe operária. Quaisquer outros participantes só poderão entrar nesse processo como coadjuvantes.

Nunca será demais enfatizar: nenhum partido, nenhuma organização externa às massas, e muito menos nenhum Estado, por mais que seja chamado de “Estado Operário”, libertará a classe trabalhadora. As massas, no seu conjunto, deverão ser o sujeito fundamental da sua libertação.

Como se pode ver, nada disso é especulação ou um simples ideal teoricamente construído e que deveria ser implantado. São parâmetros gerais extraídos do próprio processo real. Eles não dizem como deve ser concretamente nem a sociedade comunista, nem o período de transição, nem a revolução e nem o(s) sujeito(s) desse processo. Esses parâmetros apenas fixam as linhas gerais. O processo histórico concreto poderá ou não desenvolver-se, a depender de muitas circunstâncias específicas, segundo essa orientação. Todavia, uma revolução que leve ao comunismo só poderá efetivar-se norteadas por esses parâmetros genéricos. Se, por circunstâncias concretas ou por erros, eles não forem observados, a revolução proletária não poderá ser levada a bom termo. Não se trata, portanto, como muitos criticam, de opor um ideal ao processo concreto. Esta crítica é, muitas vezes, sintetizada na fórmula: “Eles fizeram o socialismo possível”. Tal crítica é inteiramente equivocada e foi desmentida pela própria história. Socialismo, aqui como sinônimo de comunismo, somente existirá quando houver uma radical superação do modo de produção capitalista. E isso só será possível na medida em que o processo histórico concreto efetivar aqueles parâmetros gerais.

## **5 – O momento histórico da revolução russa**

A revolução russa não foi um fenômeno isolado. Muitas outras tentativas ocorreram ao longo desse período, tenham sido elas com intenção socialista ou de libertação nacional. Ao longo desse período, que vai, mais ou menos, de 1900 a 1975, aconteceram, além da revolução russa, as revoluções chinesa, cubana, vietnamita, coreana, mexicana, sandinista, além daquelas de caráter mais de libertação na-

cional do jugo do colonialismo, como a moçambicana, a angolana, a argelina, a de Guiné-Bissau e outras.

Por isso, para melhor compreender esse importantíssimo acontecimento que foi a revolução russa, é imperativo examinar o contexto histórico.

Como sabemos, o capitalismo, na sua primeira fase, que se prolongou, mais ou menos até a segunda metade do s. XIX, foi marcado por um caráter eminentemente concorrencial. Porém, após a vitória do capital sobre as tentativas revolucionárias acontecidas em 1848 abriu-se um período de intenso desenvolvimento do capitalismo, especialmente na Alemanha, mas, também na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. O capitalismo entra então, como mostra Lenin em seu livro *Imperialismo – etapa superior do capitalismo*, em uma nova fase, a fase monopolista e imperialista. No caso do caráter monopolista destaca-se o fato de que se constituíram grandes trustes que dominavam determinado setor da produção, como ferro, carvão, aço, transportes, correios, mineração, etc. No caso do caráter imperialista, diferentemente do momento anterior, em que predominava o colonialismo, isto é, a dominação direta, por meio de ocupação militar, dos países periféricos, o imperialismo se caracterizava pela dominação indireta, isto é, pela presença do capital industrial/financeiro embora o suporte militar nunca estivesse inteiramente ausente. Começa também a desenvolver-se a produção em série e em enormes fábricas com grande concentração de trabalhadores, tipicamente demonstrada pela indústria automobilística. Juntamente com isso, desenvolve-se a racionalização do processo produtivo dessas grandes fábricas, conhecido como fordismo/taylorismo.

Essa nova divisão do mundo, que resulta dessa etapa monopolista e imperialista implica, por sua vez, uma intensa disputa entre as grandes potências capitalistas que culminará nas duas guerras mundiais.

É nesse período que explodem as lutas acima mencionadas. Algumas contra o colonialismo e o imperialismo e outras com a intenção de superar o próprio capitalismo.

É de notar, porém, que todos os países onde se desenvolveram essas lutas eram marcados, de modo geral, por um enorme atraso em termos de desenvolvimento econômico. Em sua maior parte, a população era constituída de camponeses, muitas vezes em uma situação de extremo atraso. Além disso, e também de modo geral, constatava-se a existência de uma burguesia incipiente e frágil, incapaz, portanto, de realizar uma autêntica revolução burguesa. Classes

dominantes predatórias, por sua vez, se serviam de um aparato estatal intensamente autocrático e repressivo.

Como vimos antes, as três condições fundamentais para que se faça presente a possibilidade de superação do capitalismo são: um alto desenvolvimento das forças produtivas, a universalização da revolução e o esgotamento das suas potencialidades, isto é, que ele tenha chegado a uma crise tão profunda que não possa mais superá-la. Uma crise que afete os seus próprios fundamentos. O que Mészáros denomina, hoje, de crise estrutural. Ora, por um lado, todas as tentativas revolucionárias se desenvolveram em países muito atrasados. Por outro lado, mesmo nos países mais desenvolvidos, o avanço das forças produtivas ainda não era de tal monta que pudesse, universalizando-se, atender rapidamente as necessidades de toda a humanidade. Mais ainda: mesmo no caso, como é costumeiro, das crises periódicas do capital, havia muito espaço para que estas fossem superadas tanto pela guerra como pela exportação dela para os países periféricos evitando, assim, que o capitalismo chegasse a uma crise estrutural.

Tudo isso significava que o capitalismo estava longe de se encontrar, como pensava Lenin, em uma situação de apodrecimento, de agonia e que a revolução estivesse madura para acontecer nos principais países europeus. Ele ainda tinha muito espaço para sua reprodução.

Ora, todas essas lutas aconteceram exatamente nesse momento em que o capital ainda não tinha chegado à sua crise estrutural. Por isso mesmo, apesar de todas as suas imensas diferenças e por caminhos diversos, todas elas não puderam ir além de um desenvolvimento das forças produtivas que possibilitasse a sua inserção no processo mundial de reprodução do capital.

É nesse contexto histórico que acontece a revolução russa. Os fatos gerais são bastante conhecidos. A começar pelo fato de que a Rússia era, nessa época, um país muitíssimo atrasado em termos econômicos, políticos, sociais e culturais. O grande meio de produção, que era a terra, estava em mãos de uma diminuta nobreza de tipo feudal. A ampla maioria da população era composta de servos e camponeses trabalhando e vivendo em condições extremamente precárias e sem acesso à propriedade da terra. Além disso, havia uma burguesia muito incipiente – a industrialização começou por volta de 1870 – e dependente de capitais estrangeiros – especialmente ingleses e franceses. Do mesmo modo, uma classe operária muito diminuta se comparada com o campesinato e, obviamente, com pouca tradição de luta e formação técnico-cultural.

A vida miserável da maioria da população já havia sido, há cen-

tenas de anos, o caldo de cultura para muitas revoltas camponesas. O agravamento das condições de vida da maioria da população, na virada do s. XIX para o s. XX, ocasionado pela pressão dos capitais estrangeiros sobre a estrutura produtiva russa, levou ao primeiro “ensaio” revolucionário de 1905. Derrotado este, a revolução voltou a ser colocada na ordem do dia pela articulação entre os enormes problemas já existentes e aqueles que foram provocados pela guerra. De fevereiro a outubro, em um processo extremamente complexo, dinâmico e contraditório, a revolução deslocou-se de um perfil democrático-burguês para um caráter socialista, marcado pela aliança operário-camponesa. Em outubro, os bolcheviques, sob a liderança de Lenin, assumem o poder político, inicialmente em aliança com alguns outros partidos mais à esquerda e mais tarde sozinhos.

Nesse momento, a situação em que a Rússia se encontrava era absolutamente calamitosa. Milhões de mortes provocadas pela guerra e pelas condições miseráveis no campo; péssimas condições de armamento, de abastecimento e de direção nos campos de batalha; rebaixamento da produção industrial, voltada em sua maioria para o esforço de guerra; avanço implacável do exército alemão, ameaçando a própria capital, Petersburgo; a pressão das potências capitalistas para a continuação da guerra, desagregação do poder do velho Estado; tomada das terras pelos camponeses, muitas vezes de forma violenta e com execuções de proprietários. Enfim, a situação era caótica.

Em um primeiro momento, a participação das massas foi muito intensa, criando os famosos Sovietes e, nas fábricas, as Comissões de Fábrica para organizar a produção sob o comando dos trabalhadores. As primeiras medidas tomadas pelo novo governo foram no sentido de incentivar a participação efetiva das massas no processo e de organizar a produção de modo a atender as suas necessidades. Assim, se procedeu à nacionalização e estatização dos bancos e das grandes indústrias, à entrega da terra aos camponeses, foi estabelecido o controle das fábricas pelos operários, o desconhecimento da dívida externa, o direito das nacionalidades de dispor de si mesmas.

Vale enfatizar que também foram tomadas muitas outras medidas nos campos da educação, da saúde, da habitação, da cultura e, de modo especial, no que toca aos direitos das mulheres.

Todavia, diante da situação caótica, o governo bolchevique rapidamente tomou outro rumo. Já no final de 1917 tomou várias medidas que visavam ao planejamento centralizado da economia e do poder. Foram criados vários órgãos: V.Ts.I.K (Comitê Central

Executivo Pan-Russo dos Sovietes; Sovnarkom (Comitê dos Comissários do Povo); Vesenka (Conselho Superior da Economia Nacional); Glavki (Centros para o planejamento da Indústria); Sovnarkhozy (Conselho Local da Economia Nacional). É evidente que todos esses órgãos precisavam de um enorme aparato técnico para funcionar.

Além do mais, ainda nesse momento já foi criada a Tcheka, polícia secreta e política que, aos poucos, se tornou um organismo extremamente poderoso e praticamente fora de controle público. Mais ainda: esse organismo lançou mão dos arquivos da antiga polícia secreta czarista para identificar toda e qualquer pessoa que pude ser vista como ameaça ao novo regime.

Era um primeiro momento em que o poder era concentrado em organismos externos à classe trabalhadora, diminuindo a sua participação tanto na gestão da produção, como no poder político geral. Todavia, até o início da guerra civil, que começou em maio de 1918, a participação dos trabalhadores na gestão da produção, através dos sindicatos e Comissões de Fábrica, ainda era bastante intensa.

A partir de maio de 1918 os problemas se agravaram enormemente. Começou, então, a guerra civil, articulada com a invasão de vários países estrangeiros. De 1918 a 1921 a reação monarquista e burguesa levou a cabo uma guerra impiedosa, auxiliada por forças francesas, inglesas, japonesas, norte-americanas, tchecoslovacas e outras. Em função disso, foi introduzido o que se chamou de “Comunismo de Guerra”, um conjunto de medidas – requisição forçada de produtos agrícolas, proibição de qualquer comércio, troca direta de produtos com a eliminação do dinheiro, racionamento de alimentos e produtos industriais, fim da democracia no exército e restauração do comando de oficiais czaristas com a devida hierarquia, restabelecimento da pena de morte, privilegiamento das forças armadas em todos os fornecimentos de alimentos e materiais. Além disso, também foi restabelecido o comando unipessoal das fábricas, ou por indivíduos nomeados pelo Estado ou, no caso de proprietários que não tinham fugido, por eles mesmos. Também foi implementada a militarização do trabalho e dos sindicatos, bem como o estabelecimento de vantagens materiais para quem contribuísse mais para o aumento da produção. Tudo isso, com o objetivo de elevar a produção e maximizar o esforço no combate à contrarrevolução dos chamados “brancos”, auxiliados pelas forças estrangeiras.

Pode-se argumentar, e se tem argumentado sempre, especialmente entre os marxistas, que essas medidas eram necessárias. Que, diante da situação caótica e precária, não havia alternativa. Independente de concordância com essa afirmação, pode-se até admitir que

isso seja verdade. Todavia, o que não se pode admitir é que esse fosse, nem de longe, o caminho que levaria à transição do capitalismo ao comunismo.

O fato é que essas medidas geraram uma profunda cisão entre o partido bolchevique, que detinha o poder, e outros agrupamentos, especialmente anarquistas e autonomistas, mas também entre membros do próprio partido bolchevique. Para estes últimos, a eliminação dos trabalhadores da gestão da produção impedia o avanço na direção do socialismo, pois continuava a reproduzir um dos elementos essenciais da sociedade de classes – a cisão entre quem manda e quem faz. Cisão esta que, como sabemos, é o fundamento da exploração e da dominação dos trabalhadores.

Vale enfatizar que essas medidas foram implementadas ainda na vigência da direção de Lenin e com total apoio de Trotski e da maioria do Comitê Central do partido bolchevique.

Para agravar a situação, todas as tentativas revolucionárias – na Finlândia, na Hungria e, especialmente, na Alemanha – foram derrotadas. Como sabemos, a vitória da revolução nos países europeus mais desenvolvidos era, para Lenin e outros bolcheviques, condição absolutamente necessária para que a revolução russa pudesse prosseguir no caminho do socialismo.

O fracasso do “Comunismo de Guerra” em aumentar a produção e o resultado econômico e social catastrófico da guerra civil levaram Lenin, após intensos debates no interior do partido bolchevique, a implementar o que se chamou de NEP – Nova Política Econômica. Em síntese, essa nova política econômica punha fim às requisições forçadas de produtos agrícolas, substituindo-as por um imposto em espécie, permitia o desenvolvimento do comércio de pequenas empresas, a produção agrícola privada, até com emprego de trabalhadores assalariados, restabelecia a circulação do dinheiro e a entrada de capitais estrangeiros, desde que sob controle do Estado. E mais: a introdução e a defesa do modo fordista/taylorista de produção como a forma mais eficiente de trabalho.

Pode-se, de novo, até concordar com as medidas implementadas. Muitos costumam afirmar que sem elas a revolução seria derrotada. Outros, porém, como já vimos acima, argumentam que essas medidas foram equivocadas e que contribuíram para os descaminhos e a derrota final da revolução. Porém, também argumentam que, se tivessem sido tomadas outras medidas – especialmente a manutenção e o aprofundamento da gestão da produção pelos trabalhadores – a revolução poderia ter trilhado o bom caminho.

É precisamente aqui onde se observa a perda do referencial

marxiano de análise da realidade. Do ponto de vista filosófico, na relação entre subjetividade e realidade objetiva, a prioridade é atribuída à subjetividade, quando, do ponto de vista materialista, a prioridade está do lado da realidade objetiva. Não é necessário lembrar a afirmação de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*: “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. (2009, 32). Ou seja, a realidade objetiva põe o campo de possibilidades – nunca absolutamente rígido, mas com limites que não podem ser ultrapassados - dentro do qual a subjetividade pode atuar. Toda atuação que pretenda ir para além desse campo de possibilidades está fadada, inevitavelmente, ao fracasso. Porém, fracasso sempre entendido em relação ao objetivo pretendido e não a qualquer sucesso.

Do ponto de vista histórico concreto, como já vimos, as três condições que delimitavam essencialmente esse campo de possibilidades estavam ausentes. O que tornava impossível, não importa qual fosse a direção ou qual agrupamento estivesse à testa do processo, o prosseguimento pelo caminho do socialismo em direção ao comunismo.

Por isso mesmo, todas as posições – tanto dos bolcheviques quanto dos anarquistas e autonomistas e outros grupos – estavam equivocadas. Certamente, os desdobramentos concretos teriam sido diferentes se Lenin tivesse continuado á frente do processo. Também teriam sido muito diferentes se os anarquistas, Autonomistas e outros grupos estivessem na direção. Todavia, nem uns nem outros poderiam ultrapassar o campo de possibilidades posto pela realidade objetiva. É, porém, equivocado atribuir os descaminhos da revolução – como faz a maioria dos marxistas – a Stalin e ao stalinismo. Como vimos antes, a revolução começou a se desencaminhar já em dezembro de 1917, vale dizer, ainda sob a liderança dos bolcheviques liderados por Lenin e Trotski. Também é equivocado, como soem fazer os anarquistas e autonomistas, atribuir os descaminhos da revolução ao partido bolchevique. Repetimos: diante das condições objetivas – essenciais – nenhuma força, seja de partido ou da própria classe operária – poderia garantir a continuidade do processo no caminho do socialismo.

Mas, há outra questão de enorme importância nas análises comuns. O desconhecimento da categoria do trabalho como fundamento do processo histórico. Em resumo: o trabalho, entendido como produtor de valores de uso é o fundamento da realidade social. Por isso mesmo, toda forma de sociabilidade (modo de produção) sempre terá, como seu fundamento, uma determinada forma de trabalho. Basta examinar a história desde os seus primórdios. Marx de-



nominou de trabalho associado a forma do trabalho que fundaria o modo de produção comunista. Vale lembrar que trabalho associado é uma forma de trabalho – transformação da natureza – na qual os produtores controlam, de maneira livre, consciente, coletiva e universal, o processo de produção. Esta é a forma de trabalho mais livre possível e por isso é ela que funda a forma de sociabilidade mais livre possível.

Todavia, a existência do trabalho associado implica uma condição absolutamente inescapável: a abundância, vale dizer, a produção de bens materiais suficientes – em quantidade e qualidade – para atender as necessidades de todos. Não há a menor possibilidade de que exista trabalho associado na base da miséria, da pobreza ou do precário desenvolvimento das forças produtivas. E, dadas as condições de universalização da humanidade, produzida pelo próprio capitalismo, também não há a menor possibilidade de que essa categoria possa existir em um só país ou uma só região.

É evidente que o trabalho associado em sua plenitude só poderá existir no próprio comunismo. Todavia, ele deve ser, já na transição do capitalismo ao comunismo, a força propulsora. Ou seja, a passagem do capitalismo ao comunismo deve implicar o recuo do trabalho assalariado, ainda produtor de valor-de-troca e o avanço do trabalho associado, já voltado para a produção de valores-de-uso. Dai porque a abundância é condição *sine qua non* da entrada em cena do trabalho associado.

Estatização, nacionalização, supressão jurídico-política da propriedade privada, planejamento econômico estatal, etc., nada disso tem a ver com trabalho associado. Mais ainda: na situação concreta em que se encontrava a Rússia, naquele momento, era imperioso desenvolver rapidamente as forças produtivas – atrasadas e destroçadas. Era preciso produzir muito valor excedente (mais-valia) que pudesse ser investido na ampliação e melhoria dos meios de produção. Sem falar no esforço de guerra!

Ora, isso só poderia ser feito com base em uma intensa exploração dos trabalhadores. Que a mais-valia produzida fosse recolhida e sua destinação decidida por uma burocracia estatal que se dizia representante dos trabalhadores e não por capitalistas privados, não faz nenhuma diferença essencial, apenas secundária. Por sua vez, essa extração forçada e intensa da mais-valia implicava a estruturação de um Estado típico cuja finalidade fundamental, após vencer a guerra civil e as invasões estrangeiras, foi organizar e manter a exploração dos trabalhadores. Para isso, além da repressão pura e simples, concorria um conjunto de operações ideológicas que visavam

convencer os trabalhadores de que esse era o caminho da construção do socialismo.

O desconhecimento do referencial do trabalho como categoria fundante da realidade social levou a confundir essas categorias – estatização, planejamento estatal, etc. – com a base material do socialismo. Em resumidas contas, a necessidade foi transformada em virtude. Acontece que as consequências foram imensas e, do ponto de vista do objetivo a ser alcançado – o comunismo, profundamente prejudiciais. O caminho trilhado levou, finalmente, à perda – teórica e prática – da perspectiva revolucionária. A teoria revolucionária de Marx foi transformada em um livro sagrado do qual se extraíam citações – filosóficas, políticas, econômicas e outras – para sustentar aquilo que era decidido na instância política estatal. Mais ainda: a perda desse referencial levou a privilegiar a dimensão política – concentrada no Estado – dando origem à crença de que o controle e o direcionamento políticos do capital poderiam orientar todo o processo na direção de uma transformação radical da sociedade.

Uma observação importante: o texto que ora publicamos, exceto este prefácio e a parte referente à Makhnovitchina, foi escrito há cerca de duas décadas. De lá para cá, textos importantes apareceram sobre a problemática da Revolução Russa, especialmente as contribuições de I. Mészáros. Na impossibilidade de refazer a pesquisa histórica, sem dúvida muito importante, optamos por publicar o texto antigo com pequenas modificações porque ele mantém a sua total atualidade.

## Capítulo I – A Rússia Czarista

### 1 – 10 dias, 9 meses ou 5 anos?

É provável que a maioria das pessoas que leu algo sobre a Revolução Russa tenha lido *Os 10 dias que abalaram o mundo*, de John Reed. É um relato jornalístico de primeira qualidade dos 10 dias que, de fato, “abalaram o mundo”, quando os bolcheviques, liderando uma frente de esquerda, tomaram o poder no país dos czares. É memorável, mesmo um clássico do jornalismo mundial. Sua descrição da reunião do Soviete de Petrogrado em que Lenin, saindo de meses na clandestinidade, fez a convocação que se tornou o símbolo do que viria: “Passemos à construção da ordem socialista!” Narra Reed que a convocação foi seguida por um pandemônio de alegria e comemorações, bonés ao ar e urros e lágrimas por todos os lados!

Talvez os que leram algo além de Reed, tenham tido em suas mãos *A história da Revolução Russa*, de Leon Trotsky, um texto que, por sua profundidade, análises complexas, reflexões sobre a história e sobre os processos revolucionários, é equiparável ao *18 Brumário de Luis Bonaparte*, reconhecidamente um dos textos mais brilhantes de Marx. O fato de Trotsky ser um grande escritor e não menor jornalista torna o texto fácil de ser compreendido e, com todos os méritos, apaixonou gerações desde que foi publicado.

Se Reed escreveu no calor dos acontecimentos, Trotsky redigiu sua obra décadas depois, em seu exílio no México, em um momento em que o stalinismo já se consolidara na URSS e na Terceira Internacional. Além disso, os dois textos também se diferenciam pelo espaço de tempo de que se ocupam. John Reed, os 10

dias de outubro; Trotsky, os nove meses de fevereiro a outubro de 1917. Uma terceira e, talvez, mais importante diferença entre eles, é que Trotsky é um profundo conhecedor da história e da essência da formação social russa, Reed é um jornalista muito bem informado. A descrição brilhante de os *10 dias* não contém nada equivalente às análises históricas que Trotsky faz ao longo de sua *História*, tanto nos dois capítulos iniciais como, por exemplo, no capítulo intitulado “A arte da insurreição”.

Reed nos entrega a emoção, a paixão e as não menores esperanças desencadeadas pela chegada ao poder dos bolcheviques. Trotsky nos conduz pelos meandros de uma terra (chamar a Rússia de nação, naquele momento, é um exagero) cuja área era três vezes maior que o Brasil, que compreendia toda a área entre os limites mais orientais da Europa até o final da Ásia e o oceano Pacífico, tendo ao sul a Cordilheira do Himalaia e o Mar Negro e, ao norte, as terras gélidas que ultrapassavam o Círculo Polar Ártico. Nesse enorme território, quase uma centena de nacionalidades, com bases econômicas por vezes muito distintas, com bases produtivas milenarmente atrasadas ou muito desenvolvidas, se organizavam em classes sociais também muito heterogêneas.

As classes dominantes eram, de fato, muitas. Enquanto classes dominantes, tinham o interesse comum de manter a exploração dos trabalhadores. Contudo, o modo de exploração dos trabalhadores, fundado pelo modo de produção, variava muito, fazendo com que essas classes dominantes vivessem em constantes conflitos entre si e eram com muito custo mantidas coesas pela figura do Czar. O modo de produção das grandes propriedades produtoras de cereais da Ucrânia era essencialmente distinto do das grandes propriedades pecuaristas ou de exploração de madeira da porção asiática e, ainda, muito diferente das propriedades, pequenas e médias, dos cossacos no Vale do Rio Don, ao sul, próximo ao Mar Negro. Os latifundiários da Ucrânia desejavam uma maior integração com o capitalismo europeu, para quem vendiam seus cereais, mas os latifundiários da porção asiática temiam a concorrência que viria com essa integração e a ela se opunham. Os cossacos, ao sul, apenas apoiavam o Czar na medida e na proporção em que mantivesse suas propriedades médias e pequenas a salvo da gana por mais terras dos grandes latifundiários.

Os trabalhadores também eram muito distintos, talvez ainda mais diferentes entre si que as classes dominantes. O regime de trabalho, a forma de remuneração do trabalho, mesmo se o trabalho era permanente ou sazonal, tudo colaborava para uma centenária heterogeneidade entre os trabalhadores. O trabalho assalariado já se

fazia presente nas cidades, nas rotas ferroviárias etc. Mas ainda não abrangia a todos: a maioria dos camponeses pobres, os *mujiques*, recebia *in natura*, isto é, recebia uma porção daquilo que produzia em moldes similares aos do antigo feudalismo europeu. Os direitos dos trabalhadores da terra eram estabelecidos segundo critérios e tradições que vinham, por vezes, do século 12, mais comumente que vinham das reformas de Pedro, o Grande, nos séculos 17 e 18. A enorme maioria dos trabalhadores era camponesa, tal como a maior parte das classes dominantes era latifundiária. Contudo, essa denominação comum com frequência escondia as diferenças existentes no interior de cada uma dessas classes. Essas diferenças entre os latifundiários e no interior da classe camponesa são da maior importância para se entender a dinâmica das derrotas de todas as revoltas camponesas até chegarmos à Revolução Russa, bem como para entendermos o que ocorreu na Guerra Civil, nos anos de 1918-21. Além disso, também é importante lembrar que a história da Rússia foi marcada, durante muitos séculos e especialmente em algumas regiões, por formas de organização democráticas e libertárias e por inúmeras lutas e revoltas dos camponeses, em especial as de Stenka Razin e de Iemelian Pugatchev. Para coroar essa formação histórica tão complexa, temos a atuação ideológica decisiva da Igreja Ortodoxa, apoiada pelo Estado e tradicional pilar do czarismo. As seguidas derrotas das muitas revoltas camponesas instigaram um espírito fatalista entre os trabalhadores: impossível escapar dessa miséria e dessa vida de penúrias. A Igreja Ortodoxa fornecia o cimento ideológico para manter essa concepção de mundo: Deus teria criado o mundo como um vale de lágrimas pois é pelo sofrimento que se chegaria ao Paraíso. A Igreja ocupava, assim, um lugar decisivo na vida das pequenas aldeias e servia de importante consolo paralisador das revoltas entre as massas camponesas.

Mas, também entre as classes dominantes a Igreja Ortodoxa era importante. Como sustentáculo do poder dos czares, se sentia, com razão, com direito a parcela desse poder. As classes dominantes, atrasadas como a base econômica que a sustentava, viam em uma concepção de mundo fatalista a confirmação de que eram classes dominantes por uma decisão divina. Deus fez delas os dominantes, para sempre, eternamente. O mesmo com a família do Czar: se Deus não quisesse, não teria o poder, a riqueza e a glória. A Igreja Ortodoxa, não apenas servia de consolo aos trabalhadores, como ainda atuava no interior das classes dominantes para confirmar o poder das mesmas como de origem divina e para justificar o Czar como um imperador por direito divino.

A Igreja ortodoxa é, por essa via, bem-recebida pelos explorados e pelos exploradores, mas isso não duraria muito tempo.

As coisas se complicaram ainda mais quando o capital estrangeiro, principalmente francês, adentrou às terras do Czar.

## 2 – A industrialização e o proletariado

Quando, em 1813, o *Grande Exército* de Napoleão invadiu a Rússia, se tornou ainda mais evidente o quanto o atraso tecnológico debilitava militarmente o poder dos czares. Napoleão apenas foi derrotado porque Kutuzov, o comandante russo, adotou a tática de ceder terreno para não perder o exército. Foi recuando, evitando qualquer grande batalha, até às portas de Moscou. Napoleão, em contrapartida, fazia de tudo para forçar um combate decisivo.

Até chegarem às portas de Moscou.

Kutzov queria recuar para os Montes Urais, a leste de Moscou. O Czar, pressionado pelos nobres que temiam abandonar seus palacetes em Moscou para os invasores, não concorda com seu comandante em chefe e, finalmente, Napoleão pôde ter sua batalha. A Batalha de Borodino foi uma das maiores que a Europa conheceu até então, durou vários dias e terminou sem uma vitória definitiva dos franceses e, os russos, abandonaram Moscou.

Semanas depois, Moscou estava em chamas e chegava o inverno: o *Grande Exército* é dizimado pelo frio e pela fome, Napoleão é derrotado e enviado à Ilha de Elba.

A vitória russa garantiu a permanência dos czares, mas evidenciou que era preciso industrializar o país para poder contar com um exército moderno, com armas mais desenvolvidas. Quando das guerras de unificação da Alemanha, em 1870-71, essa necessidade tornou-se ainda mais patente: a influência da Rússia nos Bálcãs e na política europeia necessitava de um apoio militar à altura.

Enquanto a Inglaterra conseguia lucros cada vez mais maiores na exploração de suas colônias na Ásia, em especial na Índia, os capitalistas franceses enxergavam na situação russa uma excelente oportunidade de negócios. Havia uma enorme massa de trabalhadores miseráveis, sem experiências em uma economia industrializada, sem tradição de lutas, sem sindicatos e partidos, controlados a ferro e fogo pelos Czar e por uma nobreza corrupta. Isto, mais um Estado e um governo dispostos a comprarem a preços exorbitantes o que viessem a produzir por lá, tudo indicava que enormes lucros poderiam advir de investimentos na industrialização da Rússia.

Nas últimas décadas do século 19, principalmente em Petrogra-

do, mas também em Moscou e mais secundariamente em Kiev, os capitalistas franceses montaram grandes indústrias para explorar o máximo de operários. As condições de trabalho eram sub-humanas. Gorki, no seu romance *A mãe*, fornece um bom quadro do que era a vida operária naqueles dias em Petrogrado. Em pouco mais de duas décadas, isso criou uma situação histórica inédita e, no longo prazo, insustentável: deu origem a um proletariado mais concentrado que o proletariado francês ou inglês, em condições de vida e trabalho brutais, sem que houvesse uma burguesia que pudesse se contrapor na luta de classe a esse jovem proletariado.

As coisas se tornavam ainda mais instáveis porque a repressão e a violência com que o czarismo tratava as resistências e reivindicações dos trabalhadores tornavam impossível desarmar, pela negociação, as insatisfações antes que explodissem em revoltas. As negociações, greves, pressões etc., sempre presentes na relação entre burguesia e proletários nos países capitalistas, eram impossíveis na Rússia. Organizar uma greve ou um sindicato resultava em exílio na Sibéria ou na morte pela força (*Os sete enforcados*, de Andreiev, é um belo conto sobre essa situação.)

Um jovem proletariado, sem experiência de luta, mas também sem a influência contrarrevolucionária dos reformistas e sem a presença de uma aristocracia operária, se contrapunha a uma classe dominante incapaz de administrar os conflitos inerentes à industrialização. Sem uma burguesia à altura, o proletariado russo vivia uma situação inédita na história: rapidamente a nobreza e o czar se demonstrariam incapazes de dar conta das novas contradições, tipicamente capitalistas, e seriam por elas derrubados.

### 3 – A burocracia

Uma economia de base agrário-latifundiária não cria espaço nem para o desenvolvimento de um mercado interno para além das classes dominantes, nem abre espaço para o crescimento das “classes de transição” (Marx), que nem são os camponeses nem pertencem à nobreza. A alternativa a esses indivíduos era o emprego público, raros os que tinham um emprego fora do Estado.

Por outro lado, o Czar, a nobreza, a Igreja e o Estado necessitavam de funcionários tanto para as funções de administração, de repressão etc., quanto para as funções ideológicas. Necessitavam de funcionários públicos, juizes, advogados, policiais, torturadores, professores, carrascos, jornalistas, filósofos, contadores, médicos, carteiros, enfermeiros, engenheiros, lixeiros etc. Manter o poder, na

Rússia de então, demandava uma vasta quantidade de indivíduos com alguma instrução e educação, por vezes com elevado conhecimento técnico, outras vezes com vasto conhecimento do submundo do crime (a Rússia já contava com uma poderosa máfia que controlava importantes atividades econômicas, principalmente na sua porção asiática), outras vezes com conhecimento da Europa e do francês para negociar com os europeus ou com conhecimento das línguas, doutrinas e das tradições jurídicas das diferentes nacionalidades do Império Russo etc.

Essa necessidade e a impossibilidade de a pequena burguesia conseguir sobreviver fora do Estado deram origem a uma vasta burocracia que se estendia por todos os setores da vida social. Uma intelectualidade empregada pelo Estado era a responsável pela produção ideológica que sustentava o regime. Este, em contrapartida, premiava essa intelectualidade com algumas recompensas e uma vida com um conforto impensável para os trabalhadores. A maior parte dessa intelectualidade burguesa era conservadora e czarista. Mas, apenas, a maior parte.

Uma parte minoritária, sempre perseguida, duramente reprimida, percebia logo na juventude que o atraso e a miséria russos apenas poderiam ser superados por uma transformação completa da situação. Nenhuma reforma poderia converter aquela ordem social e política em algo mais próximo aos países mais desenvolvidos da Europa. Neste contexto, mesmo aqueles que não eram socialistas ou anarquistas, que eram apenas democratas, que almejavam um capitalismo desenvolvido, aos moldes europeus, eram forçados a ações revolucionárias: tratava-se de destruir o czarismo e da eliminação da nobreza, o que apenas seria possível pela violência revolucionária. Uma enorme quantidade de grupos anarquistas, de grupos partidários do terror revolucionário contra os indivíduos das classes dominantes, de grupos que se propunham a apoiar com armas os camponeses nas lutas contra os latifundiários, se somava a grupos marxistas que tinham clareza de que a superação do atraso russo só viria pela superação do capitalismo. Dessa pequena burguesia, grande parte funcionária pública, saiu a maior porção das ideias e ideologias revolucionárias que terão um papel tão importante durante a revolução.

Essa intelectualidade foi também o solo social para que o marxismo tenha se expandido na Rússia muito cedo. A primeira tradução de *O Capital*, de Marx foi para o russo e intelectuais marxistas vão surgindo com alguma profusão e velocidade. A geração de revolucionários de 1917 teve, em geral, essa base social. Também



foi essa base social que deu origem ao apogeu da literatura russa: Dostoievsky, Tolstoi, Checov, Gorky, Maiacovsky etc.

O atraso da Rússia foi, portando, o responsável pela formação de uma gigantesca burocracia. Trotsky menciona que, para cada 17 habitantes, havia um funcionário público! Essa burocracia terá grande peso no desdobramento da Revolução Russa e será de um enorme peso conservador, depois de 1917.

#### 4 – O exército e a marinha

Desde a Idade Média, a potência militar russa se apoiou essencialmente na quantidade gigantesca de soldados que podia colocar em combate. O armamento não era o melhor, o comando militar não era tão bom, a estratégia militar deixava a desejar. Contudo, essas debilidades eram contrabalançadas com folga pelo tamanho do exército russo. Os camponeses eram a classe que, por sua miséria, por sua função social e pelo fato de comporem a maior parte da população russa, serviam como a principal fonte de fornecimento da “carne de canhão”, o soldado raso.

Esses camponeses-soldados, com uma vida rural longe das indústrias, foram se tornando cada vez mais incapazes de serem bons combatentes na medida em que o avanço da tecnologia militar exigia um conhecimento e um adestramento mais próximo à indústria que da agricultura. Por isso, o exército russo foi incorporando uma parcela de operários para cumprirem as funções que requeriam um conhecimento técnico um pouco maior. Principalmente na artilharia, o peso dos soldados oriundos dos centros industriais tendia a crescer conforme avançamos no tempo.

O Alto Comando Militar era composto por nobres e altos funcionários públicos atraídos pelos salários, pelas vantagens e pela corrupção do aparato militar: as relações com a nobreza, com o Czar e a Czarina, eram mais importantes para a obtenção desses cargos do que o conhecimento da “arte da guerra” ou a experiência militar. A incompetência da alta hierarquia militar apenas é comparável, em tamanho, à distância de classe que havia entre ela e a base do exército.

O resultado é uma estrutura militar em tudo semelhante à sociedade. E, tal como o czarismo tratava os trabalhadores com repressão e violência, a hierarquia militar será imposta pela violência e castigos desumanos. O látigo, a força e o *knut* eram castigos corriqueiros e que faziam parte da vida militar.

Na Marinha, algo similar ocorria. Contudo, com uma diferen-

ça importante: em confronto com a nobreza que ocupava o Almirantado, havia uma massa de marinheiros que vinham majoritariamente das cidades industrializadas. Nos navios, a distância de classe se reproduzia tão duramente quanto na sociedade, todavia em um espaço muitíssimo menor: a luta de classes era, na Marinha, muito mais imediata e muito mais direta. (O *Encouraçado Potenkin*, de Eisenstein, retrata com maestria essa contradição). Por isso a revolta na Marinha veio antes e com mais consistência que no Exército, quando 1917 chegou.

Além disso, o czarismo veio desenvolvendo, desde a Idade Média, um aparato de coleta de informações e de controle dos trabalhadores que só tem equivalente na máfia russa (uma das mais antigas e desenvolvidas do planeta). Ao chegarmos no século 20, milhares de funcionários públicos, policiais, espões de todos os tipos, vigiavam a vida de todos: nobres e trabalhadores não estavam livres de sua vigilância. A temível *Okrana*, a polícia secreta, tinha até mesmo um espão infiltrado no Comitê Central dos bolcheviques quanto da tomada do poder em outubro de 1917!

## **5 – 10 dias, 9 meses ou 5 anos?**

A Revolução de Fevereiro (voltaremos a ela em um próximo capítulo), que colocou abaixo o Czar, não alterou a estrutura econômica da sociedade russa. As terras continuaram nas mãos dos latifundiários, as fábricas continuaram explorando os operários, os bancos continuaram nas mãos dos banqueiros – e assim sucessivamente.

A rápida evolução das lutas de classe terminou colocando no poder em outubro um partido, o bolchevique que, em fevereiro, sequer tinha um peso político significativo. Além disso, nas cidades industrializadas (Petrogrado e Moscou, essencialmente) foi que as lutas de classe evoluíram no sentido de colocar no poder os bolcheviques. No restante da Rússia, o processo era muito mais lento: a tomada do poder pelos bolcheviques nem alterou a propriedade da terra e pouco mexeu nos poderes locais; algumas localidades mais distantes de Petrogrado foram se dar conta do que ocorrera em outubro de 1917 apenas meses depois.

O novo poder revolucionário enfrentava, portanto, uma situação muito desigual: em Petrogrado, operários, soldados, artesãos etc. se radicalizavam à esquerda, no restante da Rússia, embora houvesse muitas lutas, especialmente no campo, nada semelhante tinha lugar.

Foi tirando vantagem desse descompasso que a contrarrevolução se levantou em meados de 1918 e levou a Rússia a uma guerra

civil que os revolucionários por pouco não perderam. Ao final da Guerra Civil, na passagem de 1920 a 1921, a velha classe dominante havia sido derrotada militarmente e socialmente destruída, as terras foram tomadas pelo Estado ou pelos camponeses, as fábricas foram nacionalizadas e estatizadas assim como os bancos. Uma nova estrutura produtiva tinha, então, nascido e a tarefa de toda revolução, a de destruir a velha forma de propriedade e dar origem a uma nova sociedade baseada em uma nova estrutura produtiva, estava essencialmente terminada. As bases do que viria a ser a União Soviética estavam assentadas.

Veja-se, nem o ano de 1917, nem os 10 dias que abalaram o mundo, foram capazes de modificar as bases produtivas (a forma de propriedade, a forma de exploração do trabalho, de apropriação do trabalho excedente, de distribuição da riqueza etc.) do velho czarismo. Foram necessários os anos de guerra civil para que essa gigantesca tarefa histórica fosse cumprida. A essência da tarefa revolucionária de 1917, a eliminação das velhas classes proprietárias e a reestruturação de toda a base produtiva, não estava realizada até chegarmos ao ano de 1921. *Os 10 dias que abalaram o mundo* bem como os 9 meses de *A revolução russa* não relatam nem analisam o que ocorreu de novembro de 1917 a março de 1921. Essas duas obras tão importantes assumem que, com a tomada do poder pelos bolcheviques, estaria realizada a essência do processo revolucionário russo. Tratar-se-ia, a partir de outubro, de construir a “ordem socialista”, como Lenin dissera no Soviete de Petrogrado.

Essa é a maior debilidade dos maravilhosos livros *A história da revolução russa*, de Trotsky e *Os 10 dias que abalaram o mundo*, de John Reed. Pressupõem que, com outubro, a essência do processo revolucionário estaria dada e que o caráter de classe do novo Estado e da nova sociedade estaria já posto: o socialismo e o Estado proletário. A concepção de Trotsky de que a URSS seria um Estado operário degenerado tem um de seus fundamentos na concepção de que 1917 já decidira o caráter de classe e a essência produtiva da nova sociedade. Reed nem imaginava que o futuro pudesse ser outro que a humanidade socialista.

Hoje, do ponto de vista muito mais vantajoso de décadas após o desaparecimento da ordem soviética, restam poucas dúvidas de que, se o ano de 1917 propiciou uma alteração na correlação política entre as classes sociais da velha russa czarista, foram os anos de Guerra Civil que moldaram a nova base econômica e, com isso, o caráter de classe da nova sociedade e do novo Estado. E, portanto, para compreendermos o que ocorreu na Revolução Russa, é preci-

so que não nos limitemos aos 9 meses entre fevereiro e outubro, ou aos “10 dias”. O processo revolucionário russo se estende de 1917 a 1921, cerca de 5 anos. Nesses 5 anos é que foram lançadas as bases do que viria a seguir: uma rápida industrialização, com uma melhoria ainda mais veloz e impressionante das condições de vida e trabalho, sob a ditadura de Stalin.

Como decorreram esses 5 anos, veremos nos próximos capítulos. Contudo, não deixem de ler nem *Os 10 dias*, de Reed, nem a *História da Revolução Russa*, de Trotsky.

## Capítulo II – De Fevereiro às Teses de Abril

Antes de tudo, uma recomendação aos leitores: na leitura de textos de história, é fundamental ter sempre um mapa à mão. Com a internet, isso agora se tornou muito simples. Há mapas de todas as épocas históricas. Não deixem de consultá-los!

Em agosto de 1914 tem início a I Guerra Mundial. Enfrentavam-se dois blocos capitalistas imperialistas pela disputa do mercado mundial. De um lado estavam os países que se tinham industrializado nos fins do século XVIII ou começo do XIX: Inglaterra, França e Bélgica. Estes países já possuíam sólidas bases comerciais na África, Europa e Ásia. A Rússia, país cujos interesses imperialistas coincidiam com os da França e Inglaterra, e que, além disso, tinha sua economia fortemente dependente do capital francês, aderiu a este bloco.

O outro bloco imperialista era formado pela Alemanha e o Império Austro-Húngaro. Estes países, que se industrializaram na segunda metade do século passado e partiram por isso atrasados para a conquista de mercados, necessitavam ampliar sua área de influência econômica para continuar a se industrializar.

A entrada da Rússia na guerra é o início do fim do império czarista. Suas arcaicas estruturas socioeconômicas não suportarão o esforço necessário à guerra. A incompetência administrativa, a corrupção, e em menor grau, a própria degenerescência física da dinastia Romanov contribuirão para lançar a Rússia numa profunda crise econômica cuja única saída histórica se revelou ser a Revolução.

A crise econômica, em 1916, havia lançado a população rus-

sa à fome. Milhares de pessoas morreram no inverno de 1916-1917 – e a questão do abastecimento se transformou na principal questão para as massas trabalhadoras russas.

## 1 – A Revolução de Fevereiro

“O dia 23 de fevereiro de 1917 era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos sociais democratas (isto é, o Partido Social Democrata, rachado entre mencheviques e bolcheviques) tinham intenção de comemorar esta data com panfletos, reuniões e discursos. Não tinha ocorrido a ninguém que ela poderia se transformar no primeiro dia da revolução. Nenhuma organização tinha convocado greve para aquele dia. Ainda mais, mesmo uma organização bolchevique, das mais militantes – o Comitê do Distrito de Vyborg, todos operários – estava se opondo a greve”. (Trotsky, 1967, 102)

No entanto, no dia 23 de fevereiro, as mulheres de diferentes indústrias têxteis entraram em greve exigindo melhorias no abastecimento de gêneros alimentícios. Enviaram delegados aos metalúrgicos pedindo solidariedade. Kaiurov, um dos líderes bolcheviques em Petrogrado é que conta: “Com relutância, os bolcheviques concordaram com isso, e eles foram seguidos pelos trabalhadores mencheviques e social-revolucionários. Desde que haja uma greve de massas, deve-se chamar todos à rua e tomar a liderança. A ideia de sair às ruas estava há muito nas cabeças dos trabalhadores, só que naquele momento ninguém imaginava aonde ela ia levar.” (Trotsky, 1967, 102)

No final do dia 23, cerca de 90 mil trabalhadores estavam em greve. Uma grande massa de grevistas se dirigiu para a Duma Municipal (governo municipal czarista) exigindo pão. Algumas bandeiras vermelhas apareceram durante a manifestação. Ocorreram alguns encontros entre a polícia e os manifestantes, mas nesse primeiro dia o movimento se restringiu a Petrogrado. O dia Internacional da Mulher havia transcorrido com sucesso. Uma manifestação que no dia anterior ninguém acreditava que fosse ocorrer. E agora, o que seria do dia 24?

O amanhecer do dia 24 encontrou uma Petrogrado em greve. Contínuas manifestações de grevistas ocorriam na Avenida Nevsky, a principal da capital czarista. Os cossacos (tropas de elite da monarquia russa, que possuíam sua própria terra e eram proprietárias dos seus equipamentos militares e de seus cavalos) constantemente avançavam sobre os manifestantes, mas sem maiores violências. “Os cossacos prometeram não atirar, corria de boca em boca.” (Trotsky, 1967, 104)

Neste segundo dia da revolução, começaram a surgir em meio da massa grevista diferenças no tratamento com os aparelhos de repressão czarista. Em relação à polícia e à polícia secreta, a população mostrava uma clara hostilidade, e linchava sempre que a situação permitisse. Bem diferente era a atitude da multidão frente ao Exército e aos cossacos, uma atitude amigável, buscando o apoio, ou ao menos a neutralidade dos cossacos e soldados. Multidões de trabalhadores se dirigiam aos quartéis do exército e dos cossacos. No interior dos quartéis era crescente o descontentamento dos soldados rastos com os oficiais e o regime, e crescia o mal-estar entre eles na medida em que aumentavam os rumores de que o regime czarista iria mandar os soldados para a rua reprimir os grevistas.

Na Duma (o legislativo do czarismo), um fato era contado à meia-voz que, verdadeiro ou não, demonstra bem a tensão do dia: na Avenida Nevsky a massa revolucionária estava saudando com hurras os cossacos porque impediram um policial de chicotear uma senhora. Naquele dia, os trabalhadores da Erikson tiveram um encontro interessante com os cossacos na Av. Sampsonievsk. Todos os trabalhadores da fábrica, uns 2.500, foram cercados pelos cossacos durante uma manifestação. Os oficiais ordenaram que os cossacos fizessem uma carga sobre os operários. Os cossacos, alguns sorrindo, alguns piscando para os manifestantes, se limitaram a seguir em fila indiana pelo corredor já aberto nos manifestantes pelos cavalos dos oficiais. Percebendo que outra carga colocaria novamente em contato os cossacos com os trabalhadores, e que estes poderiam aderir aos manifestantes, os oficiais decidem formar uma barreira com os cavalos para impedir que os manifestantes se dirigissem para o centro da cidade, onde se encontrava a massa dos grevistas. “Mas nem isso ajudou. Ficando parados, em perfeita disciplina, os cossacos não impediram os trabalhadores de mergulhar sob seus cavalos. A revolução não escolhe seus caminhos: fez seus primeiros passos para a vitória sob o umbigo de um cavalo cossaco.” (Trotsky, 1967, 104)

Isto não significa que os cossacos formassem os setores mais revolucionários do aparelho repressivo czarista. É que, com seus privilégios (propriedade garantida por lei, etc.) eles sentiram mais do que os outros soldados a crise causada pela guerra e pela ineficiência administrativa da monarquia czarista. Além disso, eles estavam cansados de serem mandados de um local para outro para reprimir manifestações e queriam voltar para casa para o cultivo dos campos de primavera.

“No entanto, esses episódios ainda eram meros sintomas.

O exército era ainda o exército, estava atado com sua disciplina, e o comando estava nas mãos da monarquia. A massa dos trabalhadores estava desarmada. Os líderes não pensavam ainda numa crise decisiva.” (Trotsky, 1967, 106)

No dia 25, a greve se alastrou ainda mais, atingindo 240 mil operários. Um bom número até mesmo de pequenas indústrias aderiu à greve. Oradores se dirigiam às grandes multidões no monumento de Alexandre III quando a polícia secreta abriu fogo. A multidão respondeu e um oficial e um soldado morrem e vários outros são feridos. Os cassacos, logo após os policiais abrirem fogo sobre os manifestantes, intervêm a favor dos grevistas, dispersando os policiais montados.

Kaiurov conta como, quando um grupo de manifestantes foi disperso pelos chicotes da polícia montada sob os olhares de um destacamento cossaco, ele, ao invés de fugir com os outros manifestantes, se dirigiu aos cassacos com o boné nas mãos: “Irmãos cossacos, ajudem os trabalhadores na sua luta por pedidos pacíficos; vocês vêm como os faraós (apelido da polícia montada) tratam os trabalhadores famintos. Ajudem-nos. Os cossacos se olharam de uma maneira especial, relata Kaiurov, e nós mal estávamos fora do caminho quando eles investiram na luta. E alguns momentos após (...) a multidão estava carregando nos braços um cossaco que tinha matado um inspetor policial com seu sabre”. (Trotsky, 1967, 108)

Um grande papel também foi exercido pelas mulheres na melhoria das relações entre os soldados e os trabalhadores.

Neste dia, o czar Nicolau II telegrafou para Kabalov, comandante militar de Petrogrado, ordenando-lhe acabar com as manifestações “amanhã”.

Um levante de massas para ser vitorioso precisa ir acumulando vitórias a cada dia que passa. Uma interrupção na ofensiva revolucionária pode ser fatal. Se no dia 25 a vacilação de uma parte do exército e a adesão de uns poucos cossacos tinha jogado a revolução para frente, não era, em absoluto, suficiente para garantir uma vitória das massas sobre o czarismo. O dia seguinte seria decisivo. O czar ordenara que o exército saísse às ruas em massa para acabar com a revolução. Como as massas reagiriam sob o fogo?

Na noite do dia 24 para 25 centenas de revolucionários foram presos, entre eles cinco membros do Comitê Bolchevique de Petrogrado, e a liderança dos bolcheviques ficou nas mãos do comitê de Vyborg.

Além do mais, o dia 25 era domingo e a cidade estava vazia, os trabalhadores não se encontrariam de madrugada nas fábricas.



De manhã, a czarina telegrafou ao czar: “A cidade está calma”.

No entanto, aos poucos os trabalhadores se encontraram nos subúrbios e aos grupos se dirigiram à Avenida Nevsky. Os operários encontraram as pontes sobre o Rio Neva, que separa os bairros operários do centro, ocupadas por tropas do exército e cruzaram os rios sobre o gelo. O exército fez fogo. Muitos trabalhadores foram atingidos. O tiroteio sobre os trabalhadores continuou de cima dos telhados e dos balcões das casas dos bairros burgueses. Mesmo assim, os trabalhadores não recuaram, e logo que cessaram os tiros, eles voltaram para o centro das ruas.

O fuzilamento dos manifestantes fez com que muitos líderes revolucionários considerassem que era o momento de terminar com a greve. O comitê bolchevique de Vyborg discutiu longamente o assunto. Isto a doze horas da vitória sobre a monarquia!

Entre os burgueses monarquistas e liberais, e mesmo entre os comandantes do exército, a mesma vacilação existia: o que fazer? Mesmo recebendo ordens de fazer fogo sobre os manifestantes, alguns regimentos dos cassacos e do exército haviam demonstrado simpatias em relação aos grevistas. Outro dia de luta poderia fazer com que aumentasse ainda mais essa simpatia, principalmente entre a infantaria. O que seria mais prudente? Reprimir ou atender a algumas das reivindicações dos grevistas?

Os líderes dos dois lados vacilavam porque ninguém sabia qual seria a exata correlação de forças no dia seguinte.

O crescimento da manifestação, em termos de volume, foi acompanhado pelo crescimento das bandeiras de luta. Ao lado das reivindicações econômicas, surgiram com força cada vez maior as bandeiras pedindo o fim da monarquia e do czarismo, o fim da guerra e a reforma agrária.

Na manhã do dia 27 os operários se dirigiram às fábricas e, em reuniões, decidiram continuar a luta. Isto equivalia a iniciar uma insurreição, mas ninguém havia ainda pronunciado esta palavra. O *staff* central bolchevique, naqueles dias composto por Shliapnikov, Molotov e Zalutsky estava completamente sem iniciativa. Como armar os manifestantes para enfrentar o exército czarista?

Os soldados não queriam combater contra os alemães, e muito menos contra os operários em Petrogrado. Eles odiavam o czarismo pela miséria, pela exploração e pela guerra em que os havia metido.

De manhã, 40 comitês de fábricas se reuniram na casa de Kaiurov. Nem todos eles se pronunciaram pela continuidade do movimento. Foi nesse momento que os grevistas receberam as pri-

meiras notícias da insurreição de alguns regimentos do exército e da abertura de algumas prisões políticas. O regimento Volynski havia fuzilado o comandante e se recusava a sair para reprimir os manifestantes. Acontecimentos semelhantes envolveram outros regimentos e batalhões do exército. No correr do dia surgiram os primeiros carros de combate com bandeiras vermelhas. No final do dia 27, Petrogrado estava transformada num enorme campo militar: o fogo dos fuzis e metralhadoras enchia a cidade.

A guarnição czarista em Petrogrado, que de manhã contava com 150 mil homens, à noite estava se desintegrando.

“É impossível dizer quem liderou as primeiras multidões para o Palácio Tauride”. Mas foi lá que surgiu o comando da insurreição. Era necessário “organizar o caos”. No final do dia a insurreição fez suas primeiras prisões de contrarrevolucionários.

O desaparecimento do exército czarista em Petrogrado, o início da revolução em outras cidades e províncias, principalmente em Moscou, e a vitória da revolução na capital, colocaram na ordem do dia a questão do poder. Quem substituiria o czarismo? A burguesia organizou o Comitê Provisório da Duma e os trabalhadores o Soviete, formado por deputados dos soldados e operários.

No dia 2 de março, o Czar abdica em favor do Grão-Duque Mikail, que é obrigado a renunciar no dia seguinte. Em seu lugar tomou o poder o Governo Provisório, formado pelo Comitê Revolucionário da Duma, com Kerenski como Ministro da Justiça e com o apoio do soviete de Petrogrado.

Os 5 dias de fevereiro haviam modificado a Rússia tanto quanto a monarquia czarista a havia impedido de evoluir por séculos. Todas as contradições que envolviam a sociedade vieram à tona e buscaram novas soluções. O velho regime estava desaparecendo. O que viria em seu lugar? Duas alternativas estavam colocadas historicamente.

De um lado, o bloco formado pela burguesia russa aliada ao capital francês e inglês, que formava a tímida oposição legal à monarquia absolutista. Este bloco apresentava como proposta às massas insurrectas um regime liberal burguês. Isto equivaleria na Rússia de 1917, a manter o país na guerra contra a Alemanha e a Áustria-Hungria, a não realizar a reforma agrária e a estimular o crescimento da economia russa com base no capital estrangeiro, fortalecendo a dependência russa em relação aos países capitalistas da Europa Ocidental.

Era representado politicamente pelo Partido Cadete, que possuía fortes ligações com os monarquistas. Contará, em não poucas ocasiões com o apoio de Kerenski, embora este fosse formalmente um Social-Revolucionário.

A burguesia era apoiada “criticamente” pelos mencheviques, que consideravam que a revolução Russa, naquela etapa, era uma revolução burguesa e que, portanto, o poder deveria ficar com a burguesia. Num primeiro momento se colocaram contra a participação dos soviets no poder político, embora em maio aceitassem participar de um governo de coalizção com a burguesia, como veremos.

Os Social-Revolucionários formavam um partido não marxista que se propunha a unir os intelectuais e os trabalhadores sob a liderança da “Razão Crítica” e defendiam os interesses de classe dos camponeses. Apoiavam também “criticamente” o governo burguês e aceitaram participar dele desde o primeiro momento. Possuíam penetração no seio das massas camponesas e também no exército, formado na sua grande maioria por trabalhadores rurais.

Os bolcheviques, até abril, apoiaram “criticamente” o governo do qual participava Kerenski, com base na mesma argumentação dos mencheviques.

A outra alternativa que se apresentava naquele momento histórico para substituir o czarismo era o bloco formado pelos operários dos grandes centros urbanos, aliados a alguns setores da pequena burguesia urbana, com outros setores dos camponeses médios e pobres (mujiques) e com os soldados e marinheiros.

Na cidade, começando com os grandes centros industriais e depois se estendendo a centros de menor importância e áreas rurais, os operários montavam comitês em seus locais de trabalho e passavam a disputar o controle das fábricas com os patrões. O poder da organização espontânea da massa operária foi tal que esses comitês decretaram unilateralmente, com a oposição dos patrões e do governo burguês, a jornada de trabalho de 8 horas diárias.

A 2 de abril, a Conferência Preparatória dos Comitês de Fábrica das Indústrias de Guerra de Petrogrado proclamou uma constituição de Fábrica que dava as seguintes atribuições aos Comitês: 1) “Todas as instruções sobre a organização interna da fábrica (por exemplo, horário de trabalho, salários, contratos e demissões, férias, etc.) deverão emanar dos Comitês de fábrica”. 2) “O controle de todo o pessoal administrativo (pessoal da administração superior, chefes de seção ou de oficinas) depende da aprovação do comitê de fábrica, que deve notificar aos operários suas decisões em reuniões gerais de toda a fábrica ou através dos comitês de oficinas.” 3) “O comitê de fábrica controla a atividade de direção nos terrenos administrativos, econômicos e técnicos (...) Deve-se proporcionar aos representantes dos comitês de fábrica, para sua informação, todos os documentos oficiais da direção, as previsões de produção e de

gastos, e lista detalhada de todos os objetos que entram ou saem da fábrica.” (Brinton, 1972, 28)

A posição dos comitês de fábricas se viu ainda mais reforçada na medida em que alguns patrões fugiram da revolução e o controle de suas fábricas ficava totalmente sob a responsabilidade dos operários.

A atitude do governo de Kerenski e dos patrões frente aos comitês foi clara, assim como a posição dos mencheviques e social-revolucionários: todos foram contra. Fizeram o possível para acabar com os comitês, ou então, no caso dos mencheviques e social-revolucionários, castrar o que eles tinham de revolucionários, fazendo com que fossem absorvidos na estrutura sindical oficial, agora controlada por eles.

Uma nova frente de luta estava aberta: a luta dos operários não só para terem a propriedade dos meios de produção, mas para modificarem radicalmente as relações de produção capitalistas no próprio local de trabalho.

Assim, em 1917, o panorama russo no campo das relações de produção, havia sofrido importantes modificações. Em não raras ocasiões os trabalhadores gráficos se recusavam a imprimir qualquer lei, proclamação, jornal ou panfleto contrarrevolucionários. Nos telégrafos, os trabalhadores falsificavam ou mandavam para destinatários incorretos, ou mesmo não mandavam, os telegramas e ordens das forças burguesas. Os comitês formados pelos operários ferroviários impediam o transporte de tropas ou abastecimentos que auxiliassem a contrarrevolução, bem como atuavam como o destacamento avançado dos operários na agitação junto às tropas czaristas.

No exército, a situação não era muito diferente. Graças à pressão dos soldados rasos, o Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado aprovou a Ordem n. 1 estabelecendo que comitês eletivos deveriam ser formados em todos os regimentos militares. Deputados dos soldados deveriam ser eleitos para os sovietes, em todos os atos políticos os soldados deveriam se submeter ao soviete e aos seus comitês e as armas deveriam estar sob controle dos comitês dos regimentos e batalhões não devendo, em hipótese alguma, serem entregues aos oficiais. Também eram abolidos os sinais exteriores de respeito (continência, etc.) quando fora de serviço e proibido o tratamento desumano do soldado que, segundo o regulamento czarista poderia ser chicoteado pelo seu superior à menor falta.

Alguns regimentos e batalhões aderiram imediatamente à Ordem no. 1. Outros levaram um pouco mais de tempo. Mas até o final de 1917 todo o exército estava organizado em comitês que levaram até o fim a destruição do exército czarista.

Às forças burguesas não restava outro recurso que apelar para o “patriotismo” dos soldados, explorando o fato da Rússia estar sendo invadida por forças alemãs, para tentar submetê-los aos oficiais burgueses e monarquistas. O período no qual eles conseguiram certo sucesso nisso foi o lapso de tempo, entre fevereiro e outubro, em que durou o Governo Provisório.

No campo, a revolução demorou um pouco mais de um mês para se iniciar. Os camponeses se lembravam dos massacres das outras revoluções e levantes. Desejavam como que se certificar que desta vez eles não seriam decepcionados. Mesmo assim, ainda em março, grandes proprietários de terras começaram a vender suas propriedades para os camponeses ricos (kulaks), pressentido que a tormenta revolucionária estava para se estender ao campo. Muitas dessas vendas eram fictícias, pois pensavam os nobres que os kulaks não seriam desapropriados e desta forma eles poderiam manter suas propriedades. Foi por isso que ainda em março inúmeros delegados camponeses se dirigiram ao Governo Provisório exigindo que esse proibisse a venda de terras pelos latifundiários.

Esta lei o Governo Provisório não aprovou. Mas aprovou outra, criando Comitês sobre a Terra para preparar a reforma agrária “ordeira”. O objetivo do Governo Provisório com essa medida era evitar que os camponeses se organizassem em sovietes totalmente independentes do Estado e, desta forma, controlar a violência - que eles pressentiram - estava prestes a se desencadear sobre o campo.

Como decretos não podem paralisar a luta de classes, ainda mais durante uma revolução, o mês de abril se inicia com as primeiras expropriações dos latifundiários pelos camponeses, que dividiam as terras entre si, bem como todas as propriedades móveis que encontravam. Numerosos comitês formados pelos camponeses proibiram os grandes proprietários de terras de derrubarem suas florestas ou então entregavam os campos, que o proprietário não tinha cultivado com o receio da revolução, para os camponeses sem terra.

As terras da Igreja e da Monarquia não foram poupadas. Mesmo em locais tão distantes, como as estepes siberianas e Vladivostok, a revolução fez sentir seus efeitos. Por todo o campo russo – embora num ritmo mais lento que nas cidades – surgiram comitês de camponeses e sovietes que, embora na sua imensa maioria fossem dominados pelo social-revolucionários e mencheviques, não podiam se furtar a atender à pressão da massa camponesa que exigia terra. Pois, caso contrário, os camponeses poderiam agir de forma ainda mais radical e fora do controle das forças que tendiam ao compromisso com a burguesia.



## **Capítulo III – Dos Dias de Abril ao mês de Julho**

No capítulo II seguimos os acontecimentos desde a Insurreição de Fevereiro até os impasses gerados pela nova situação política e social em março. Um Governo Provisório que fazia o que podia para frear o movimento espontâneo das massas, as organizações da esquerda em geral agrupadas ao redor da tese do “apoio crítico” ao Governo Provisório, e as massas operárias, os soldados e camponeses tomando as medidas imprescindíveis para que o avanço revolucionário prosseguisse. Nos meses de abril, maio e junho, a situação revolucionária avançaria com rapidez e é disso que trataremos nesse capítulo. No seguinte abordaremos o avanço e a derrota da contrarrevolução nos meses de julho e agosto.

### **1 – Lenin, as Teses de Abril e a Luta Interna entre os Bolcheviques**

Em abril, profundas mudanças afetam o processo revolucionário russo.

Com a chegada de Lênin, Zinoviev e outros revolucionários russos do exterior se inicia no partido bolchevique a luta contra as concepções até então dominantes no interior do partido, principalmente contra aquela que afirmava que a revolução russa tinha um conteúdo essencialmente burguês e que, por isso, o papel das forças revolucionárias seria o de auxiliar a burguesia a se consolidar no poder contra a reação monarquista. Stálin e Kamenev estavam propondo a união dos bolcheviques com os mencheviques na defesa da revolução de fevereiro. (Trotsky, 1967,262)

Chegando à Rússia, Lênin redige as Teses de Abril:– a república nascida da Revolução de Fevereiro era uma república burguesa – e que, portanto, não cabia aos operários lutarem por ela. A tarefa dos bolcheviques era derrubar o governo imperialista burguês de Kerenski e fundar a República Soviética dos trabalhadores. A principal tarefa momentânea dos bolcheviques era explicar “pacientemente” às massas quem os mencheviques e os sociais-revolucionários defendiam – a burguesia – e não temer ficar, momentaneamente, em minoria. Pelo contrário, estando em minoria era possível, naquele momento histórico particular, explicar às massas exaustivamente todas as traições que os mencheviques, sociais-revolucionários e o Governo Provisório estavam realizando e, dessa forma, conseguir o apoio das massas operárias e camponesas.

A luta no interior do partido bolchevique foi renhida. Os estratos superiores do partido receberam com animosidade e desconfiança as opiniões de Lênin e, quando foram publicadas no Pravda (órgão bolchevique), receberam uma introdução esclarecendo que os editores do jornal (entre eles Stálin) consideravam as teses inaceitáveis, pois partiam do pressuposto (falso, para eles) que estava na hora de se lutar por um governo operário na Rússia.

No entanto, os setores do partido mais próximo à classe operária, principalmente os comitês dos distritos operários, passaram a fazer agitação das teses entre as massas, principalmente em Moscou e Petrogrado. Na conferência do Partido, em abril, as Teses de Lênin acabaram sendo vitoriosas. Para isso em muito contribuiu o clima político que vivia a Rússia depois dos “Dias de Abril”, como veremos a seguir.

Enquanto isso, o Governo Provisório tentava consolidar seu poder político para a formação de um regime burguês. Para tanto, era fundamental conquistar a confiança e o apoio dos Aliados (França, Inglaterra e Estados Unidos) e obter financiamentos desses países para conseguir controlar a crise econômica.

A contrarrevolução, encabeçada agora pelo partido que formava a direita do Governo Provisório, o Partido Cadete, estava, por sua vez, preparando a primeira tentativa para voltar ao poder político. Seus principais instrumentos seriam o ministro dos Negócios Estrangeiros, Miliukov e o general Kornilov.

No dia 18 de abril, o Governo Provisório promoveu uma gigantesca manifestação de cunho patriótico, comemorando o dia Internacional do Trabalhador (na Rússia, até o calendário estava atrasado 13 dias em relação ao calendário ocidental).

Tomaram parte da manifestação desde os ministros burgueses



até os distritos operários. Todos expressando sua determinação de lutar pela democracia até o fim. O tema da guerra e da paz foi habilmente escondido pelo Governo Provisório. Claro que cada classe social interpretava de forma diferente a palavra democracia, mas isso não impediu o Governo Provisório de proclamar aquela manifestação como prova de unidade do povo russo ao redor da “democracia” que eles apregoavam.

Nesses mesmos dias, Miliukov havia articulado secretamente, juntamente com o Estado Maior do Exército que pululava de generais monarquistas, uma operação militar para ocupar os estreitos do Bósforo e Dardanelos, passagem obrigatória para os navios Russos que se dirigiam ao Mediterrâneo. O objetivo de Miliukov era forçar os mencheviques e os social-revolucionários a aceitarem uma política exterior imperialista, voltada à expansão do império russo e à manutenção da guerra, através de um fato consumado. E, ainda, os EUA que entraram na guerra no início de 1917, haviam prometido um crédito suplementar de 75 milhões de dólares ao Governo Provisório caso ele realizasse uma nova ofensiva sobre o exército alemão.

Os planos da contrarrevolução esbarraram na resistência das massas. Os soldados que deveriam tomar os estreitos do Bósforo e Dardanelos se negaram a cumprir as ordens emanadas do Estado Maior do Exército.

No dia 19, o dia seguinte à manifestação, os operários em Petrogrado e Moscou tomaram conhecimento da nota enviada por Miliukov aos aliados da Rússia na guerra, afirmando que era objetivo do Governo Provisório continuar com a guerra até a vitória final, honrando todos os compromissos que o governo czarista havia assumido. No mesmo dia, chegam as notícias da tentativa frustrada de ocupar os estreitos. Tudo evidenciava aos trabalhadores que o Governo Provisório tinha todo o interesse em continuar com a guerra e as corrupções e roubalheira que propiciava à burguesia. Nunca se venderam tantas joias na Rússia como naquela época, enquanto aumentava a miséria e a fome dos trabalhadores.

Além disso, os camponeses, que eram a maioria dos soldados, desejavam voltar para suas casas e aproveitar o final da primavera para o plantio de seus campos. Este sentimento era agravado pelas incessantes notícias de casa, que davam conta de que os kulaks e os latifundiários estavam retomando suas terras e controlavam os soviets e os comitês sobre a terra. Os camponeses no exército estavam percebendo que as vitórias conseguidas em fevereiro, em março estavam esvaindo por seus dedos.

O mesmo sentimento atingia os operários. Os comitês de fábricas encontravam cada vez maiores dificuldades em impor suas decisões nos locais de trabalho. Os patrões estavam articulando um *blackout*, com o apoio disfarçado do Governo Provisório, para forçar a extinção das organizações dos operários nas indústrias. O Governo Kerenski, embora houvesse prometido, ainda não havia promulgado a lei estabelecendo a jornada de trabalho de oito horas nem tomara medidas para melhorar a vida dos trabalhadores mediante a diminuição dos lucros dos capitalistas.

Todas as reivindicações econômicas e políticas encaminhadas pelas massas trabalhadoras da cidade e do campo encontravam a mesma resposta do governo burguês: estas medidas só poderiam ser adotadas pela Assembleia Constituinte que, no entanto, não tinha data estabelecida para ser convocada.

## 2 – Os “Dias de Abril”

Foi neste estado de espírito que as massas operárias e camponesas receberam a notícia da nota de Miliukov e da fracassada ofensiva sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos. A reação foi imediata. No dia 19 de abril, o dia seguinte à manifestação de “apoio” ao Governo Provisório, um professor sem partido, do qual apenas sabemos que era “matemático e filósofo”, se dirigiu ao regimento finlandês e propôs que eles se dirigissem em manifestação à sede do Governo Provisório. A proposta foi aceita e às três da tarde o regimento finlandês ocupava as ruas da Capital. Logo outros regimentos aderiram, os operários paralisaram as fábricas e se juntaram aos soldados. O slogan que dominava a manifestação era – pela primeira vez – “Abaixo o Governo Provisório”.

No entanto, as massas tinham ainda confiança em Kerensky e nos mencheviques. Com tal manifestação e com a palavra de ordem “Abaixo o Governo Provisório”, queriam “ajudar” os mencheviques e social-revolucionários a se livrarem de Miliukov e cia. Por isso, os social-revolucionários e os mencheviques não tiveram muita dificuldade em controlar e dispersar a manifestação, não antes, porém, que houvesse ocorrido uma troca de tiros com uma outra manifestação promovida pelos cadetes em apoio a Miliukov e ao governo provisório.

Esses acontecimentos fizeram com que as Teses de Abril caíssem em terreno fértil e servissem para esclarecer as massas revolucionárias. O espaço que Lênin ganhava no interior do partido era um reflexo de como suas opiniões penetravam na classe trabalhadora, principalmente em Petrogrado.

Miliukov e Kornilov se aproveitaram desse clima de insatisfação das massas trabalhadoras em relação ao Governo Provisório para precipitar um confronto das massas revolucionárias com a contrarrevolução, num momento em que, dado o baixo nível de consciência e organização dos primeiros, o confronto poderia ser adverso para a revolução. O objetivo de Kornilov e Miliukov era trazer as massas desorganizadas para a rua e, num encontro sangrento, derrotá-las e derrubar o governo de Kerenski. Para isso Kornilov transferiu batalhões “leais e confiáveis” para perto de Petrogrado e conclamou os cadetes para saírem às ruas e provocarem os trabalhadores.

No entanto, mais uma vez, o plano contrarrevolucionário falhou, como falharia mais tarde, por um poderoso fator: a organização das massas trabalhadoras nos seus locais de trabalho, em comitês de fábricas e sovietes locais, e dos soldados nas unidades militares, em comitês de soldados. Quando percebeu o golpe contrarrevolucionário, o Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado enviou uma ordem aos comitês das unidades militares avisando-as para não saírem dos quartéis a não ser com ordens expressas dos Sovietes. Quase nenhuma tropa seguiu Miliukov e Kornilov.

A derrota da tentativa contrarrevolucionária e a pressão das massas que se seguiu forçaram a saída dos cadetes do governo e a formação de um novo governo, agora mais à esquerda, com participação dos mencheviques e dos social-revolucionários. Kerenski assumiu o posto de Ministro da Guerra e da Marinha. Junto às massas, a participação de mencheviques e social-revolucionários, alguns dos quais haviam cumprido penas nas prisões czaristas, dava certa credibilidade ao novo governo. Mas, por pouco tempo, como veremos.

### 3 – Julho

Uma semana após ter tomado posse do cargo de Ministro da Guerra e da Marinha, Kerenski iniciou uma gigantesca campanha pelo front a favor de uma ofensiva contra os alemães, atendendo às pressões dos países aliados da Rússia na Guerra. Para os soldados, afirmava que os alemães estavam completamente esgotados com a entrada dos EUA na guerra e que a ofensiva que ele propunha era o caminho mais rápido para a paz. Apelava para o espírito patriótico – em defesa da “nossa revolução” – para que avançassem sobre os alemães. A imprensa social-revolucionária, cadete e menchevique dava enorme eco à declaração do recém empossado ministro.

Com maioria cadete, e social-revolucionária o Congresso dos

Soviets de toda a Rússia, que se iniciou a 3 de junho, aprovou a necessidade da nova ofensiva, com a oposição dos mencheviques, dos anarquistas e alguns internacionalistas.

Durante este período os bolcheviques explicavam “pacientemente” às massas quem era o Governo Provisório e o que este pretendia. Os bolcheviques realizaram um intenso esforço de propaganda afirmando que a nova ofensiva se transformaria numa gigantesca derrota, que o exército não tinha condições materiais de se lançar numa nova ofensiva – e mais – que essa ofensiva tinha como objetivo atender às exigências dos governos da França e Inglaterra, ao enorme preço de piorar ainda mais a crise econômica por que passava o país.

De meados de maio em diante, começa a se fazer sentir uma crescente inclinação dos trabalhadores em direção aos bolcheviques. Muitas vezes, os soviets faziam violentas críticas aos bolcheviques, mas apoiavam as teses que este partido levantava. Outras vezes, delegados que se afirmavam mencheviques ou social-revolucionários, criticavam violentamente o governo provisório. A 17 de maio o Soviete de Kronstadt se declara o único governo na localidade e não reconhece mais o governo provisório.

Em inúmeros soviets locais e comitês de fábrica os bolcheviques se transformaram em maioria, ou então, aumentaram em muito o número de seus delegados. Um número cada vez maior de bolcheviques é enviado ao front como delegado dos comitês dos soldados aos soviets. No campo, os bolcheviques começam a conquistar os primeiros soviets.

No dia 6 de junho começou a ofensiva militar contra os alemães, que se transforma num gigantesco fiasco. A incapacidade política do novo governo em preparar a ofensiva fez com que os Exércitos russos atacassem de forma desordenada e em datas muito diferentes umas das outras unidades. Em poucos dias o exército russo está totalmente batido e inicia uma desastrosa retirada. Os alemães avançam. Os soldados percebem que foram enganados por Kerenski e pelo novo governo: a ofensiva não levaria à derrota da Alemanha e à paz. A autoridade de Kerenski e seus partidários frente às massas sofre um enorme declínio, as massas aceleram seu deslocamento para a esquerda, dentro do espectro político russo.

Essa insatisfação dos soldados é acentuada com a aprovação pelo Comitê Executivo dos Soviets de uma “Declaração dos Direitos dos Soldados”, um verdadeiro passo atrás em relação à Ordem n. 1. Ela restringia, fundamentalmente, a liberdade de organização dos soldados em suas unidades militares.

O Comitê militar Bolchevique de Petrogrado convocou uma

manifestação para denunciar e protestar contra esses acontecimentos. Mas frente à pressão do Soviete do I Congresso de Sovietes de Toda a Rússia, recua da manifestação. Esse recuo do partido recebe violentas críticas de alguns comitês de fábricas, e alguns membros do partido, em protesto, rasgam suas carteirinhas. A tensão entre as massas estava se tornando explosiva.

Os mencheviques e social-revolucionários tomam então a iniciativa de convocar eles mesmos uma manifestação para mostrar que os trabalhadores apoiavam a eles e não aos leninistas. A manifestação convocada pelo Governo Provisório teria os seguintes slogans: “Paz Universal”, “Convocação Imediata da Assembleia Constituinte”, “República Democrática” etc. Significativamente era deixada de lado qualquer palavra de ordem de apoio direto ao Governo Provisório.

Os bolcheviques decidiram participar desta manifestação e transformá-la no oposto do que desejavam os mencheviques e social-revolucionários. Sob as palavras de ordem “Todo o poder aos Sovietes”, “Abaixo os Dez Ministros Capitalistas” e “Abaixo a Ofensiva”, a manifestação deveria se transformar num repúdio das massas trabalhadoras de Petrogrado à política seguida pelo governo de Kerenski.

Quatrocentos mil pessoas participaram da marcha que se transformou em uma enorme manifestação bolchevique. Pela primeira vez as forças que apoiavam o governo burguês, e o próprio governo burguês, haviam sofrido uma derrota com as armas e o campo escolhidos por eles. Não era uma derrota que decidisse a sorte da revolução, é verdade. Mas era a primeira derrota.

Imediatamente, as forças da contrarrevolução, encontrando o apoio da direita menchevique e da direita social-revolucionária, levantaram a palavra de ordem de desarmar os bolcheviques e as massas revolucionárias. Estava se aproximando o momento, clássico em toda a Revolução Burguesa, no qual os donos do capital tentam desarmar os trabalhadores. Medidas começam a serem tomadas para transferir os regimentos mais revolucionários para o front, desarmar aquelas unidades militares que se negassem a obedecer as ordens governamentais e proibir a imprensa bolchevique. Uma campanha sem precedentes tem início para as massas acreditarem que os bolcheviques são espiões alemães, pois Lênin, seu chefe máximo, não veio à Rússia num trem cedido pelo governo alemão? Todos os fracassos do Governo Provisório são lançados sobre as costas do Partido Bolchevique.

Ao mesmo tempo, as forças abertamente contrarrevolucioná-

rias (que se aglutinavam no Partido Cadete) perceberam que o Governo Provisório não era uma proteção suficiente contra as massas, e começaram a conspirar para substituir o governo de Kerenski por uma ditadura militar férrea, que sufocasse a revolta dos trabalhadores.

O final de junho passa em comoção contínua. Comitês de Fábricas e Sovietes Locais aprovam resoluções contra o Governo Provisório, contra a ofensiva e a favor do poder dos soviets. O slogan “todo poder aos soviets” começa a penetrar cada vez mais nas massas. No campo, ainda que lentamente, também se observa uma transformação das opiniões dos camponeses semelhante à evolução que ocorre nas cidades: cada vez mais à esquerda.

No início de julho chegam notícias do front dando conta da enorme derrota em que se transformara a ofensiva. A desorganização do Exército na frente de batalha e a deserção do exército pelos camponeses que, em grupos, retornavam para as suas terras, deixavam as portas da Rússia abertas para um posterior avanço alemão. Kornilov começou a tramar com o Estado Maior alemão para que ele invadisse Petrogrado e esmagasse a revolução.

Ao mesmo tempo, as condições econômicas da Rússia se deterioravam rapidamente. “Em 1915 a guerra custou à Rússia 10 bilhões de rublos, em 1916, 19 bilhões; durante a primeira metade de 1917, 10,5 bilhões; no começo de 1918 a dívida externa teria igualado toda a riqueza da nação! O Comitê Executivo Central (dos Sovietes) estava esperando um apelo por um empréstimo de guerra, sob o nome açucarado de “Empréstimo da Liberdade”, enquanto o governo ia chegando à conclusão não muito complicada de que sem um enorme empréstimo estrangeiro, ele não somente não poderia pagar seus credores estrangeiros, como também não poderia sustentar suas obrigações domésticas.” Os capitalistas, desanimados com uma produção que lhes rendia mais dores de cabeça que lucros, estavam deliberadamente fechando suas fábricas até melhores dias. “O ministro do trabalho, Kobolev estava pregando aos trabalhadores, em grandes manifestos, que não seria aconselhável a interferência destes na administração das fábricas”. Mais da metade das locomotivas estava necessitando de grandes reparos e a maior parte do material das estradas de ferro não funcionava por falta de combustível. Tseretelli, um líder menchevique que entrara para o governo com grande prestígio entre as massas, tal como Kerenski, estava se tornando uma figura odiada para a maioria dos soldados e trabalhadores de Petrogrado. Com a violenta inflação, a luta por melhores salários estava enervando os trabalhadores. “Um relatório do sindicato dos condu-

tores de trens ao ministro da Comunicação afirmava: "Pela última vez nós anunciamos: paciência tem seus limites, nós simplesmente não podemos viver nessas condições". (Trotsky, 1967,421-3)

Em geral os soldados estavam mais impacientes que os trabalhadores tanto porque eles estavam ameaçados de uma transferência para o front, como porque era mais difícil para eles que para os operários entenderem considerações de estratégia política. No dia 21 de junho um apelo de Lênin aos trabalhadores apareceu no Pravda, alertando-os de que "um ataque imediato seria inviável".

Na praça de Yakomy, em Kronstadt, os anarquistas estavam aprovando um *ultimatum* após o outro. O clima estava se tornando explosivo. "Em todos os lugares" relembra Sukanov "(...) se falava sobre algum tipo de manifestação, se não hoje, amanhã." Ninguém sabia ao certo quem iria manifestar o que, mas a cidade se sentia próxima a algum tipo de explosão.

A contrarrevolução, procurando aproveitar a insatisfação e desestabilizar o Governo Provisório com o objetivo de lhe tomar o lugar, retirou os ministros cadetes da coalizão governamental.

Em Petrogrado, um anarquista, Bleichman, estava ganhando para seus pontos de vista camadas cada vez maiores de soldados: "É necessário sairmos de armas nas mãos. Organização? A rua nos organizará. A tarefa? Derrubar o Governo Provisório do mesmo modo como derrubamos o czar sem que nenhum partido estivesse liderando". "Os trabalhadores progressistas lembravam que em fevereiro seus líderes estiveram prontos a se retirarem da luta justamente na véspera da vitória; que, em março, a jornada de 8 horas havia sido ganha por uma ação de baixo; que, em abril, Miliukov foi derrubado por regimentos que foram para a rua pela própria iniciativa. A lembrança desses fatos aumentava o espírito tenso e impaciente das massas". (Trotsky, 1967,427-8)

Estas, sentindo que os soviets estavam ficando para trás, começaram a construir novos laços organizativos por fora dos já existentes. "No lugar dos velhos comitês de regimentos eles tinham eleito um comitê revolucionário provisório consistindo de dois membros para cada companhia sob a presidência de Ensing Semashko". (Trotsky, 1967, 430-31) Delegados haviam sido enviados para Kronstadt e outros regimentos pedindo apoio e esclarecendo que a manifestação seria armada.

"Um trabalhador da fábrica Renaud conta: 'Depois do jantar alguns soldados do regimento de metralhadoras requisitaram que nós fornecêssemos a eles alguns caminhões. Apesar do protesto do nosso grupo (os bolcheviques) nós tivemos que dar os caminhões.

Eles rapidamente os lotaram com metralhadoras e se dirigiram ao longo da Nevski. Nesse momento nós não podíamos mais segurar nossos trabalhadores. Todos eles, como estavam, em macacões, saíram da bancada direto para a rua.” (Trotsky, 1967,431-2) Nas ruas, os guardas vermelhos carregavam de munições suas armas e seus cinturões, os trabalhadores que não haviam conseguido armas ajudavam outros que as haviam conseguido a se prepararem.

Os bolcheviques não poderiam mais segurar a manifestação. Ela seria armada e contaria com a participação da imensa maioria dos trabalhadores e soldados de Petrogrado. Somente restava ao partido bolchevique seguir a manifestação e impedir que ela se transformasse numa tomada prematura do poder pelos soviets. Tomar o poder naquele momento significava ficar isolado das massas camponesas e dos setores mais atrasados dos operários que trabalhavam em outras cidades menores, facilitando o trabalho da contrarrevolução. Devemos esperar que as reservas com as quais ainda conta a contrarrevolução sejam neutralizadas, explicava Lênin.

O Governo Provisório, sentindo o perigo que pairava sobre seu pescoço, imediatamente apelou para o Estado Maior do Exército (berço da contrarrevolução, como sabemos) para que mandasse tropas leais para Petrogrado com o objetivo de proteger o Governo Provisório da manifestação dos trabalhadores. O Comitê Executivo dos Sovietes proclamou a manifestação contrarrevolucionária e apoiou o pedido de tropas feito pelo governo Kerenski. Apesar disso, nenhum regimento apareceu para defendê-los.

O primeiro dia da manifestação terminou em discursos e marchas, por parte dos manifestantes; e resoluções e proclamações por parte do Governo Provisório e do Comitê Executivo dos Sovietes afirmando o caráter contrarrevolucionário da manifestação. Para o segundo dia, os bolcheviques decidiram tomar a frente da manifestação. Uma proclamação dos bolcheviques convocou os trabalhadores e soldados para “Através de uma manifestação organizada e pacífica levar seus desejos à atenção do Comitê Executivo, agora reunido”.

No segundo dia a manifestação contou com a participação de operários em cujos comitês os mencheviques e social-revolucionários ainda contavam com maioria. Tropas de todas as localidades próximas a Petrogrado vieram à manifestação. Para a defesa do Quartel General do Exército, o Governo contava somente com alguns cossacos.

Um choque armado e violento ocorreu entre um destacamento cossaco e a retaguarda da manifestação, sendo o destacamento foi disperso pela multidão.



Os manifestantes sitiaram o Palácio Tauride, sede do Governo Provisório. Um grupo entrou no palácio e trouxe Chernov, um ministro social-revolucionário, com ele. Não fosse a intervenção de Trotsky, a massa teria aprisionado o ministro.

Numa reunião com o Comitê Executivo naquela noite, os oradores dos manifestantes se exprimiam assim: “Vocês vêm o que está escrito em nossas bandeiras. Tais são as decisões adotadas pelos trabalhadores. Nós exigimos a renúncia dos dez ministros capitalistas. Nós confiamos no Soviete, mas não naqueles em quem o Soviete confia. Nós exigimos que a terra seja tomada imediatamente, que o controle da indústria seja estabelecido imediatamente. Nós exigimos luta contra a fome que nos ameaça.”. Outro orador afirmou: “Esta não é uma reunião, mas uma manifestação inteiramente organizada. Nós exigimos a transferência da terra aos camponeses. Nós exigimos a anulação das leis contra o exército revolucionário. Nós exigimos que o poder passe aos soviets”. (Trotsky, 1967,454) Enquanto transcorria a reunião, uma enorme massa de operários da fábrica Putilov exigia a presença de Tseretelli para falar com eles. Tseretelli se recusava a sair com medo, e Zinoviev, o líder bolchevique, foi de encontro aos operários, que saudaram o temor do líder menchevique com uma estrondosa gargalhada.

A estrondosa gargalhada mostrava a mudança de qualidade na relação das massas que estavam nas ruas para com o Governo Provisório. Uma gargalhada estrondosa: o Governo Provisório já era tratado, ainda que não fosse assim nominado, como uma grande piada.

Todavia, quem tomaria a iniciativa seria a contrarrevolução. As forças revolucionárias colocaram tudo o que tinham em campo nos dois dias de manifestação em julho. O Governo Provisório resistiu e a contrarrevolução se aproveitaria dessa vitória para tentar sufocar a revolução. Uma “quase” insurreição é a derrota da insurreição: os contrarrevolucionários percebem ter chegado sua hora e sua vez.

O que teve lugar, nessas semanas decisivas de julho ao início de setembro é, contudo, assunto para o próximo capítulo!



## Capítulo IV – A Contrarrevolução se Levanta

### 1 – O recuo

No capítulo anterior vimos como um movimento espontâneo dos trabalhadores e soldados, descontentes com as medidas contra a Ordem n.1, contra o poder dos trabalhadores nas fábricas e desconfiados das verdadeiras intenções do Governo Provisório quanto à guerra, lança-se em uma ofensiva que, não fosse a ação dos bolcheviques, Trotsky à frente, teria derrubado o Governo Provisório. Como os camponeses e o restante da Rússia ainda não haviam avançado politicamente como os trabalhadores e soldados de Petrogrado, um governo dos trabalhadores seria, naquele momento, derrotado pela contrarrevolução, com consequências imprevisíveis. Uma tomada precipitada do poder era o sonho de Kornilov e de Kerensky.

Por isso, na segunda noite da manifestação, os bolcheviques convocaram os soldados e trabalhadores para terminarem a manifestação. Continuí-la somente seria possível através da tomada do poder, o que não era o objetivo no momento. Um acordo entre os bolcheviques e o Governo Provisório é realizado. Os primeiros pediram aos de Kronstadt e aos regimentos vizinhos a Petrogrado que voltassem aos seus quartéis. Em troca, o governo garantia que os bolcheviques não seriam perseguidos. Enquanto isso, discursos sucediam a discursos feitos por mencheviques e social-revolucionários de direita no Soviete de Petrogrado cantando vitória e descrevendo como eles tinham destroçado a manifestação. Os primeiros regimentos leais ao governo começaram a chegar em Petrogrado e

o clima começou a mudar. Os vendedores de jornais bolcheviques eram atacados nas ruas, operários eram linchados por comerciantes burgueses.

Enquanto essa mudança de clima político ocorria em Petrogrado, a contrarrevolução tomava a ofensiva e destruía a gráfica onde os bolcheviques imprimiam seu jornal (tudo com o apoio, obviamente, do Governo Provisório que momentos antes havia prometido não reprimir os bolcheviques).

No Comitê Central do Soviete da Frota do Báltico, algo inesperado estava acontecendo. O comandante da frota entregava uma ordem recebida do Ministro Assistente da Marinha, Dudarev, ordenando que os navios em que as guarnições eram mais atrasadas politicamente e nos quais o Governo Provisório ainda contava com alguma autoridade, afundassem os navios que já haviam passado para o lado dos bolcheviques. A indignação foi geral. Naquele momento da guerra, afundar os navios russos era uma tarefa cuja lógica o “simples marujo” (como sempre, as passagens entre aspas são da *História da Revolução Russa*, de Trotsky) não podia compreender. Imediatamente o cruzador Orpheus foi designado para se dirigir a Petrogrado e prender Dudarev. Lá chegando, com a contrarrevolução em plena ofensiva, os membros da delegação do destroyer são presos e Kerenski faz uma declaração pública elogiando seu ministro assistente. A sessão conjunta do Comitê Executivo do Soviete declarou sua solidariedade para com Dudarev.

As tropas que chegavam do interior do país para apoiar o Governo Provisório, frequentemente eram recebidas a tiros quando entravam na cidade. Quem disparava esses tiros eram oficiais e burgueses, com o objetivo de jogar os soldados contra os trabalhadores. O clima se tornara muito desfavorável aos bolcheviques e chegara a hora, pensavam o Governo Provisório e as forças de contrarrevolução, de extirpar a “praga bolchevique”. É ordenada a prisão dos principais líderes bolcheviques. Trotsky e outros ficarão presos até o início de setembro. Lênin é obrigado a se refugiar na Finlândia de onde retornaria somente em outubro. É lá que ele escreve *O Estado e a Revolução*.

Durante todo o mês de julho Kerenski entra em negociações com as forças da contrarrevolução, junto ao Estado Maior do Exército, no sentido de estabelecer um plano conjunto para a substituição do Governo Provisório por um governo forte, de uma só pessoa (que claro, deveria ser Kerenski) sob a alegação de evitar a “ruína da mãe-pátria”. Os generais czaristas aderem ao plano com o objetivo de, sob o pretexto de apoiar Kerenski e seu golpe, colocarem próxi-

mos a Petrogrado tropas e regimentos que lhes permitissem tomar o poder. O líder dos generais, dos latifundiários, da alta hierarquia da Igreja Ortodoxa Russa, das altas finanças e que contava com a simpatia declarada dos governos da Entente, era o general Kornilov.

No front a situação se complicava e a 21 de agosto os alemães ocuparam Riga, próximo a Petrogrado. De Riga à capital da revolução era um pulo. A queda de Riga nas mãos dos alemães fora deliberadamente planejada pelas forças da contrarrevolução como o momento oportuno para tomar o poder.

O plano de Kerenski era concentrar tropas “leais” próximas a Petrogrado, declarar a lei marcial e a pena de morte na cidade e reprimir os bolcheviques e os operários para provocar uma insurreição imatura e despreparada, que seria rapidamente sufocada pelas tropas leais ao governo. A única diferença entre este plano e o de Kornilov é que o general queria dar um passo a mais: depois de reprimidos os trabalhadores, queria jogar pela janela Kerenski e se colocar como cabeça do novo governo de forças contrarrevolucionárias.

## **2 – A Ofensiva de Kornilov**

Enquanto Kerenski pedia tropas para Kornilov, este, no dia da queda de Riga, convocara cerca de 4 mil oficiais intermediários para seu Quartel General para colocá-los a par de seus objetivos. No interior de Petrogrado as forças cadetes estavam organizando uma quinta coluna que deveria ocupar os pontos estratégicos da cidade e prender os principais líderes bolcheviques e o Governo Provisório.

No dia 27 de agosto, Kornilov divulga uma declaração ao povo russo, dando conta de que, preferia morrer a continuar apoiando o governo Kerenski, que estava matando os soldados, levando o país à ruína e era aliado dos bolcheviques etc. Ele, Kornilov, pedia o apoio de todas as forças “leais à mãe pátria” no estabelecimento de um governo forte e capaz de colocar a casa em ordem. Notícias começaram a chegar a Petrogrado dando conta de que tropas leais ao Estado Maior se aproximavam de Petrogrado com o objetivo de derrubar o governo Kerenski. Este destituiu Kornilov de seus postos, mas nada mais faz do que convocar uma conferência com todos os seus ex-ministros.

Enquanto isso, fora do palácio Tauride, uma sessão do Soviete de Petrogrado criara uma Comissão de Luta contra a contrarrevolução, cujo comitê militar era formado por uma maioria bolchevique.

Ordens foram enviadas aos trabalhadores nas estradas de ferro para que impedissem qualquer movimento de tropas não or-

denado pelo comitê. Os sovietes locais, principalmente dos distritos operários, não esperaram qualquer instrução dos órgãos superiores. Convocaram soldados dos regimentos vizinhos para instruírem os trabalhadores e formaram milícias armadas que ocupavam os pontos estratégicos dos distritos, prendiam os agitadores contrarrevolucionários, preparavam a defesa e enviavam reforços ao Comitê de Luta contra a contrarrevolução. No dia 29 de agosto, a Guarda Vermelha anunciou que tinha condições de colocar em combate 40 mil trabalhadores e muitos mais estavam sendo empregados para cavar trincheiras, fossos antiblindados e construção de fortificações. O governador geral Petrogrado nomeado por Kerenski foi obrigado a reconhecer que “milhares de trabalhadores, através de seu insubstituível trabalho social, alcançaram durante algumas horas uma tarefa gigantesca que, sem sua ajuda, teria levado vários dias”.

A fábrica Putilov, trabalhando 16 horas por dia, fabricou mais canhões para a defesa da revolução. O sindicato dos choferes colocou todas as facilidades de transporte de seus membros à disposição do comitê. Os gráficos arrumaram para que os jornais fossem impressos mais rapidamente, ajudando a dar conta da situação aos trabalhadores. Em Helsingfors (Finlândia) nenhuma ordem deveria ser cumprida sem a assinatura do órgão eleito pelos marinheiros. As guarnições próximas a Petrogrado se preparavam para resistir e entravam em contato com o comitê. O trabalho deste “não era tanto de guiar e convocar os trabalhadores, mas meramente registrar e dirigi-los. Seus planos eram sempre antecipados. A defesa contra a rebelião dos generais se transformou numa caçada popular dos conspiradores”. (Trotsky, 1967,602-4) Tropas de Kronstadt foram enviadas para a defesa de Petrogrado e do Governo Provisório. Embora dispostos a uma convivência momentânea com Kerenski e companhia, os kronstadianos não tinham qualquer intenção de suportar o comando dos generais kornilovistas. Todos os combatentes kornilovistas foram presos ou executados e novos comandantes foram eleitos.

O que aconteceu com as tropas de Krymov, o principal comandante kornilovista, é esclarecedor do resultado dessa enorme iniciativa das massas. Ao receber ordens de avançar, Krymov não conseguia encontrar locomotivas para seus trens. Sob a ameaça de baionetas, os ferroviários finalmente aprontaram algumas locomotivas que, no entanto, não podiam se mover porque os ramais ferroviários à frente estavam entupidos de vagões, locomotivas quebradas e com sinalizações trocadas.

Nesse meio tempo, o soviete da localidade onde estava Krymov fez imprimir um manifesto aos soldados dando conta de que

Kornilov havia sido destituído do comando e de que esse movimento de tropas era para combater os trabalhadores em Petrogrado. Os oficiais tiveram que fazer propaganda no meio da tropa para desacreditar os panfletos. Temendo influência da propaganda que os trabalhadores das estradas de ferro faziam junto aos soldados, ao invés de avançar, o comandante kornilovista decidiu recuar algumas milhas da cidade.

No dia seguinte, os primeiros agitadores enviados pelos trabalhadores de Petrogrado chegam onde estão as tropas com as quais Krymov contava. Espumando de raiva, Krymov decide esperar pelos reforços da “Divisão selvagem” formada por tropas muçulmanas. No entanto, esta nunca chegaria. Uma delegação muçulmana formada por alguns potentados nativos foi enviada à sua procura. Os soldados não podiam permitir que os oficiais prendessem a delegação, seria uma violação das regras muçulmanas da boa hospitalidade. Os delegados responderam às acusações dos oficiais de que eram espões alemães com documentos que provavam que Kornilov estava deposto e que a Divisão estava sendo conduzida a Petrogrado para combater os trabalhadores. Após as explicações, os soldados da Divisão desfraldaram na locomotiva da frente uma bandeira vermelha com os dizeres “Terra e Liberdade”. Um oficial que sugeriu que a bandeira fosse retirada “para não ser confundida com sinais ferroviários” foi imediatamente preso.

No dia seguinte, Krimov recebeu ordens de avançar depressa e tomar Petrogrado. Avançar como? E como surpreender uma cidade que tinha se preparado para recebê-lo? Ao invés de cumprir as ordens e tomar Petrogrado, o destino reservou um futuro bem pior ao comandante contrarrevolucionário: alguns dias mais tarde ele se suicidaria.

Os trabalhadores das estradas de ferro e telégrafos naquele dia fizeram bem sua parte. O exército de Krymov se viu esparramado por oito linhas férreas diferentes. Notícias desfavoráveis a Kornilov eram rapidamente reproduzidas e esparramadas. Ordens do Estado Maior kornilovista nunca atingiram seu objetivo, e quando o faziam, estavam totalmente atrasadas. Ordens eram deliberadamente alteradas, e contra-ordens falsas quase sempre seguiam a uma ordem. Os maquinistas, responsáveis pela manutenção dos trens e dos trilhos se transformaram em agitadores. Nesse ambiente, as tropas de Kornilov avançavam – ou pior ainda, ficavam estacionadas, incapazes de ir à frente. “Seguir no mapa o destino dos escalões de Kornilov, dá a impressão de que os conspiradores estavam brincando de cobra cega nas linhas de estrada de ferro”. (Trotsky, 1967,610)

No dia 30 de Agosto o Comitê Executivo podia anunciar que era completa a desmoralização entre as tropas de Kornilov. A contrarrevolução estava se dissolvendo, sem deixar rastros. Era, comum naqueles dias, agitadores se dirigirem de Petrogrado a alguma unidade que deveria estar em tal localidade com destino à capital. Lá chegando, o agitador recebia a notícia de que os soldados já haviam partido em direção oposta a Petrogrado. Ou então, que haviam partido com bandeiras vermelhas nas mãos, e com seus oficiais prisioneiros.

Kerenski já começava a se sentir aliviado. Não seria desta vez que sua cabeça rolaria.

No entanto, sua imagem estava desgastada junto aos soldados e trabalhadores devido aos últimos acontecimentos. Além disso, seus planos passavam por uma aliança com a direita, e não com a esquerda. Kerenski naqueles meses, era um kornilovista, com a condição de que ficasse na liderança dos kornilovistas. Assim sendo, nem bem terminado o episódio contrarrevolucionário, Kerenski anuncia que as ordens de Kornilov continuavam obrigatórias para todas as unidades militares. Kornilov surpreso escreveria: “Um episódio ocorreu – o único deste tipo na história do mundo – um comandante em chefe, acusado de traição (...) da terra natal, e acusado deste crime frente às cortes, recebeu uma ordem para continuar comandando os exércitos.” Quando delegados da Divisão Selvagem se dirigiam a Kerenski e exigiram que Kornilov fosse punido, Kerenski responde: “Sua obrigação agora é obedecer seu comandante, e nós faremos tudo o que for necessário”.

Enquanto Kerenski e a contrarrevolução estavam realizando seu armistício sem vencedores, o clima estava esquentando nos regimentos e nas fábricas. Os soldados se sentiam cada vez mais inclinados a realizar eles mesmos os julgamentos dos oficiais contrarrevolucionários. Enquanto isso, Kerenski soltava todos os grandes generais que comprovadamente se envolveram com o episódio contrarrevolucionário. O descrédito e a desconfiança das massas em relação ao Governo Provisório crescia na mesma medida em que se dirigiam para a esquerda.

### 3 – 9 de Setembro de 1917

No dia primeiro de setembro, o Soviete de Petrogrado, ainda sob a presidência de Cheidze, um menchevique e com um *presidium* composto totalmente de mencheviques e social-revolucionários, votou uma resolução pedindo um governo de operários e camponeses, ou seja, desautorizando a política seguida pelo Comitê Executivo do



Soviete de favorecer um governo de coalizão com a burguesia. Esta solução foi seguida de resoluções de idêntico teor do Soviete de Moscou, das instituições soviéticas da Finlândia e outras localidades. O Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado decidiu convocar uma sessão para o dia 9 de setembro, onde, caso a votação do dia primeiro fosse provada, ele renunciaria.

Quando a sessão começou, cerca de mil delegados estavam presentes – todos os partidos tinham feito o maior esforço para levar todos os delegados a que tinham direito. Os bolcheviques, temendo não contar com a maioria, propuseram que um novo *presidium* fosse eleito proporcionalmente. Tseretelli rejeitou a proposta de compromisso em nome do *presidium* e afirmou que o *presidium* queria saber se o soviete “havia mudado de direção”. “Nós não podemos levar adiante a tática dos bolcheviques”. A resolução introduzida pela direita do soviete afirmava que a votação do dia primeiro de setembro não possuía maior significado e que o soviete continuava confiando no *presidium*.

Trotsky, aparecendo pela primeira vez no soviete desde que fora preso em julho, pediu um esclarecimento ao *presidium*: “Kerenski continua como antes, membro do *presidium*?” Vacilando, o *presidium* responde afirmativamente, “amarrando mais uma pedra ao pescoço”. “Nós acreditamos fortemente, disse Trotsky, que não deveria ser permitido a Kerenski sentar no *presidium*. O fantasma de Kerenski senta agora entre Dan e Cheidze (líderes mencheviques, que participavam do *presidium*). Quando eles pedem a vocês que sancionem a política do *presidium*, não esqueçam que vocês estão sancionando a política de Kerenski.” (Trotsky, 1967,661)

A sessão continuou em grande tensão. A explosão era evitada pelo desejo de todos em contar o mais rapidamente os votos que tinham. Ninguém duvidava que estava se decidindo a sorte da guerra e da paz, a sorte da própria revolução. A votação seria realizada pelo método de sair da sala. Todos a favor dos bolcheviques deveriam ir para fora. Seria mais fácil para a minoria sair do que para a maioria, pensava o *presidium*. “Em todos os cantos da sala uma agitação tem início. Todos falam em meio-tom. Algumas vezes as discussões aumentavam e se escutavam acusações em voz alta: kornilovista! Ou então: Heróis de Julho! A votação demorou mais de uma hora e as melhores previsões dos bolcheviques davam contas de que a eles faltariam uns 100 votos para a maioria. “Finalmente o resultado foi contado: pelo *presidium* e a coalizão 414 votos, contra 519, abstenções 67! A nova maioria aplaudia como uma tempestade, em êxtase, furiosamente. Ela tinha o direito. A vitória tinha sido bem paga.

Uma boa parte da estrada já havia sido vencida”. (Trotsky, 1967,661)

Após a conquista pelos bolcheviques da maioria no soviete de Petrogrado, com o deslocamento para o papel de minorias dos partidos e personalidades políticas que apoiavam uma política de compromisso com o governo de Kerenski, uma nova fase se abria para a revolução: a contrarrevolução estava vencida. Até o final do ano os bolcheviques manteriam a iniciativa política e conquistariam o poder em outubro. Somente a partir de meados de 1918 é que a contrarrevolução levantará novamente a cabeça para combater de armas nas mãos o governo soviético.

No próximo capítulo veremos como foi preparada a tomada do poder pelos bolcheviques: a Revolução de Outubro.

## Capítulo V – De Kornilov à Revolução de Outubro

### 1 – Maré montante

Vimos como a sobrevivência de um Governo Provisório cada vez mais enfraquecido e desacreditado ante a ofensiva espontânea das massas nos meses de maio e junho, abriu espaço para que as forças reacionárias, lideradas pelo general Kornilov, tomassem a iniciativa. Os revolucionários, os bolcheviques antes de todos, são perseguidos e aprisionados, Lenin ameaçado de morte tem que se refugiar na Finlândia (e aproveitaria esses meses lá isolado para escrever *O Estado e a revolução*), o jornal bolchevique é empastelado. O Alto Comando Militar fez o que pode para acabar com a influência da organização revolucionária dos soldados e marinheiros e, nas fábricas, os patrões combatem com toda a ferocidade a organização dos trabalhadores e operários. O Governo Provisório apoia a ofensiva contrarrevolucionária com a condição de que ela o mantivesse no poder; os contrarrevolucionários aceitam a aliança com Kerenski e o Governo Provisório para destruir a esquerda e, em seguida, derubar o próprio Governo Provisório. Em poucas palavras, os dias do Governo Kerenski estavam contados. A questão era se o sucederia um governo dos trabalhadores, soldados e camponeses ou um governo contrarrevolucionário. Isso seria decidido nas poucas semanas que vão do 9 de setembro ao 25 de outubro de 1917, pouco mais de 6 semanas! Nesse mês, veremos como as condições amadureceram revolucionariamente nessas poucas semanas e, no mês que vem, como foi a tomada do poder pelos bolcheviques.

Voltemos um pouco no tempo, aos meses de julho e agosto.

Nesses meses, ainda durante a ofensiva de Kornilov e seus partidários, aproveitando o refluxo da maré revolucionária, a burguesia e o governo provisório não perderam tempo em lutar contra os comitês de fábricas e a influência que estes exerciam no interior das unidades de produção. A 3 de agosto o Governo Provisório lançou uma campanha contra os comitês nas estradas de ferro. “Kukel, vice-ministro da Marinha, propõe a proclamação da lei marcial nas estradas de ferro e a criação de comissão com poderes para dissolver os comitês”. (Brinton, 1972,40)

Pouco tempo depois se reuniu em Petrogrado uma Conferência de patrões que criou uma União de Associações Patronais. Seu presidente, Birmanov, declarou que o principal objetivo da nova organização era a eliminação da intrusão dos Comitês de Fábrica nas funções que são privativas da direção. (Brinton, 1972,40-41)

Essas tentativas foram enfrentadas pela “Segunda Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado e províncias adjacentes”, que se reuniu de 7 a 12 de agosto. A conferência referendou as disposições anteriores que davam autonomia para a atuação dos comitês na fábrica, rejeitou as pretensões dos patrões de controlar a criação, ou de extinguir, os comitês eleitos diretamente pelos operários. Além disso, a conferência decidiu dar os primeiros passos no sentido de desvincular os comitês de qualquer controle dos sindicatos, nas mãos principalmente dos mencheviques. Para isso, 0,25% dos salários dos operários representados deveriam ser canalizados para a criação de um fundo para o Soviete Central dos Comitês de Fábrica, que ficaria assim “financeiramente independente dos sindicatos”. (Brinton, 1972,39)

Nas resoluções aprovadas pela Conferência, os Comitês de Fábrica exigem para si o direito de “controlar a composição da administração, e (...) a demissão de todos os que não pudessem garantir relações normais entre os operários ou que fossem incompetentes por outras razões”. “Todo membro do pessoal administrativo da fábrica terá que obter autorização do comitê de fábrica, para ocupar um posto; o comitê dará conhecimento de sua posição na Reunião Geral de toda a fábrica ou através de comitês de departamentos ou de oficina”. (Brinton, 1972,40)

No final de agosto, diversas greves importantes ocorreram: trabalhadores do couro, mineiros de Donbass, petroleiros de Baku, têxteis de Petrogrado. Nestas greves, uma característica comum: do lado dos patrões uma disposição em aumentar os salários, mas nunca reconhecer os comitês de fábrica. De outro lado, a disposição dos

operários de reivindicarem, em primeiro lugar, que o direito de demissão e contratação de pessoal da fábrica coubesse somente ao comitê eleito pelos operários.

No dia 28 de agosto, o Governo Provisório, através de seu ministro (menchevique) do trabalho Skobelev, promulgou a “Circular 421” que proibia as reuniões de comitês de fábrica durante o horário de trabalho “devido à necessidade de consagrar todas as energias e todos os segundos a um trabalho intenso”. Mais uma vez o Governo Provisório tentava controlar a organização independente dos operários através de decretos que somente serviam para desmoraliza-lo frente às massas. Naquela conjuntura, os operários não mais obedeciam a decretos como este.

## 2 – As Lutas Camponesas

Enquanto o papel decisivo da luta do operariado era exercido pelos operários de Petrogrado, entre os camponeses, o mesmo papel era exercido pelas regiões agrícolas da Rússia Central, notadamente no vale médio do rio Volga. Lá a agricultura, organizada tendo em vista a exportação, tinha adquirido um caráter mais capitalista e a estratificação entre os camponeses era mais definida.

Durante o verão, a luta dos camponeses cresceu de forma constante, aproximando-se da guerra civil. A forma de luta variava segundo a região: ocupação de fazendas, colheitas realizadas sem a autorização dos senhores da terra, distribuição de terras, etc. Até julho, o método empregado pelo Governo Provisório para combater os revoltosos tinha sido o envio de oradores protegidos por soldados aos locais onde os trabalhadores rurais estivessem “quebrando a lei” para persuadi-los a voltar atrás. No entanto, após a vitória sobre os trabalhadores em julho, as tropas da cavalaria se dirigiram ao campo, sem oradores, e se colocavam a disposição dos latifundiários. Na província de Kazan, uma das mais tumultuadas, eles obtiveram sucesso – para citar o jovem historiador Yugov – “somente através de prisões, trazendo tropas para o interior das vilas, mesmo revivendo o costume do chicoteamento em reduzir os camponeses à submissão”. (Trotsky, 1967,713)

No entanto, a partir do verão, especialmente após o mês de agosto, o movimento camponês começou a tomar claramente um rumo cada vez mais à esquerda. Decrescem proporcionalmente as lutas que envolviam as taxas de aluguel do arrendamento da terra, ao mesmo tempo que crescem em proporção as ocupações de terras e a destruição das propriedades dos nobres e da Igreja. A luta pela

modificação das condições de aluguel da terra, que em junho excediam os números de casos de movimentos destrutivos caíram em outubro para 1/40 do número (dos conflitos camponeses)”. “Mais de 42% de todos os casos de destruição registrados pela polícia entre a revolução de Fevereiro e a de Outubro, ocorreram no mês de outubro”. (Trotsky, 1967,715)

“Nos distritos que importavam grãos, a situação da alimentação deteriorou mais rapidamente que nas cidades. Não somente estava faltando comida, como também sementes (...). A população buscava substitutos para o pão. Relatórios davam conta de casos de escorbuto, tifo e suicídio de desespero. Fome e sua crescente sombra faziam a vizinhança da opulência e luxúria especialmente intolerável. As camadas mais destituídas das vilas moveram-se para as primeiras fileiras da luta”.

A tática utilizada pelos camponeses para combater os latifundiários era a mesma tática das velhas guerras camponesas: destruir completamente a propriedade dos inimigos. Os latifúndios eram reduzidos a “terra arrasada”. Apesar da amplitude e violência, essas lutas se dirigiam fundamentalmente contra as “reliquias da servidão” e não contra o capitalismo em si: em 4.954 conflitos no campo, somente 324 envolveram a luta contra a burguesia camponesa, isto é, os camponeses mais abastados. A propriedade camponesa era, essencialmente, respeitada pelo movimento. A razão disso é que o movimento camponês em 1917 foi um movimento essencialmente democrático (não socialista). O seu programa, foi o programa dos social-revolucionários: Terra e Liberdade. Só que, para os camponeses levarem até o fim o programa dos social-revolucionários, tiveram que derrubar, por meio de uma revolução, o governo social-revolucionário de Kerenski. Tal foi a dialética da Revolução Russa.

A ligação muito forte que existia entre camponeses e operários, que há poucas gerações haviam abandonado o campo e se dirigido à cidade, contribuía para fazer com que o espírito revolucionário dos operários, o seu desejo de derrubar o Governo Provisório, se alastrasse pelos campos. Os milhares de soldados que desertavam e voltavam para suas aldeias, carregavam com eles uma nova visão da velha Rússia: conheciam agora muito mais do país de seus antepassados, os quais raramente saíam além dos limites de suas vilas. Seu contato com os camponeses e operários de outras regiões da Rússia, bem como o vivo ambiente de discussão política que envolvia a vida entre os soldados, principalmente devido à atuação dos comitês de soldados, lhes havia proporcionado uma visão mais clara a respeito dos problemas que os atingiam. As lideranças dos soviets e Comitês Sobre a Terra

ia passando dos professores de aldeias social-revolucionários e mencheviques para os soldados, num processo irresistível.

Para o Governo Provisório, mandar tropas para sufocar a rebelião camponesa era cada vez mais desvantajoso. Um número cada vez maior de tropas enviadas ao interior com este objetivo aderiria à revolta. “Assim, a revolta rural desatava os últimos nós que amarravam o exército (czarista)”.

“Outono para os mujiques é o tempo de política. Os campos estão colhidos, ilusões desfeitas, paciência esgotada. Hora de acertar as coisas.” “O movimento agora transborda, invade todos os distritos, acaba com peculiaridades regionais, absorve todos os estratos sociais da vila, desaparece com todas as considerações de leis e prudência, se torna agressivo, selvagem, furioso, de grande violência, armado por aço e força, revólver, granadas de mão, demole e queima as residências dos proprietários, expulsa os latifundiários, limpa a terra e muitas vezes molha-a com sangue.” (Trotsky, 1967,734)

“A fraqueza desta revolução burguesa atrasada se manifesta no fato de que a guerra camponesa não empurrou os revolucionários burgueses para a frente, mas jogou-os conclusivamente no campo da contrarrevolução.” Tseretelli, o condenado a trabalhos forçados de ontem, defendia as propriedades dos latifundiários da ‘anarquia!’ A revolução camponesa, assim rejeitada pela burguesia, juntou suas mãos com o proletariado industrial. Neste sentido, o século 20 se livrou de todos os séculos passados que pesavam sobre ele, subindo em seus ombros para um novo nível histórico. Para que os camponeses pudessem cercar e limpar suas terras, os trabalhadores tinham que ficar na cabeça do Estado: esta é a fórmula mais simples da revolução de outubro.”(Trotsky, 1967,735)

### **3 – A construção do Governo Soviético**

No front, a situação do Governo Provisório não era melhor, apesar da afirmação de Kerenski ao Primeiro Ministro inglês, Loyd George, que a Rússia estava preparada para lançar uma ofensiva contra os alemães em melhores condições que a de junho. As instituições governamentais no Exército estavam completamente soltas no ar. “O comissário do 2.o Exército relatou que as cortes militares não podiam funcionar porque os soldados testemunhas se recusavam a aparecer e testemunhar. Regimento inteiros se recusavam a atirar e a confraternização com os soldados alemães, que em julho havia sido interrompida, continuava num ritmo cada vez maior”.

Os delegados do 133<sup>o</sup> Corpo do Exército fizeram esse relatório no soviete de Petrogrado: “Se não há um real esforço pela paz, os soldados mesmos tomarão o poder e declararão o armistício”. (Trotsky, 1967,766)

Nas fábricas, os operários continuam desenvolvendo seus comitês, “que se multiplicam por todas as partes em um ritmo incrível”. A conferência dos operários das fábricas bélicas montou comissões para estudar o problema da conversão da indústria de guerra para a produção de tempo de paz, fazia funcionar as fábricas que os patrões fecharam num movimento de *blackout*, membros dos comitês de fábrica de Petrogrado entravam em contato com mineiros e com os comitês das estradas de ferro, para garantir o abastecimento de combustível e matérias-primas para suas fábricas. As organizações dos operários se encarregavam de garantir o abastecimento de água, energia elétrica, combustível e comida para as cidades.

O governo dos soviets estava tomando forma. “Ele cresceu de baixo, do colapso da indústria, da impotência dos proprietários, das necessidades das massas.” (Trotsky, 1967,771-2) No primeiro Congresso dos Sovietes, em Julho, decidiu-se que ele deveria ser convocado a cada três meses. No entanto, o Comitê Executivo dominado pelos partidos que tendiam a um compromisso com o Governo Provisório, não tinha qualquer interesse em convocar o Congresso. Esta tarefa coube aos bolcheviques, depois de conquistarem a maioria do congresso em Petrogrado. O II Congresso dos Sovietes foi convocado para o dia 20 de outubro. Estava ele destinado a tomar o poder do Governo Provisório e dar nascimento ao governo soviético.

Um movimento insurrecional de massas deve, necessariamente criar os órgãos destinados a realizar a insurreição. Enquanto corpo político, os soviets eram esses órgãos. Mas, quando passavam a um plano insurrecional mais evidente, às questões de ordens técnicas e militares, um corpo como o soviete era insuficiente. Por isso o Soviete de Petrogrado criou, em meados de setembro, o Comitê Revolucionário-Militar. O Comitê foi criado por uma proposta dos mencheviques que queriam um órgão a parte do soviete para controlar a guarnição de Petrogrado e arredores no sentido de impedir a tomada do poder pelas massas. Mas, naquele momento, isto era historicamente impossível; e o órgão contrarrevolucionário acabou se convertendo no principal órgão coordenador do processo insurrecional em Petrogrado.

O primeiro conflito aberto do Comitê Revolucionário-Militar com o Governo Provisório foi a respeito da transferência dos regimentos mais revolucionários para o front. O objetivo do Governo



Provisório era substituir essas tropas, mais “confiáveis”, para reprimir os bolcheviques e as massas. “A burguesia sabe que o soviete de Petrogrado proporá que o Congresso dos Sovietes tome o poder. Evitando uma batalha inevitável, as classes burguesas estão tentando desarmar Petrogrado”, afirma Trotsky no soviete de Petrogrado. (Trotsky, 1967,793)

Neste meio tempo, os mencheviques, assustados com a perspectiva de que o Congresso dos Sovietes de fato tomasse o poder, propõem o adiamento do mesmo por 5 dias, o que os bolcheviques aceitam rapidamente para terem um prazo maior para organizar a insurreição.

A iniciativa em se apoderar das instituições veio em muitos casos de baixo. Os trabalhadores dos arsenais do Forte Pedro e Paulo, em Petrogrado, suspenderam o envio de armas a diversas formações militares formadas pelos contrarrevolucionários, e um controle semelhante se estendeu a outros arsenais e mesmo a vendedores particulares de armas. Daí em diante armas somente eram liberadas sob as ordens dos comissários do soviete. Os tipógrafos se recusavam a imprimir folhetos e impressos contrarrevolucionários.

Para o dia 22 de outubro, domingo, foi marcado o “Dia do Soviete”. O objetivo era realizar “pequenas” reuniões, envolvendo milhares de trabalhadores em cada uma, preferencialmente em locais fechados, com o objetivo de fazer uma revisão pacífica da força dos operários, sem correr o risco de uma eclosão prematura e desorganizada da insurreição.

No dia anterior, como preparativo desta revisão pacífica de forças, o Comitê Revolucionário Militar nomeou três comissários para o Quartel General do Exército. Nenhuma ordem do Quartel General deveria ter validade sem a chancela e a aprovação de um dos comissários.

Depois de escutar o informe dos comissários, Polkonikov, um social-revolucionário apontado por Kerenski como chefe da guarnição em Petrogrado, se recusou a se submeter aos comissários. Em vista disso, a Conferência da Guarnição de Petrogrado, que estava ocorrendo naquele dia, decidiu que a ruptura com o Quartel General era um fato, e que deveria tomar isso como o início de uma ofensiva revolucionária. No dia seguinte, um anúncio da Conferência de Regimento de Petrogrado declara o Quartel General como órgão da contrarrevolução. Somente as ordens do Comitê Revolucionário Militar deveriam ser obedecidas pelos soldados. A insurreição estava tomando, formalmente, o controle da situação.

No dia seguinte (dia 23), toda a população trabalhadora de

Petrogrado e adjacências participou das reuniões. “Nenhuma reunião como essa havia sido vista antes, durante a Revolução”. Milhares de trabalhadores, abarrotando todos os auditórios, escolas, salas de cinema, teatro ou de audiência, com seus casacos escuros e bonés, suas faces marcadas pelo passado, e seus olhos brilhando com a esperança de um futuro promissor, passaram o dia conhecendo-se, e conhecendo seus líderes. “Cada lado estava satisfeito com o outro. Os líderes estavam convencidos: não podemos postergar mais! As massas dizem para si mesmas: desta vez a coisa será feita!” Abaixo Kerenski! Abaixo a Guerra! Todo poder aos Sovietes! (Trotsky, 1967,801-02)

#### 4 – O Partido bolchevique e a Insurreição de Outubro

Enquanto isso, uma feroz luta se travava no interior do partido bolchevique. A questão era: estava ou não no momento de se convocar uma insurreição? Lênin desde o final de setembro estava exigindo que o Comitê Central tomasse medidas concretas para a insurreição. Em 27 de setembro, de seu esconderijo na Finlândia escrevia a Smilga (bolchevique Presidente do Soviete da Finlândia): “Os bolcheviques não estão fazendo um trabalho sistemático de preparação de suas forças para derrubar Kerenski”. Lênin receava que o adiamento da insurreição fornecesse tempo para que as tropas cossacas, contrarrevolucionárias, fossem trazidas a Petrogrado. (Trotsky, 1967,812 e ss.)

No dia seguinte, Lênin escreveria seu folheto “A crise está madura” onde faz uma verdadeira declaração de guerra ao Comitê Central: “Devemos reconhecer a verdade que, entre nós, no Comitê Central e nas altas esferas do partido, existe uma corrente de opinião favorável a esperar o Congresso dos Sovietes, oposta à tomada do poder, oposta à insurreição imediatamente. Há que vencer esta corrente de opinião.” “Porque deixar passar este momento, e esperar o Congresso dos Sovietes é uma idiotice completa ou uma traição completa.”

Protestando contra o fato de que o Comitê Central não havia respondido às suas cartas sobre o assunto, e que o órgão do partido havia censurado seus artigos criticando a política direitista do Comitê Central, continua Lenin: “Vejo-me obrigado a demitir-me do meu cargo e a reservar-me a liberdade de fazer agitação nas organizações de base do partido e em seu Congresso.” (Lenin, 1977, 272-5)

Cópias desta carta ele não só enviou ao Comitê Central, mas aos Comitês de Moscou e Petrogrado, e providenciou que os militantes mais confiáveis tomassem conhecimento dela. “Não muito tempo atrás,” relata Naumov, um trabalhador do distrito de Vyborg, “nós

obtivemos uma carta de Ilich para o Comitê Central. Nós lemos a carta e engolimos em seco. Parece que Lênin há muito colocou no Comitê Central a questão da insurreição. Nós fizemos barulho. Começamos a pressioná-los”.

Sem dúvida sob a insistência de Lênin, no final de setembro o Comitê Regional de Moscou adotou uma dura resolução criticando o Comitê Central por não adotar uma estratégia direta para a insurreição, e assim introduzir confusão entre os militantes. Na reunião de 3 de outubro do Comitê Central, decidiu-se “não discutir a questão levantada pela resolução adotada pelo comitê de Moscou”.

Graças à pressão exercida pelos setores intermediários e de base do partido, auxiliados por Lenin, o Comitê Central resolve convocar uma reunião no dia 10 de outubro, com o objetivo de discutir a questão da insurreição. Por dez votos a dois (Kamenev e Zinoviev) é aprovada a resolução proposta por Lenin, afirmando que a situação internacional vinha amadurecendo rapidamente em favor da revolução mundial, que a revolta da Marinha alemã era um sinal claro disso; e que internamente as condições estavam maduras para a tomada do poder: “A situação política está pronta. Nós devemos falar do aspecto técnico. (...) Enquanto isso, como os defensivos, nós estamos inclinados a encarar o preparo sistemático da insurreição como algo da natureza de um pecado político. Nós devemos tomar o poder imediatamente e não esperar o Congresso”.

No dia seguinte, Kamenev e Zinoviev distribuíram para as principais organizações do Partido e ao Comitê Central um longo documento no qual eles discordavam da tática adotada pelo Comitê Central no dia anterior em favor da insurreição, que consideravam prematura. “Nós temos uma considerável parte dos trabalhadores e dos soldados a nosso favor”. Mas entre estes setores e a burguesia se encontra a pequena burguesia, que no momento balança mais para o lado da burguesia que para o lado do proletariado.

Além disso, segundo o documento de Kamenev e Zinoviev, a situação internacional também não era favorável como a avaliação do Comitê Central afirmava. Se existiam sinais concretos da possibilidade de levantes operários na Europa Ocidental, esses sinais ainda não passavam de sinais; e, entre eles e uma ofensiva geral do proletariado contra a burguesia existia um longo caminho. O documento propunha que os bolcheviques mantivessem uma posição “defensista”, somente tomando o poder por meio de uma insurreição se tentativas de ofensivas por parte da burguesia tornassem a insurreição inevitável. Que traçassem sua tática levando em conta a impossibilidade da burguesia não convocar a Assembleia Cons-

tituinte e se preparar para contar com o maior número possível de delegados nela. Aí deveria residir o veio da tática bolchevique.<sup>2</sup>

Uma declaração de Zinoviev e Kamenev atacando a decisão do Comitê Central é também apresentada ao público nas páginas do jornal de Gorki, que compunha a esquerda dos mencheviques. No artigo, os dois líderes bolcheviques denunciam a preparação da insurreição pelos bolcheviques. Isto aumenta ainda mais a crise no interior do Partido. Na reunião do Comitê Central de 20 de outubro, Lenin propõe a expulsão de Kamenev e Zinoviev como “fura-greves”, que por sua vez haviam se demitido do Comitê Central a 16 do mesmo mês. A confusão aumenta, quando Zinoviev, numa sessão do soviete de Petrogrado, se declara totalmente de acordo com Trotsky quando este, questionado pelos mencheviques se o soviete estava preparando a insurreição, é obrigado a declarar que não, mas que a preparariam se a situação exigisse. Naquele momento não era oportuno, ainda, julgava a maioria bolchevique, assumir publicamente a preparação da derrubada do Governo Provisório.

A confusão aumenta ainda mais quando, no órgão central bolchevique, é publicada uma carta de Zinoviev endossando a afirmação de Trotsky e afirmando que “seria possível fechar fileiras com Lenin e deixar a disputa até que as circunstâncias sejam mais favoráveis”. Só como registro histórico, vale notar que naquela circunstância Stalin tomou posição favorável ao ponto de vista de que seria possível a tática de Lênin conviver com a de Zinoviev e Kamenev, e publica, junto com a carta de Zinoviev, uma nota da redação onde afirma que “o agudo tom do artigo de Lênin não altera o fato que, fundamentalmente, nós permanecemos com o mesmo objetivo”.

Apesar do desconhecimento que pesava sobre os militantes de base, e sobre os operários a respeito do que, de fato, ocorria no interior do partido bolchevique, um forte deslocamento das bases do partido e dos trabalhadores e soldados em direção à insurreição era visível. Mais e mais destacamentos de soldados, e comitês de fábrica, sovietes de distritos, etc., se pronunciavam pela tomada do poder pelo Congresso dos Sovietes que deveria iniciar em poucos dias.

A tomada de poder, em uma revolução, nunca é um processo simples, direto e imediato. Setores e classes sociais oscilam, os principais personagens nem sempre têm uma visão clara do que se passa,

---

2 Citações do documento de Zinoviev e Kamenev, bem como a posição de Lenin e Stalin foram tiradas de *The bolsheviks and the October Revolution – minutes of the Central Committee of the Russian Social-Democratic Labour Party (Bolsheviks) August 1917- February 1918*, Londres, Pluto Press, 1974. p. 85 e ss.

as massas se dividem mais agudamente entre a porção favorável e a contrária ao processo revolucionário. Nesses momentos, contudo, tem sido sempre a pressão das massas que possibilita que os líderes favoráveis à tomada de poder terminem por fazer prevalecer o avanço do processo. Veremos, a seguir, como isso se deu com a Revolução de Outubro.



## Capítulo VI – A Insurreição de Outubro

### 1 – Outubro

Quanto mais próximo de outubro, mais a revolução amadurecia. No seio das massas trabalhadoras e proletárias, bem como no interior do Partido Bolchevique e nos Sovietes, a tendência favorável à tomada do poder quando do Congresso dos Sovietes não deixava de crescer.

Veremos, agora, como foi tomado o poder e os primeiros passos do governo revolucionário sob a direção de Lenin.

O centro dos acontecimentos foi o Smolny. Um antigo prédio utilizado para a educação das filhas da nobreza, o palácio de Smolny naquela época ainda mantinha em suas portas placas indicando “Sala dos Professores”, “1o. ano”, etc. Mas, ao longo destas placas, ou cobrindo-as, eram encontradas folhas de papel afixadas nas portas com pregos ou colas que assinalavam: S-D mencheviques, S-D bolcheviques, anarquistas-comunistas, etc. Um cartaz do corredor observa: “camaradas, para o bem de sua própria saúde, mantenham a limpeza”. No entanto, limpeza era o que não se encontrava ali. O chão estava imundo pelas chuvas de outono e pela lama trazida de fora pelas botas dos soldados, marinheiros e trabalhadores que por lá circulavam às centenas. Delegados do interior que tinham viajado dias, ou mesmo semanas, para o Congresso, chegavam ao Smolny e desmaiavam de cansaço, no primeiro local que encontravam: no

canto de uma sala, encostados a uma coluna, no corredor, embaixo de uma mesa de escritório. Nas salas de reuniões, a fumaça dos cigarros cobria a todos com uma grossa névoa.

Era ali que o coração da revolução pulsava. A liderança central estava ali reunida, controlando as pontas de um processo que, na realidade, independia na maior parte das decisões que ali eram tomadas. Os operários estavam controlando cada vez mais fábricas, os soldados não obedeciam mais senão ao Comitê Revolucionário Militar, os camponeses não mais respeitavam as propriedades dos latifundiários, não porque Smolny os mandava agir assim, mas porque eles haviam decidido agir dessa forma. No Smolny eram tomadas decisões que, no fundo, somente incentivavam o avançar do próprio processo histórico: mais ainda, eram elas partes do mesmo processo histórico. .

O que acontecia no Smolny naqueles dias, as horas que decorreram entre a decisão de se convocar o Congresso dos Sovietes e a segunda sessão do mesmo, em 26 de outubro, fornecem um belo exemplo de como, num determinado momento histórico, pode ocorrer a relação entre as massas revolucionárias e sua vanguarda. As iniciativas tomadas por ambos os lados se completam no nexo do processo histórico: todos agem com o mesmo objetivo. Esse é, sem dúvida, um dos sinais históricos de que o momento para a tomada do poder pela classe dominada chegou. Momentaneamente, está livre da dominação das velhas classes dominantes. Isto não impede, é claro, que no momento seguinte, durante a reorganização do novo governo e do novo Estado, o fantasma das velhas classes dominantes se faça presente através das marcas deixadas por centenas de anos de existência de uma sociedade dividida em dominadores e dominados.

Na noite do dia 24 de outubro, o Governo Provisório decidiu agir. Em função de uma resolução adotada pelo Comitê Revolucionário Militar, de que nenhuma unidade militar deveria obedecer ao Quartel General, o Governo de Kerenski decreta a prisão de todo o comitê, bem como envia ordens para transferir tropas para Petrogrado com o objetivo de impedir um levante operário. Todos os comissários do soviete são declarados ilegais e deveriam ser removidos imediatamente de seus postos; as pontes sobre o rio Neva deveriam ser levantadas, tropas deveriam proteger o Palácio de Inverno, o telefone do Smolny deveria ser cortado. Maliantovich, Ministro da justiça, envia ordem de prisão contra Trotsky, acusado de exercer a presidência do soviete de Petrogrado. Por ironia da história, este mesmo Maliantovich havia sido advogado defensor de Trotsky quando este fora preso pela polícia czarista, com a mesma acusação: ser o presi-



dente do soviete em 1905. Um único detalhe faltava nessas ordens: quem deveria cumpri-las?

As três e meia da manhã, um destacamento de junkers invadiu a gráfica onde se imprimia o jornal bolchevique e, por ordem do quartel general, colocou todos os funcionários para fora e lacrou a porta. Um trabalhador e uma trabalhadora da gráfica imediatamente se dirigiram ao Smolny. Se o comitê lhes oferecesse proteção militar, eles se responsabilizariam por colocar o jornal pronto de manhã. Por pedido deles, é enviado um telegrama ao 6.º batalhão próximo à gráfica e amigo dos operários que lá trabalhavam, bem como ao Regimento Litovsky, para que fornecessem reforços. Algumas horas mais tarde os jornais bolcheviques foram distribuídos na cidade: era o dia da insurreição.

O Quartel General ordenou que o cruzador Aurora saísse da cidade e se dirigisse a alto mar. A contra ordem do Comitê vem pronta: para ficarem onde estão e enviarem por rádio uma mensagem a toda a Rússia afirmando que a contrarrevolução tinha tomado a ofensiva para impedir o início do II Congresso dos Sovietes, e que o Comitê Militar Revolucionário estava liderando a resistência à contrarrevolução.

A principal operação (militar, da insurreição) começou às duas horas da madrugada. Pequenos grupos militares, usualmente com um grupo de operários armados ou marinheiros sob a liderança de um comissário, ocuparam simultaneamente, ou em ordem regular as estações de estradas de ferro, as estações de energia elétrica, os depósitos de munição e comida, os reservatórios de água, as pontes sobre o Neva, a Telefônica, o Banco do Estado, as grandes plantas impressoras.

O comandante do distrito de Petrogrado reportou aquela noite para o quartel general do Front Norte:

A situação em Petrogrado é ameaçadora. Não existem demonstrações ou desordens nas ruas, mas uma ocupação regular das instituições, estradas de ferro, e também prisões, está em progresso. As patrulhas de junkers estão se rendendo sem resistência. Nós não temos garantia de que não haverá tentativa de tomada do Governo Provisório. (Trotsky, 1967,887-8)

Ainda:

“As tropas da guarnição de Petrogrado passaram-se para os bolcheviques. Os marinheiros e um cruzador leve vieram de Kronstadt. Eles abaixaram as pontes que foram levantadas. A cidade inteira está coberta de sentinelas da guarnição. A Telefônica está nas mãos da guarnição. As tropas no Palácio do

Inverno estão defendendo-se somente formalmente, já que decidiram não agir. A impressão geral é que o Governo Provisório se encontra na capital de um Estado hostil que terminou a mobilização, mas não começou ainda a operação ativa” (General Levitsky para o general Dukhonin, comandante do Front Norte, sobre o que se passava em Petrogrado). (Trotsky, 1967,891)

As dez horas da manhã do dia 25 de outubro, o Comitê Militar Revolucionário envia uma mensagem a todo o país: o Governo Provisório foi derrubado. O poder passa às mãos do Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado, até o início do II Congresso dos Sovietes.

As 10:40 horas da noite tem início o Congresso. Os uniformes brilhantes e cheirosos, barulhentos de medalhas, as roupas finas e as faces bem cuidadas dos líderes da burguesia e da pequena burguesia não se encontravam ali presentes. Eles haviam dominado o I Congresso dos Sovietes, em junho. Havia conseguido inclusive que o congresso aprovasse a ofensiva que Kerenski e os aliados desejavam. Mas alguns meses haviam passado. O cinzento dos casacos dos soldados e das roupas dos operários dava a coloração dominante. As faces judiadas pela vida se faziam presentes. E esse Congresso não aprovaria uma ofensiva sobre os alemães. Mas sim uma declaração ao mundo todo, pedindo que fosse restabelecida a paz, com justiça.

São apresentados os candidatos bolcheviques ao Presidium do Congresso: Lênin, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Nogin (naquela época era comum no partido bolchevique esse tipo de tratamento: os quatro últimos foram contra a insurreição, dias antes Zinoviev e Kamenev haviam denunciado em público a decisão bolchevique de tomar o poder. Ainda assim, foram nomeados pelo partido a se colocarem no Presidium do soviete que decidiria o futuro da insurreição), Krylenko, Antonov-Ovseenko, Rizanov, Muralov, Lunacharsky, Kollontai, Stuchka. Além destes, outros 7 social-revolucionários de esquerda (que aderiram à insurreição).

A direita do Congresso, formada por mencheviques, social-revolucionários de direita e outros grupos menores, fez a máxima pressão possível tentando reverter a insurreição. Afirmavam eles que tomar o poder naquele momento significaria ficar no mais completo isolamento político, pois nem a pequena burguesia urbana nem os camponeses aprovariam-na, e que portanto, a contrarrevolução conseguiria pontos de apoio importantes para derrotar as massas e as organizações revolucionárias.

A isso, os bolcheviques respondiam que não fazer a insurreição significava continuar a política de Kerenski: apoiar a burguesia e

deixar o povo morrer de fome. As ameaças da direita de que tropas se aproximavam de Petrogrado para dissolver o Congresso eram respondidas pelas delegações dos regimentos, que alegadamente estariam vindo para Petrogrado, que afirmavam que seus regimentos eram leais à revolução. De madrugada chegou a notícia mais esperada: o último batalhão leal ao Governo Provisório em toda a Rússia, o 3º. Batalhão dos Bicicleteiros, havia aderido à insurreição. Vivas e lágrimas por todo o Congresso. A batalha estava decidida. Agora era só uma questão de tempo para que se tomasse o Palácio do Inverno, sede do Governo Provisório.

A segunda sessão do II Congresso ocorreu no dia 26 à noite. Nela Lenin fez sua primeira aparição às massas de Petrogrado desde julho. Foi saudado com vivas, hurras, bonés ao ar, abraços e se cantou a Internacional. Todos acreditavam que ali, naqueles momentos um novo mundo estava nascendo, um mundo no qual não haveria lugar para a fome, o frio, a exploração e a submissão. Um mundo onde os homens se transformariam, pela primeira vez na história, num gênero humano. Terminada a ovação, Lenin começa: “Passemos agora à construção da ordem socialista.” Nova ovação, lágrimas e abraços, “um pandemônio”, escreveria John Reed mais tarde, nos “Dez dias que abalaram o mundo”.

A proposta de Lenin de que um apelo para a Paz seja enviado imediatamente para os governos e os povos envolvidos na guerra, após a sua leitura, é saudada com a Internacional. “A Guarda Vermelha, do distrito de Vyborg, o soldado imundo com sua cicatriz, o velho revolucionário que havia servido longos anos nos trabalhos forçados, o jovem soldado barbado do Aurora – todos juravam levar até o fim esta “última e definitiva batalha”. “Nós construiremos nosso próprio mundo novo. Com nossas próprias mãos.”(Trotsky, 1967,966)

Com oito abstenções e um voto contra, o Congresso apoiou o Decreto sobre a Terra, acabando com a propriedade dos latifundiários, bem como todos os resquícios da servidão que ainda existiam.

Por fim, o Congresso aprova a formação de um novo governo, o Comissariado do Povo, composto por membros do Partido Bolchevique: Lenin, Trotsky, Rykov, Lunacharsky, Miliutin, Nogin, Lomov, Stalin, Antonov-Ovseenko, Krylenko e Dubkenko, Glebov, Theodorovitch, Shliapnikov.

Às 5:15 da manhã, o II Congresso foi encerrado por Kamenev. Todos às vilas, aos comitês de fábrica, aos destacamentos militares e aos soviets locais. O novo governo soviético está criado.

## 2 – A Consolidação do Poder Bolchevique

A evolução concreta da luta de classes e da luta da classe operária pelo poder em 1917 na Rússia, colocou em evidência não as organizações sindicais, mas os comitês de fábrica e os sovietes locais. Foram eles que serviram de canais de organização e participação política das massas operárias e camponesas, e não os sindicatos. Nesse sentido, foram os comitês de fábrica e os sovietes locais que fizeram a revolução russa.

I. Deutscher explica esse fato pela situação peculiar em que se desenvolveu a luta operária sob o czarismo, onde a repressão era tão violenta que o operário para participar de sindicatos tinha que possuir tanta resolução e consciência de classe como para participar de uma organização revolucionária clandestina. Ou ao menos, a diferença entre um militante clandestino e um sindicalista russo era bem menor que nos países da Europa Ocidental. De uma forma ou de outra, a classe operária russa não se organizará principalmente nos sindicatos, e sim nos comitês de fábrica e nos sovietes locais, durante o ano de 1917.

O problema número um enfrentado pelos bolcheviques em outubro de 1917 era como realizar a rápida organização e estruturação de um Estado capaz de tirar a república soviética da crise em que se encontrava, e ao mesmo tempo executar o que tinha pregado em algumas ocasiões em 1917: “O partido luta por uma república operária e camponesa mais democrática, em que a polícia e o exército permanentes serão completamente abolidos e substituídos pelo armamento geral do povo, por uma milícia. Não só os funcionários serão eleitos, senão que poderão ser removidos a qualquer momento se assim o exige a maioria dos seus eleitores. O soldo dos funcionários, sem exceção, não excederá o salário médio de um operário qualificado”. Nesta mesma época, Lênin afirmava que a participação incondicional dos operários no controle dos negócios dos trustes “poderia ser obtida por um decreto cuja preparação e redação se efetuariam num só dia”. (Lenin, *apud* Brinton, 1972,31)

No livro escrito no calor da Revolução Russa, “O Estado e a Revolução”, Lênin afirma que a tradição revolucionária marxista tirava a inspiração de como deveria se estruturar o Estado sob a ditadura do proletariado da Comuna de Paris - onde todos os funcionários públicos eram eleitos e removíveis a qualquer momento por seus eleitores - e que qualquer cozinheira ou operário, que soubesse as quatro operações aritméticas e ler e escrever, poderiam participar diretamente da gestão do Estado operário.

Nesta linha de raciocínio, os sovietes e os comitês de fábrica deveriam ser os depositários do novo poder, neles residiriam os germes do novo Estado socialista - que poderia ir definindo até o seu mais completo desaparecimento desde os primeiros dias de sua existência.

Da mesma forma, seguindo o raciocínio, o poder nas fábricas deveria ser entregue aos comitês de fábricas, a organização por excelência dos operários em seus locais de trabalho. Os operários - como sabemos - são os únicos interessados em modificar radicalmente as relações de produção e as relações de propriedade capitalistas; e os comitês de fábrica têm sido a forma de organização criada pela massa operária para combater os patrões no interior da própria fábrica, nos momentos de crise revolucionária.

No entanto, já a partir de novembro de 1917, a organização do Estado soviético toma um rumo bem diferente.

Neste mês têm início uma viva polêmica envolvendo a estrutura sindical que herdara a revolução, os comitês de fábrica e o partido bolchevique. Para os novos dirigentes a desorganização da economia e a crise econômica - somadas ao despreparo da classe operária russa para assumir a gestão do poder de Estado - forçava o Estado soviético a buscar uma aliança “temporária” com os técnicos burgueses nos ramos da economia e da administração. O objetivo era melhorar a eficiência do novo aparelho estatal e da administração das indústrias que, no correr de 1918, iam sendo desapropriadas pelo Estado Soviético. Isto implicava não só dar privilégios materiais em termos de salários, alimentação e moradia a esses técnicos, como também implicava a subordinação das organizações locais e dos órgãos de fábrica a uma organização rigorosamente centralizada cujas decisões administrativas - em última instância - ficariam fora das organizações operárias.

Para os bolcheviques conseguirem essa centralização eles lutavam para que os comitês de fábrica se subordinassem aos sindicatos (agora em suas mãos) e se convertessem em órgãos que representassem os sindicatos no interior das fábricas (e não os operários no interior dos sindicatos), que se transformassem em órgãos de educação dos operários, em promotores da disciplina do trabalho na produção, que levassem para o interior da fábrica as decisões tomadas pelas instâncias superiores da economia nacional. (Brinton, 1972,69 e ss.)

No início de dezembro de 1917 o Conselho dos Comitês de Fábricas de Petrogrado publica um “Manual Prático para a Realização do controle Operário”. Nele o Conselho propunha que “cada

comitê deveria formar quatro comissões “autorizadas a convidar técnicos escolhidos entre o pessoal com voz consultiva”. As comissões deveriam ser as seguintes:

“a) organização da produção, b) desmobilização (reconversão da produção de guerra), c) aprovisionamento de matérias-primas e d) aprovisionamento de combustíveis”.

O Manual dava instruções detalhadas sobre o funcionamento de cada comissão e insistia que o “controle operário não é somente um assunto de contabilidade das existências em matérias-primas e combustíveis(...) senão que está intimamente ligado à transformação dessas matérias primas nas fábricas - ou seja, à totalidade dos processos de trabalho que culminam em um produto acabado”.

Este Manual é respondido pelo *Isvestia* de 13 do mesmo mês: “As instruções gerais sobre o controle operário” publicadas naquele dia afirmam no ponto 7 que “o direito de dar ordens relacionadas com a gestão da empresas e seu funcionamento pertence exclusivamente ao proprietário. “O ponto 8 estabelece que “as comissões não deveriam ocupar-se dos assuntos financeiros das empresas, já que tais assuntos devem ser resolvidos pelas instituições governamentais centrais”. “O ponto 9 condena expressamente os comitês que se apoderaram das empresas e das suas direções”. O ponto 14: “A comissão de controle de cada empresa. tem o dever de fazer com que sua atividade concorde com as decisões da união sindical.”(Betelheim, 1976, 141)

### **3 – O Poder Operário e o Novo Estado**

Ainda em novembro de 1917, são publicados os decretos que dão origem à estrutura do novo Estado. Neles as decisões máximas cabiam Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia que deveriam se reunir de três em três meses. No entanto, já em 1918 esse congresso vai perdendo poder e passa a se reunir anualmente. Entre os Congressos o país deveria ser governado pelo Comitê Executivo Central dos Sovietes de Toda a Rússia (VTIsK) e pelo Conselho dos Comissários do Povo (Sovnarkom) que seria composto somente por bolcheviques, indicados pelo partido, salvo um breve período em 1918.

A 5 de dezembro de 1917 é criado o Conselho Supremo da Economia (Vesenka ou VSNKh) que deveria organizar não só todas as atividades e medidas econômicas, como ficaria encarregado de administrar o controle operário. Para isso foi criado o Conselho de Toda a Rússia de Controle Operário, subordinado ao Vesenka e com a seguinte composição: 5 representantes do Comitê Executivo Cen-

tral Panrusso dos soviets, 5 representantes do Executivo do Conselho Panrusso dos Sindicatos, 5 da Associação dos Engenheiros e Técnicos, 2 da Associação dos Agrônomos, 2 do Conselho Sindical de Petrogrado, 1 representante de cada federação sindical Panrusso com menos de 100 mil membros, 2 representante de cada federação com um número superior a 100 mil membros, 5 do Conselho Panrusso dos comitês de fábrica.

A esse Conselho estavam subordinados os Conselhos Regionais de controle operário aos quais se subordinavam os comitês de fábrica. As empresas estatais seriam dirigidas por um colegiado de três membros, um representante do governo e dois diretores, um técnico e outro administrativo. “Via de regra, os diretores nomeados (pelo VSNKh) são engenheiros e antigos diretores de fábrica, inclusive antigos capitalistas”. (Bettelheim, 1976,141) O decreto criando o Vesenka “Coloca em importantes posições de decisão e comando a camada dos engenheiros, técnicos e especialistas” - na sua grande maioria burgueses originados sob, e vinculados, ao antigo regime. O decreto estabelecia ainda que somente o diretor administrativo poderia ter suas decisões questionadas pelo Conselho Administrativo de cada fábrica - no qual “os operários e empregados não deveria constituir mais da metade dos membros (...)”. (Bettelheim, 1976,140)

Ou seja, as altas esferas administrativas ficaram reservadas a especialistas burgueses, enquanto que na fábrica os trabalhadores não poderiam compor “mais da metade” dos Conselhos Administrativos. (Brinton, 1972,78) Aos comitês de fábrica restava agora pouca possibilidade de influência concreta na direção das fábricas e na direção da economia nacional. Os órgãos de decisão estavam afastados da influência direta dos operários organizados nos comitês de fábrica e nos soviets locais. A partir de 1918, os comitês de fábrica começam a desaparecer e o controle operário se extingue. Mais tarde, o IX Congresso do Pc(b)R determina “que, daí por diante, os comitês de fábrica devem se consagrar, essencialmente, às questões da disciplina do trabalho, de propaganda e educação dos trabalhadores”. (Bettelheim, 1976,143)

Em abril de 1918 os salários dos Comissários do Povo, dos membros do VTsKI e de alguns altos funcionários são elevados a dois mil rubros por mês, rompendo com as promessas feitas pelos bolcheviques de que um funcionário público não receberia mais do que um operário médio.

A partir de meados de 1918 a invasão dos exércitos brancos apoiados pelas grandes potências imperialistas dá início à Guerra

Civil. O nascente poder soviético, desorganizado e sendo atingido por uma violenta crise econômica, só não é derrubado devido, por um lado, à participação das massas operárias e, de forma parcial e diferenciada conforme a região, dos camponeses, especialmente aqueles sob a liderança de Makhno, na luta contra os exércitos brancos que as massas identificavam (com toda razão) com o velho regime czarista; e por outro lado, devido à falta de coordenação das operações militares entre os exércitos contrarrevolucionários, divididos que estavam por profundas rivalidades.

A guerra civil se estenderá até novembro de 1920, quando o exército de Wrangel é derrotado na Criméia, embora no início de 1920 a guerra já estivesse praticamente ganha pelos bolcheviques.

No período da guerra civil, as necessidades militares e o perigo da derrota do poder soviético, levam à centralização ainda mais acentuada do poder econômico, político e militar.

#### 4 – O Exército Vermelho

Em março-abril de 1918 é criado o Exército Vermelho, através da transformação do antigo ministério da Guerra czarista em Comissariado do Povo para a Guerra: “O novo aparelho militar é fortemente marcado pelo lugar destinado aos antigos oficiais oriundos do exército czarista, pelo papel reservado às velhas escolas militares na formação de novos quadros e pela preservação, em seu seio, de numerosos princípios vigentes no exército recém-dissolvido.”(Bettelheim, 1976,249)

A influência do antigo aparelho militar czarista sobre o novo Exército Vermelho encontra uma firme base social de apoio na enorme massa camponesa que é convocada para o serviço militar. A concepção de mundo dos camponeses, e mais particularmente, a concepção de exército e de disciplina militar que os camponeses trazem ao seio do novo exército favorecem em muito a manutenção de relações de poder muito mais próprias a um exército burguês que a um exército operário revolucionário. O Exército Insurrecional Makhnovista demonstra que isso poderia não ter um peso tão grande. Embora composto, em sua grande maioria, de camponeses – pobres – suas concepções e sua organização eram inteiramente de acordo com a forma assumida na Comuna de Paris. A estruturação do Exército Vermelho tem muito a ver com as concepções bolcheviques. Especialmente de Trotski.

As velhas relações de autoridade do exército czarista vão aos poucos sendo novamente introduzidas na rotina do Exército Verme-



lho, e a única saída que possui o governo soviético é a nomeação de comissários políticos que deveriam impedir os oficiais czaristas de utilizarem as forças armadas vermelhas de forma a prejudicar a revolução. O comandante supremo do Exército Vermelho, Trotsky, afirmaria em 22 de abril de 1918 (portanto antes de ter início a guerra civil): “Nas questões puramente militares, operacionais, e mais ainda, as questões ligadas ao próprio combate, os especialistas militares de todas as administrações têm a última palavra.”(Bettelheim, 1976,250)

O poder que resta aos comitês de soldados em suas unidades militares, que garantiram a democratização máxima do exército czarista - e portanto seu desaparecimento - não mais existia. Já em março de 1918 (dia 30) Trotsky escreveu: “A eleição (dos oficiais) não tem nenhum interesse político e é tecnicamente pouco oportuna, e ademais, foi condenada por decreto.”(Brinton, 1972,81) Aqui fica muito clara a diferença entre o Exército Vermelho e o Exército Insurrecional Makhonovista.

Novamente os soldados russos tinham que obedecer incondicionalmente nas questões militares, prestar continência e outros sinais exteriores de hierarquia e assistir os oficiais receberem melhor soldo e alojamento, e alimentação, “reproduzindo as relações hierárquicas e burguesas próprias das forças armadas burguesas”. (Bettelheim, 1976,170) E muitas vezes esses oficiais eram os mesmos do exército czarista que os soldados tanto odiavam e contra os quais eles fizeram a revolução. Tal evolução da revolução russa não deveria parecer das mais promissoras para o soldado raso que arriscara seu pescoço apoiando os bolcheviques em 1917.

Durante a guerra civil, o Exército Vermelho recorreu pouco à formação de milícias locais e à guerra de guerrilhas, militarmente adequadas ao combate aos exércitos brancos, melhor armados, mas com um moral muito baixo. Quando os bolcheviques recorreram às milícias e às guerrilhas, obtiveram pleno sucesso. Segundo Charles Bettelheim, esse abandono dos bolcheviques da formação das milícias locais e da aplicação da guerra de guerrilhas se explicaria pelo receio de dar meios militares aos social-revolucionários e mencheviques, que possuíam penetração entres os camponeses; bem como as concepções que presidiram a formação do Exército Vermelho, que tendiam a menosprezar a iniciativa das massas e a democracia no interior do exército. Por isso, diz ele: “ em vez de tornar-se um aparelho proletário, o Exército Vermelho transforma-se numa instituição em que seus caracteres burgueses, envolvidos num processo global, são progressivamente reforçados”. (Bettelheim, 1976,250-1, 254)

A polícia Secreta (Checa), criada em 1917 e mantida após a formação do governo soviético, tem seu aparelho progressivamente reforçado, na mesma proporção em que aumenta a centralização político-administrativa. No outono de 1918, a atuação da Checa é despida dos últimos controles políticos que até então, muito mais formalmente que de fato, restringiam suas atividades. No 2o. semestre de 1918 ela recebe autorização para efetuar prisões e execuções sem recorrer aos tribunais revolucionários. No ano seguinte, a Checa combate “não apenas os atos contrarrevolucionários. Mas também as manifestações de simples descontentamento. “Alguns atos da Checa - cujos meios de intervenção aumentam com o passar do tempo, particularmente porque passou a dispor de suas próprias forças armadas - entram em contradições com a linha política adotada pelas instâncias supremas do poder bolcheviques”. (Bettelheim, 1976,256) O fato é que entre as massas e as instâncias supremas do poder bolchevique se antepunham não só um aparelho administrativo cada vez mais impermeável às influências dos trabalhadores, mas também um aparelho repressivo, de caráter policial-militar, com enorme poder sobre a sociedade russa.

No ano de 1919, a intervenção da Checa na vida interna do partido bolchevique vai se intensificando até que, no início da década de 1920, essa intervenção será oficializada através da participação da polícia secreta na Comissão de Controle, agregada ao CC.

Essa centralização crescente das instâncias de decisão do poder soviético trará como consequência a hipertrofia do aparelho burocrático. Dadas as características da situação em que ocorreu esse processo de burocratização da revolução russa (de um lado a centralização efetuada pelo partido, afastando os órgãos de decisão da influência e controle direto das massas; e de outro lado, o refluxo do movimento de massas que se acentua conforme entramos na década de 1920, agravado pelo despreparo da classe operária russa em assumir imediatamente a gestão do Estado), essa burocratização implicará em assimilar ao novo Estado muitos integrantes do antigo aparelho Estatal czarista em postos de direção e responsabilidade. “Os diferentes comissariados dos povos são praticamente levados a colocar sob seu controle (ou a procurar fazê-lo) grande parte do antigo aparelho administrativo, que sofre apenas transformações internas secundárias.”

Por isso manifesta-se um divórcio mais ou menos profundo entre a política formalmente adotada pelo CC, a política que o Soy-narkom procura adotar e os atos efetivos do aparelho administrativo do Estado. Ademais, estes aparelhos tendem a isolar o poder soviético das massas populares. Por isso, uma vez que a base do partido não tenha acesso direto aos dirigentes bolcheviques, estes

são mal informados sobre o que se passa no país, sobretudo no campo e no próprio aparelho de Estado”. (Bettelheim, 1976,106)

Em dezembro de 1919, Molotov analisou a composição de 20 dos centros econômicos mais importantes do Vesenka e obteve os seguintes números: de 400 pessoas, 10% eram antigos patrões, 9% eram técnicos burgueses, 38% funcionários públicos e somente 43% de operários ou representantes de organizações operárias, inclusive sindicatos. Ou seja, 57% dos postos de decisão econômica mais importantes do país estavam em mãos de burgueses ou afins - e somente 43% nas mãos da classe operária (isto na hipótese ultra otimista de que estes 43% continuassem ligados aos operários). (Brinton, 1972,99)

Um professor branco que chegou a Omsk vindo de Moscou no outono de 1919 contava que a cabeça de muitos dos centros e dos glavki (órgãos de direção econômica regional) se encontram muitos antigos patrões, funcionários e diretores. Visitando os centros (de direção econômica - NA), quem conhecesse pessoalmente o velho mundo dos negócios, comercial e industrial, se surpreenderia ao ver antigos proprietários de grandes indústrias de papel no Glavkozkh (centro dirigente das indústrias de papel), e grandes fabricantes na Organização centrais do têxtil etc. (Brinton, 1972,121)

Esse aparelho burocrático, cada vez mais caro e que absorverá uma parte cada vez maior da riqueza produzida pelos trabalhadores, vai se transformando num monstro partidário tal qual o Estado burguês. Ele vai contaminando o regime soviético com as antigas relações burguesas que haviam sido momentaneamente afastadas da vida cotidiana do povo russo nos últimos meses de 1917. Voltam a existir as propinas, a corrupção estatal, os privilégios dos funcionários públicos. Cada vez menor vai sendo a influência das massas sobre o aparelho estatal, e cada vez mais distante vai ficando o Estado soviético do ideal proposto por Lênin em 1917: um estado comuna, num processo de desaparecimento graças à crescente intervenção das massas na sua gestão, substituindo a “administração das pessoas” pela “administração das coisas”.

Estavam, assim, dados os primeiros passos para a constituição do Estado Soviético. Com os desdobramentos da Guerra Civil e, mais à frente um pouco, com a derrota da revolução na Alemanha, essas tendências centralizadoras se intensificarão. As consequências e os desdobramentos mais importantes desse processo veremos nos dois capítulos seguintes.



## Capítulo VII – A Guerra Civil

### 1 – A situação de agrava

No capítulo anterior vimos que, ao chegarem ao poder em Outubro de 1917, tinha início uma situação histórica jamais considerada possível pelos revolucionários, qual seja, a vitória de um partido revolucionário em um único, isolado e atrasado país. Nem mesmo Lenin e os bolcheviques consideravam possível manterem o poder sem a vitória da revolução na Europa. Durante os poucos anos entre junho de 1918 e março de 1921, essa imprevista possibilidade de tornar-se realidade. Nesse capítulo veremos o início da adaptação da Revolução Russa a essa nova situação durante o período da Guerra Civil.

O agravamento da situação econômica da Rússia soviética no período da guerra civil teve como principal consequência a paralisação da produção industrial, a desvalorização da moeda e a consequente paralisia do comércio.

Na indústria a falta de combustíveis, agravada pela ocupação das minas de carvão do sul e dos Montes Urais pelos exércitos brancos, a interrupção do abastecimento de matérias-primas devido à interrupção dos transportes ferroviário e fluvial levou a um verdadeiro colapso das atividades industriais. A produção industrial naqueles anos era muitas vezes inferior a de antes da guerra. Muitas plantas industriais estavam paradas e sem qualquer manutenção. No campo, a situação não era melhor. A agricultura russa naquele período se caracterizava pela existência de pequenos e médios proprietários que conquistaram suas terras com a Revolução. Eles produziam de acor-

do a possibilidade de comercializar sua produção ao final da safra. Ou seja, eles produziam de acordo com a quantia de produtos que a cidade tinha a lhes oferecer em troca de sua produção agrícola. E a desvalorização da moeda fazia com que os camponeses não vissem com bons olhos a perspectiva de receber em troca de seus produtos o papel moeda que se desvalorizava rapidamente.

A situação era agravada pela atuação dos especuladores, que escondiam parte dos produtos agrícolas para forçar uma alta artificial nos preços.

A paralisação industrial, com o desemprego que a acompanha, a desvalorização da moeda e o declínio do comércio fez com que as grandes cidades russas começassem a passar fome. O racionamento de alimentos - seguido do mercado negro - foi a consequência imediata. A fome e o frio ameaçavam a cada inverno fazer mais vítimas entre a população urbana.

Milhares de trabalhadores urbanos migraram neste período para os seus locais de origem no campo - a classe operária vivia um processo de extinção. De 11 milhões de operários, em 1922 somente restariam 4,6 milhões, dos quais 1,2 milhões eram operários agrícolas. (Bettelheim, 1976,158)

A guerra civil colocou um pesado ônus sobre essa economia já desestruturada. O preço da guerra, a alimentação, o transporte e o armamento do Exército Vermelho (dificuldades essas agravadas pela opção de se montar um exército tradicional, e não um exército guerrilheiro que poderia se sustentar) deterioraram ainda mais a situação. Os privilégios que gozavam os altos funcionários (em geral de origem burguesa) e os oficiais do Exército Vermelho continuavam a aumentar. A escala de salários foi sucessivamente modificada favorecendo as camadas mais altas da administração do Estado e do partido bolchevique. (Bettelheim, 1976,158 e ss.)

Nessa situação o poder soviético decide recorrer à requisição dos produtos agrícolas dos camponeses, como única forma de evitar o desaparecimento das cidades e a fome no Exército Vermelho, introduzindo, assim, o chamado Comunismo de Guerra. Destacamentos militares, muitas vezes comandados pela Checa, se dirigiam ao interior para tomar os produtos agrícolas dos camponeses. Como é reconhecido até por Lenin, muitas vezes não eram tomados apenas os excedentes, mas até os produtos essenciais à sobrevivência dos camponeses. Ao mesmo tempo, o comércio de grãos e alimentos foi proibido e o mercado negro severamente perseguido, com o objetivo de melhorar o abastecimento e evitar a especulação.

O quanto essas medidas descontentaram os camponeses não

é difícil de imaginar. Para conter tal descontentamento, e levar a cabo as medidas adotadas, foi necessário um reforço ainda maior do aparelho repressivo-burocrático, a nível nunca até então atingido. Era necessário impedir a todo custo uma revolta camponesa que se transformasse em aliada dos Exércitos Brancos. As medidas repressivas, acompanhadas de intensa propaganda da necessidade imperiosa das requisições para evitar a derrota da revolução feita pelos bolcheviques, aliados ao temor que as massas camponesas tinham do retorno do regime czarista; todos esses fatores fizeram com que se adiasse a eclosão de uma revolta camponesa até o inverno de 1920/21. A consequência “militar” desse descontentamento e desconfiança dos camponeses em relação aos bolcheviques é a inviabilização da formação de um exército de milícias que defendesse a república soviética empregando a tática de guerrilhas. A partir de então, a única saída que restava era seguir o caminho da construção do exército vermelho como foi feito: mantendo muitas das características e relações de exército burguês.

Uma ideia de como era profunda a desconfiança e o descontentamento dos camponeses em relação ao poder soviético é dada pela substituição nos sovietes rurais dos delegados mencheviques, social-revolucionários e anarquistas na medida em que esses grupos são colocados na ilegalidade pela revolução. No lugar desses delegados são eleitos outros sem partido, fazendo com que diminuísse a porcentagem de delegados bolcheviques eleitos para esses sovietes, que caiu de 61% em 1918 para 43% em 1920 e 44% em 1921. (Bettelheim, 1976,98)

O descontentamento que grassa no campo acaba por atingir também as cidades. O desemprego, o aviltamento dos salários com a inflação, o racionamento de alimentos, a perda do poder efetivo dos salários com a inflação, a perda de poder efetivo dos operários sobre os aparelhos de Estado, onde altos funcionários e os oficiais militares possuíam cada vez mais regalias, aliado ao esvaziamento do poder de influência dos operários dentre das fábricas - todos esses fatores lançaram a classe operária russa numa enorme onda de descontentamento, desânimo e apatia. Cai a produção, decresce a produtividade, etc.

Essa onda de descontentamento vai ter sua primeira grande expressão por ocasião do VIII Congresso do PC(b)R que se realizou entre 18 e 23 de março de 1919. O crescente poder do aparelho burocrático sobre as massas operárias que tem como contrapartida o esvaziamento dos órgãos soviéticos, faz com que as decisões sejam tomadas “cada vez mais frequentemente pelos membros do

partido que trabalham no parêlho soviético”. (Brinton, 1972,107)

A Oposição de Esquerda, que surgiu no decorrer de 1918, se pronunciou principalmente através de Osinski, um velho militante do tempo da clandestinidade. Critica a pouca influência da classe operária sobre o poder soviético, o aumento do poder dos burocratas tanto dentro do aparelho estatal quanto no interior do partido; e propõe, entre outras coisas, que seja admitido um número suficiente de operários no CC para proletariá-lo. A Oposição de Esquerda pede que o Congresso respeite as normas de democracia proletária e retorne ao método de eleição dos funcionários a cargos dirigentes, e que seja abandonada a prática habitual de nomeações desde acima.

Essas reivindicações feitas pela Oposição de Esquerda têm mais uma razão de ser se nos lembrarmos das resoluções adotadas no II Congresso Panrusso dos Sindicatos no começo de 1919, que aumentavam sobremaneira o poder de coerção do aparelho burocrático sobre as massas. A primeira resolução adotada pelo II congresso Panrusso dos Sindicatos afirma que as decisões do Comitê Executivo dos Sindicatos são obrigatórias para todos os membros dos sindicatos, e a desobediência significa a exclusão. Com essa resolução, passa a vigorar um regime no interior dos sindicatos muito semelhante ao que vigorava no interior do partido bolchevique: o centralismo democrático. A possibilidade que os membros dos sindicatos tinham de reverter uma resolução ficava cada vez menor na medida em que tinham que passar por cima de um aparelho burocrático estruturado de cima para baixo - e mais que isso - no processo de luta contra a resolução adotada, não poderiam desobedecer ao executivo, pois isso significava a exclusão. Outro aspecto significativo desta resolução é que as resoluções do executivo (não as do congresso) é que eram obrigatórias para todos os membros. Neste Congresso, ocorrem protestos contra o fato de que o Conselho Central e outros órgãos centrais tenham anulado a eleição de delegados sindicais realizadas pela base dos sindicatos. Segundo esses protestos, a eleição de delegados que não defendessem o ponto de vista oficial bolchevique implicava na anulação dessas eleições e, não poucas vezes, a nomeação de delegados pelas instâncias superiores para representar os trabalhadores. (Brinton, 1972,101-2)

O eco que essas críticas encontra na base da estrutura partidária, principalmente entre os operários, faz com que seja aprovado pelo congresso um novo programa do partido bolchevique, que no ponto 5 de sua parte econômica afirma que a direção da economia deveria ser entregue aos sindicatos.

Não obstante, a argumentação levantada pela direção do par-



tido de que era necessário aumentar a centralização para enfrentar a crise que atingia a jovem república soviética encontra muitos partidários no interior do Congresso. Não podemos nos esquecer do prestígio que gozavam os dirigentes bolcheviques entre as massas, prestígio esse angariado durante o ano de 1917. Depois, os dirigentes bolcheviques faziam crer em seus discursos que essas medidas eram provisórias e que, uma vez que superada a crise, deveriam ser abandonadas. Ninguém ainda defendia que essas medidas eram próprias de um longo período de transição para o socialismo, que não eram simples medidas provisórias, como ocorrerá mais tarde no correr do ano de 1920.

Com essa argumentação, a direção do partido consegue que o Congresso aprove uma resolução afirmando que as decisões da direção somente poderiam ser questionadas depois de cumpridas - o que é uma clara limitação ao direito (pelo menos formal) que os membros do Partido até então tinham de questionar abertamente as decisões tomadas pelos órgãos de direção, como Lênin fez inúmeras vezes durante sua vida de militante político.

Além disso, o Congresso cria três novos organismos que centralizarão ainda mais o poder em seu interior: o Politburo, o Orgburo e o Ouchaspred. O primeiro se converteria no depositário de todo o poder do CC, que passa a se reunir com todos os membros em espaços de tempo cada vez maiores. (Bettelheim, 1976,276, 363) O segundo e o terceiro passam a controlar um enorme fichário com informações sobre todos os quadros partidários e se torna o responsável pela maior parte das transferências e nomeações que faz o partido.

Entre abril e novembro de 1919, o Ouchraspred faz 2.182 nomeações, contra 544 efetuados pelo Orgburo (organismo eleito). De abril de 1920 a meados de fevereiro de 1921, o Ouchraspred nomeia 40 mil funcionários". "Em novembro de 1921, o Ouchraspred dispõe de relatórios sobre cerca de 23.500 quadros do partido. Alguns meses mais tarde, o Ouchraspred tem um fichário organizado de 26 mil quadros, o que lhe permite seguir e determinar amplamente uma 'carreira'. Em junho de 1922, após a sua fusão com o Orgotdel (órgão encarregado da organização e da regulamentação), aquele órgão toma-se ainda mais poderoso. O Orgotdel dispõe daí por diante, de seu próprio Estado-Maior de 'instrutores', encarregados de inspecionar as organizações locais do partido e com acesso a todos os documentos e a todas as reuniões, inclusive as realizadas secretamente. Os instrutores podem formular todas as recomendações a fim de modificar as decisões dos comitês provinciais, embora estes preservem o direito de apelar para o Comitê Central. (Bettelheim, 1976,272-3)

Dessa forma, o controle deste órgão burocrático se converte numa formidável ferramenta da luta interna no partido: controlar o Orgotdel significa ter o poder de transferir membros “descontentes” para regiões distantes ou onde suas ideias encontrarão pouco eco e, ao mesmo tempo, fazer nomeações que fortaleçam esta ou aquela posição.

No correr do ano de 1919, e no começo do ano de 1920, continua o processo de centralização administrativa e de crescimento do aparelho burocrático. As intervenções da Checa no interior do partido bolchevique, afastando os militantes “descontentes” ou “investigando conspirações” vão se tornando cada vez mais fortes. Em junho, são recriadas as cadernetas de trabalho para os operários em Moscou e Petrogrado, com o objetivo de aumentar a eficácia do controle dos trabalhadores. Essas cadernetas haviam sido abolidas no correr do ano de 1917 pelos próprios operários, que as consideravam uma forma de dominação capitalista. No início de 1920, um relatório do III Congresso dos Sindicatos, chegará a lamentar o desaparecimento da máquina policial czarista que sabia como fichar e classificar as pessoas, tanto na cidade como no campo. (Bettelheim, 1976,271<sup>3</sup>)

No segundo semestre de 1919, explode uma enorme discussão no seio do partido bolchevique sobre a questão da militarização do trabalho, e o problema do dirigente único na fábrica.

A militarização do trabalho, cujo principal defensor era Trotsky, contará com o apoio de Lênin no decorrer do ano de 1919 e boa parte em 1920. Constava de uma série de medidas que forçariam os operários a trabalhar onde, como, quando e no que determinassem os órgãos centrais; medidas que legalizariam a prática do partido poder destituir dirigentes sindicais eleitos que não se ajustassem às novas orientações e substituí-los por dirigentes mais “compreensivos”; e também medidas criando campos de concentração para os operários que se negassem a se submeter às novas condições de trabalho, que seriam considerados como desertores.

A questão do dirigente único na fábrica é a proposta de Lênin para substituir a direção coletiva das fábricas. Este administrador individual seria nomeado “de cima” e responsável não perante os operários e os comitês de fábrica, mas sim às instâncias centrais de decisão na Rússia soviética. O argumento utilizado a favor do dirigente único é que ele seria mais eficiente - a mesma argumentação utilizada para justificar a estruturação do Exército Vermelho da forma como

---

3 Segundo Brinton (1972,111) esta “lamentação” foi feita pelo Sovnarkom em um decreto em janeiro de 1920 e depois repetido pelo Congresso dos Sindicatos.

se deu e para extinguir o poder dos comitês de fábrica no interior das indústrias.

Em dezembro de 1919, Trotsky apresenta ao CC, para ser discutido somente no seu interior, as “Teses sobre a Transição da Guerra à Paz”. Nelas, Trotsky argumentava que a requisição, o estabelecimento do princípio da direção única nas fábricas e a militarização do trabalho eram medidas que deveriam se estender por um longo período de tempo, partes integrantes que eram do processo de transição do capitalismo para o socialismo. Nesta mesma linha, Bukharin argumentará que o desaparecimento do comércio e a desvalorização da moeda, com a introdução das trocas naturais - manifestações da agudeza da crise econômica naquele momento - eram sinais de que avançavam em direção ao socialismo. . (Bettelheim, 1976,354) Opinião semelhante possuía Lênin. (Bettelheim, 1976,317)

No dia seguinte, por “engano”, Bukharin, redator do Pravda, publica suas teses tentando desmoralizar as posições de Trotsky e o debate vem a público.

Entre 10 e 21 de janeiro de 1920, reúne-se o 3o. Congresso dos Conselhos Econômicos. Alguns dias antes Lênin e Trotsky apresentam a proposta do dirigente único e da militarização do trabalho para a fração bolchevique na reunião do Conselho Central Panrusso dos Sindicatos, e toda a fração se manifesta contrária a ela.

O 3o. Congresso do Conselho Econômico aprova uma resolução a favor da direção coletiva na indústria, contra a posição de Lênin, que afirmou: “O princípio colegiado (isto é, direção coletiva) é algo rudimentar, que pode ser necessário numa primeira etapa, quando se tem que construir partindo do zero. (...) A passagem a um trabalho prático está ligada à autoridade individual. É o sistema que melhor garante a utilização dos recursos humanos.” (Brinton, 1972,112) Talvez agora possamos entender melhor o que Lênin queria dizer em 1918 quando pregava a adoção de “inúmeros aspectos progressistas e científicos do taylorismo”. (Bettelheim, 1976,160)

Em fevereiro, a oposição no interior do Partido à proposta do dirigente único e à militarização do trabalho é grande. As conferências do Partido em Karkov e Moscou aprovam resoluções contrárias a elas. Tomski redige suas teses, afirmando que o “princípio fundamental que serve de guia ao trabalho de diversos organismos que dirigem e administram nossa economia é o princípio vigente: o da direção coletiva”(Brinton, 1972,112) . As teses de Tomski conquistam uma simpatia cada vez maior entre os ativistas sindicais e na base do partido.

Nas fileiras partidárias, neste período que se estende do início de 1919 até o X Congresso em março de 1921, se vive um misto de surpresa e desânimo, principalmente entre os setores mais próximos ao proletariado. As medidas aprovadas pelo partido durante a guerra civil, fortalecendo o aparelho burocrático, o aparelho repressivo e os meios de controle sobre a massa e sobre os militantes sindicais e do partido; o fortalecimento dos órgãos centrais e dos de decisão em detrimento dos órgãos locais e dos princípios da democracia operária; tais medidas que inicialmente eram apresentadas como provisórias, começavam a se revestir de um novo caráter. Agora são medidas que deveriam perdurar por um longo período de tempo e que garantiriam a transição para o socialismo. O fim do poder operário dentro das fábricas, agora nas mãos dos dirigentes únicos nomeados pelos órgãos centrais do governo; o soldado russo tendo que se submeter a um regime de disciplina semelhante ao do exército burguês, sem poder contar com a força dos comitês de soldados para defender seus direitos e vendo seus superiores - muitas vezes declarados czaristas que combatiam a revolução - com privilégios sempre crescentes; o camponês russo tendo que se submeter ao odiado funcionário público, que durante o velho regime lhe cobrava altos impostos e agora, sob regime soviético, lhe retirava parte da produção sem compensação alguma - essa situação toda provocava um profundo descontentamento entre as massas trabalhadoras que se afastam paulatinamente do poder soviético.

Em março de 1920, o 2o. Congresso Panrusso dos Trabalhadores em Alimentação aprova uma resolução “censurando o partido bolchevique por haver instaurado uma dominação ilimitada e incontrolada sobre o proletariado e o campesinato, e haver levado até o absurdo uma centralização espantosa (...) destruindo todo elemento de espontaneidade e de vida do país”. “A chamada ditadura do proletariado é na realidade uma ditadura sobre o proletariado do partido, e até de uns quantos indivíduos”. (Brinton, 1972,1114)

Apesar deste descontentamento, o aparelho burocrático funciona. Transferências são realizadas, a Checa investiga “atividades suspeitas” de tal forma que o IX Congresso do PC(b)R aprova as teses de Lênin e Trotsky, que conta agora com o apoio de Radek: “A classe operária organizada deve superar o preconceito burguês da liberdade do trabalho, tão cara ao coração dos mencheviques e conciliadores de toda espécie”. (Bettelheim, 1976,351)

O trabalho obrigatório é mantido, assim como o racionamento estrito sobre os bens de consumo, o salário em espécie, a requisição dos produtos agrícolas e a proibição sobre o comércio. O Congres-

so aprova a substituição do “princípio da eleição” dos dirigentes econômicos e industriais com base na sua eficiência “técnica”. A direção coletiva é taxada de “utópica”, “nada prática” e “nociva”, o Congresso se propõe a lutar “contra a presunção ignorante (...) de elementos demagogos (...) que crêem que a classe operária pode resolver seus problemas sem utilizar especialistas burgueses nos postos de maior responsabilidade. Não pode haver lugar nas fileiras do partido do socialismo científico a demagogos que atacam este tipo de preconceitos nos setores mais atrasados da classe operária”. (Brinton, 1972,114 e ss.)

O IX Congresso decide explicitamente que nenhum grupo sindical pode intervir diretamente na gestão industrial e que os comitês de fábrica devem consagrar-se a assuntos de disciplina no trabalho, de propaganda e educação dos operários.

Por fim, o IX Congresso confere o poder ao Orgburo, composto por 5 membros do CC, de transferir os quadros do partido sem submeter o assunto ao Politburo. Essa resolução vem na verdade legalizar uma prática que já vinha acontecendo em maior ou menor escala.

Durante todo o 1o. Semestre continua a luta de Lênin, Trotsky e Bukharin a favor da militarização do trabalho e da instituição do dirigente único que, não obstante a aprovação pelo IX Congresso, continua encontrando resistência nas bases para sua aplicação. Para Trotsky, o princípio da direção coletiva é um preconceito “menchevique”. Em abril ele é nomeado para o Comissariado dos Transportes, que se encontrava à beira de um colapso. “O Politburo (promete) apoiá-lo sem reservas em qualquer decisão que tomasse, por mais rigorosa que fosse”. (Brinton, 1972,119)

Lênin neste semestre se vangloria de ter sido partidário do dirigente único desde o primeiro momento. Já em 1918, segundo ele, “havia assinalado a necessidade de admitir a autoridade ditatorial de indivíduos isolados, se queria a realização do ideal soviético”. (Brinton, 1972,120)

Para Bukharin, “resolvido no essencial o problema da consolidação da posição de classe do proletariado”, não há mais necessidade de “dar ênfase à transformação das relações de produção, e sim à adoção de uma forma de gestão que garanta o máximo de competência. O Princípio de uma ampla elegibilidade pela base (ordinariamente pelos próprios operários de uma fábrica) é substituído pelo princípio da seleção cuidadosa, que leva em conta a competência, para o pessoal técnico e administrativo”. (Bettelheim, 1976,148 e ss.)

O segundo semestre do ano de 1920 se inicia prometendo grandes lutas políticas. A vitória certa do poder bolchevique contra os exércitos brancos e o estabelecimento dos primeiros laços com os países capitalistas para a realização de um comércio regular entre a Rússia e o resto do mundo, melhoraram sensivelmente as expectativas para os bolcheviques. Os trabalhadores e os membros do Partido se sentem mais à vontade para dizerem o que pensam.

O descontentamento no campo continuava aumentando e na passagem do ano de 1920/21 eclodiram diversas revoltas camponesas que forçaram o fim da política das requisições dos produtos agrícolas. Nas cidades, uma onda de greves atingirá os principais centros industriais em fevereiro e janeiro de 1921. Nos últimos meses de 1920 a Oposição Operária consegue se fortalecer nos centros operários mais importantes.

Ao nos aproximarmos do final da Guerra Civil, com a vitória bolchevique no horizonte próximo, a situação na Rússia havia se transformado profundamente. Em poucas palavras, uma crescente centralização tornava cada vez mais poderosa a burocracia que vai se desenvolvendo após 1917. O Partido Bolchevique não fica imune a essa tendência: isso veremos no próximo capítulo e, poderemos, então, adentrar ao período decisivo constituído pelos primeiros meses do ano de 1921.

## Capítulo VIII – O Partido Bolchevique após 1917

### 1 – A “consciência de fora”

A ideologia que trazia o partido bolchevique ao tomar o poder em outubro de 1917 era fortemente marcada pelas condições em que se deu sua construção: uma atuação marcada pela forte repressão política do czarismo.

Infelizmente nem o tempo nem o espaço permitem agora que aprofundemos um estudo sobre o relacionamento que existiu entre as diferentes correntes marxistas existentes na Europa e especialmente na Rússia, no período de formação do partido bolchevique, de 1902 a 1917 mais ou menos. No entanto para que possamos continuar, temos que nos referir, ainda que de forma provisória, à concepção de partido que carregavam os bolcheviques - expressa principalmente no “Que Fazer?” - e como essa concepção influenciou as opções que foram feitas sob as altas pressões a que foi submetido o regime soviético nos anos subsequentes à revolução. O estudo deste aspecto - de como e em que medida as concepções teóricas que os bolcheviques possuíam influíram nas opções feitas - resvala numa outra dificuldade. Hoje em dia, o predomínio de uma concepção mecanicista do marxismo entre os revolucionários tem feito com que eles dediquem pouca atenção à importância, às vezes determinante, que jogam as concepções teóricas na atuação prática de um partido revolucionário.

Durante um período revolucionário, a atuação dos que querem construir um mundo novo é fortemente marcada pela forma que querem dar ao novo mundo. Essa concepção do novo mundo

pode determinar que, numa conjuntura dada, a opção política seja uma, e não outra. E, nesse sentido e medida, as concepções teóricas que predominam no movimento revolucionário podem jogar um papel determinante em crises revolucionárias. O estudo deste aspecto da prática bolchevique após 1917 é quase desconhecido entre nós. Mas a questão está colocada pela história, e não adianta quereremos escapar dela: em que medida as concepções leninistas de partido, e do relacionamento do partido com as massas - para não falar das concepções econômicas que Lênin expressa em algumas ocasiões nos anos de 1917 e 1919 de que o socialismo nada mais é do que o capitalismo de Estado sob o controle da ditadura do proletariado - condicionaram o desenvolvimento posterior da Rússia no sentido de ser o que é hoje em dia?

A concepção central de “Que Fazer” é aquela que Lênin retirou de Kautsky: o movimento operário por si só inevitavelmente leva ao reformismo burguês. Como espontaneamente os operários não conseguem chegar ao socialismo - Lênin afirma mesmo que o socialismo científico na Rússia surgiu de forma totalmente independente do movimento operário - é fundamental a existência de um partido revolucionário, depositário do socialismo científico e que conduza a classe operária ao socialismo. (Lenin, 1978) Lenin teria inovado o marxismo neste aspecto, possuindo as condições históricas necessárias para pensar o marxismo nas novas condições do imperialismo. Outros, no entanto, como Charles Bettelheim, ligam esta e outras concepções à herança do idealismo. Outros pensadores assinalam a proximidade desta concepção com as concepções dos revolucionários russos do século 19, os narodniks principalmente. Para o que, independente da corrente de pensamento e das divergências que existam entre elas, todas parecem convergir para um ponto: que existem diferenças profundas entre a concepção de partido leninista e a concepção de Marx e Engels sobre a organização revolucionária dos operários, expressa de forma esparramada por uma série de seus textos, notadamente no Manifesto do Partido Comunista, de 848.

Quando os bolcheviques tomaram o poder em 1917, essa faceta do conjunto das concepções ideológicas do partido de Lênin é reforçada pelas características da classe operária russa: seu atraso cultural e sua ligação, quase umbilical, com o campesinato. A influência dos bolcheviques, social-revolucionários, anarquistas e mesmo cadetes, ainda era muito forte, a ponto de, em janeiro de 1918, os bolcheviques serem minoria na Assembleia Constituinte. Por essa razão, foi dissolvida pelo regime soviético.

É certo que a revolução ensinou muito às massas trabalhadoras



da Rússia, principalmente aos operários dos grandes centros urbanos, ensinou tanto que eles foram capazes de derrubar o regime czarista, e derrubar, logo em seguida, o governo Kerenski.

Mas, por mais que fosse importante, esse nunca foi o aspecto fundamental. O atraso russo tornava inevitável o desenvolvimento do capital e a reorganização e desenvolvimento da produção sob a regência do capital inviabiliza a transição para o trabalho associado. Por mais que o movimento dos trabalhadores avançasse, havia esse limite histórico impossível de ser, então, ultrapassado. Do mesmo modo, ainda que os bolcheviques houvessem investido esforços no sentido de fortalecer a participação dos trabalhadores na direção da produção, do Exército, do Estado etc. (o que, como estamos vendo, não fizeram essencialmente), ter-se-ia atingido essa barreira histórica: a exploração do homem pelo homem, com tudo o que ela implica (o Estado, o patriarcalismo, a propriedade privada etc.) se imporia como predominante no longo prazo. Essa a razão histórica fundamental para que as tendências políticas autonomistas, anarquistas e mesmo a esquerda dos bolcheviques não tenham sido alternativas reais ao stalinismo que viria no futuro próximo.

Naquela conjuntura, o partido bolchevique poderia ter fortalecido canais que a revolução havia criado para a participação da classe operária no novo poder - principalmente os comitês de fábricas e os sovietes locais. No entanto, isso teria exigido uma modificação da concepção do relacionamento que deveria existir entre o partido e as massas operárias: não mais como o depositário do socialismo científico numa relação contraditória com uma classe operária que espontaneamente caminha para o reformismo burguês - mas sim como um instrumento que a classe operária tinha para sistematizar suas experiências e suas aspirações no dia a dia da construção de uma ordem social igualitária. Essa reformulação teria exigido que, ao invés do processo de centralização administrativa que impõe o partido bolchevique desde novembro de 1917, e que se acentua nos anos seguintes, o governo soviético tivesse depositado suas esperanças na iniciativa, na criatividade e nas indicações que a massa iria dando ao partido no decorrer no processo de construção do novo poder político.

Para que essa mudança ocorresse no partido bolchevique teria sido necessário - se é que era possível tal mudança - que o impulso da classe operária no sentido de assumir a gestão do Estado tivesse sido mais forte e violenta do que foi, a ponto de sacudir todo o partido. A ponto de oferecer tal resistência à centralização do poder de decisão promovido pelos bolcheviques, que esse esforço resultasse

na sua negação dialética: no fortalecimento dos comitês de fábrica e dos sovietes locais que passariam a realizar a completa gestão do novo poder político.

Ora, para que isso ocorresse, carecia que a classe operária russa tivesse uma compreensão muito mais clara de seus objetivos históricos - do que era o socialismo e da importância da transformação radical das relações de produção capitalistas, da importância de manter a gestão da produção em suas mãos, para se chegar ao comunismo. Ou seja, esse impulso teria exigido que a classe operária russa, ao invés de um processo de formação histórica que manteve suas ligações com o campesinato, tivesse passado por um processo de evolução que lhe permitisse o nível de conhecimento cultural e técnico, e de experiência política, que possuía, por exemplo, o operariado alemão no início do século.

A Revolução Russa, se foi capaz de derrubar o czarismo, não foi capaz de romper com séculos de isolamento e atraso de toda a nação russa. Esse atraso secular em que viviam as massas populares não permitiu que, logo após a revolução, o movimento que então se verificava nos comitês de fábrica assumisse a gestão das indústrias - e os sovietes assumissem a gestão do Estado - sendo forte o suficiente para se opor e vencer a orientação dada pelos bolcheviques na construção do novo Estado. Assim, a concepção bolchevique do relacionamento que deveria existir entre o partido e as massas implicava que, na Rússia de 1917, a ditadura do proletariado deveria ser exercida pelo partido, mesmo que esse poder se contrapusesse em determinados momentos ao movimento real da classe operária. A ditadura do proletariado não pode se submeter às “vacilações” e “humores” da classe operária, diria Trotsky mais tarde. (Bettelheim, 1976,353)

Nas condições em que ocorreu a tomada do poder pelos bolcheviques, a reação que os operários ofereceram ao seu afastamento dos centros de decisão política não foi forte o suficiente e ocorreu de forma desorganizada e dispersa, sem conseguir se expressar numa plataforma política e econômica viável que se colocasse como alternativa àquela defendida pelo CC bolchevique na difícil situação em que vivia o poder soviético.

Logo após 1917, o partido bolchevique sofre importantes mudanças. Em primeiro lugar, embora não seja esta a mudança mais importante, o partido aumenta de tamanho. Passa de 24 mil membros em 1917 a 860 mil em 1924. Outra mudança importante é que ocorre uma certa fusão entre o partido bolchevique e o Estado Soviético. Quase todos os membros do partido no início da década de 20 são funcionários do Estado Soviético, e muito poucos são operá-

rios: “Nessa época, as estatísticas permitem concluir que a repartição efetiva de empregos é tal que mais de 53% dos membros do partido são servidores do governo, 8% funcionários do partido e dos sindicatos, e dos 11% de empregados de indústria, um grande número desempenha funções administrativas ou de direção. Menos de 3 anos mais tarde, calcula-se que 2/3 dos membros do partido ocupam funções de responsabilidade que lhes confere certa autoridade e algumas vantagens materiais”. (Bettelheim, 1976,286-7)

Lênin considerava que o número de operários que realmente existia no partido era menor do que mostravam as estatísticas: “É incontestável que frequentemente se consideram entre nós como operários pessoas que jamais passaram por uma escola séria como uma grande indústria”, afirmou em 24 de março de 1922. (Bettelheim, 1976,288)

Esse processo de fusão entre o partido e o novo Estado ocorrerá muitas vezes de forma espontânea, devido à situação objetiva em que se encontrava a revolução russa. É interessante o relato do delegado da província de Tambov sobre a situação que lá encontrou em julho de 1919: “Não há governo soviético propriamente dito, (isto é, exercendo funções governamentais locais), na maioria dos distritos rurais. Na maior parte das localidades, os soviets só existem no papel; de fato, trabalham sob o nome dos soviets representantes dos kulaks e dos especuladores, pessoas que perseguem objetivos individuais ou elementos sem caráter que agem a seu modo”. Continua: “Semelhante situação produz necessariamente uma série de efeitos no funcionamento do próprio partido, permitindo em muitas cidades e distritos, o acúmulo de funções, a falta de controle dos órgãos de base do partido (estes órgãos não existem ou quase não existem) sobre os militantes encarregados de múltiplas responsabilidades e, frequentemente, a absorção desses militantes em tarefas essencialmente administrativas, em detrimento das tarefas políticas e ideológicas, ou seja, do trabalho de massa”. (Bettelheim, 1976,263)

Dada a complexidade das tarefas históricas que o partido bolchevique tinha que dar conta, e ao despreparo da imensa maioria dos membros (consequência do despreparo das próprias massas revolucionárias) para enfrentar estas tarefas, ficam centralizados na velha guarda do partido - com Lênin à frente - todos os órgãos importantes de decisão. Em 1922, Lênin escreveria a Molotov: “Se não se fecha os olhos diante da realidade, deve-se reconhecer que realmente a política proletária do partido é determinada não pelo conjunto de seus membros, mas pela autoridade imensa e

intransferível dessa camada muito reduzida que se pode chamar velha guarda do partido.” (Bettelheim, 1976,288)

Essa velha guarda para administrar todo o país, forçosamente tem recorrer a um enorme aparelho burocrático, ao qual vão sendo delegados cada vez mais poderes. O *Orgburo*, criado como assessoria do Politburo, passa a ser responsável pela transferência de todos os quadros partidários e a administrar fichários que somente ele controla sobre a vida de todos os militantes partidários. O peso desses funcionários do partido no seu interior vai sendo decisivo ainda mais se levando em conta que esses funcionários, na sua grande maioria, são originários da pequena-burguesia, mais precisamente, do antigo corpo de funcionários subalternos do regime czarista. Desta forma, vão sendo introduzidos na vida partidária os métodos, o funcionamento e a rotina do aparelho administrativo do velho regime.

A consequência desse processo - que tem como pano de fundo o afastamento da classe operária do poder decisório - é que se implanta aos poucos um estilo de direção no partido bolchevique que ele nunca conhecera anteriormente. “Esse novo estilo de direção, e as relações ideológicas que o sustentam (como o “respeito” dos escalões inferiores à autoridade dos escalões “superiores”), tendem a transformar uma parte dos funcionários do partido - em primeiro lugar os quadros políticos - de militantes em funcionários preocupados sobretudo em saber o que deles esperam os seus superiores; ao invés de procurarem assinalar os erros cometidos etc. Os membros do partido se transformam em “funcionários”, em “membros do aparelho”, ou, como se começa a chamá-los, *apparatchiki*.

Sobre eles escreve Suslov, velho bolchevique:

Eles não são nem quentes nem frios. Tomam conhecimento de todas as circulares de comitês. Fazem todos os seus cálculos numéricos para a ação prescrita, constroem toda a atividade do partido a se inserir no quadro matemático de seus relatórios cuidadosamente redigidos, ficam satisfeitos quando todos os pontos são preenchidos e podem então levar ao conhecimento do centro o cumprimento regulamentar de suas prescrições. Para este tipo de trabalhadores do partido chovem todas as espécies de planos, programas, instruções, pesquisa e relatórios. Eles ficam contentes quando reina a calma em sua organização, quando não há “intrigas”, quando ninguém os combate. (Bettelheim, 1976,280)

As organizações locais do partido e as organizações de base vão tendo sua autonomia cada vez mais limitada, a tal ponto que os “secretários dos comitês de província passam a ser cada vez mais nomeados pelo centro e os poderes de tais dirigentes políticos au-

mentam rapidamente”. (Bettelheim, 1976,273)

O crescimento do aparelho administrativo, cujo grau se evidencia no aumento de quadros da administração que funcionam junto ao CC que vai de 15 no início de 1919 a 602 em 1921, - é justificado pela necessidade de se melhorar a “gestão” dos quadros do partido e a seleção dos responsáveis. “Na prática, isto resulta rapidamente em controle político da administração interna do partido (dificilmente controlada pelos órgãos dirigentes eleitos) sobre o conjunto da organização e especialmente sobre os quadros”. E “As transferências de postos permitem o isolamento daqueles que não tem as mesmas concepções que a direção administrativa do partido”. (Bettelheim, 1976,272-274)

## **2 – O segundo semestre de 1920**

Desta forma, o segundo semestre de 1920 vai encontrar o partido com características bem diferentes das de 1917. A democracia interna, mecanismos que permitem a luta política e ideológica no interior do partido - como ocorreu em abril de 1917, e na preparação da insurreição de outubro, para lembrar uns poucos exemplos de quando Lenin encaminha resoluções políticas por fora dos canais partidários - estão emperrados. O IX Congresso já havia em parte realizado esse emperramento, ao estabelecer que somente seria permitido criticar as resoluções tomadas pela direção depois de cumpri-las. Um enorme aparelho burocrático, tanto no Estado como interior do partido, envolve os bolcheviques, e tende a dominá-los.

Esse aparelho burocrático se fortalece ainda mais com a criação da missão Central de Controle (da qual participa a Checa que assim tem legalizada sua interferência no interior da vida do partido) e pelas depurações que ocorrem em 1919 e 1921. Ironicamente tanto a Comissão de Controle como as depurações tinham por objetivo justamente combater os não proletários e burocratas no interior do partido. Mas as formas como as medidas foram encaminhadas - essencialmente administrativas - fortaleceram justamente aqueles membros que mais criticavam os burocratas no interior do aparelho partidário. (Bettelheim, 1976,285)

Outro fator influenciará com enorme peso a luta política que ocorreu no inverno de 1920/21: as medidas de requisição dos produtos agrícolas fizeram com que os camponeses reduzissem a área plantada, já que não tinham interesse em produzir para verem seus produtos confiscados.

A redução da área plantada, acompanhada pela queda da pro-

dução agrícola, agrava ainda mais a crise econômica e a situação das massas trabalhadoras nas cidades. A ração fornecida para os operários e trabalhadores pelo governo soviético não ia além de 30 a 50% das quantidades necessárias para alimentá-los e aumenta ainda mais o mercado negro e a corrupção. (Bettelheim, 1976,326) A fome na cidade, a falta de combustíveis e matérias-primas acentua a paralisação industrial, aumentando o desemprego.

A queda do nível de vida das massas trabalhadoras, numa situação em que os operários e camponeses são submetidos a uma estrutura de governo que está cada vez mais impermeável às suas pressões e aumenta as medidas de repressão sobre as massas - enquanto os altos funcionários do partido e do governo recebem cada vez maiores privilégios -, aumenta assustadoramente o descontentamento não só entre as massas sem partido. Muitos operários abandonam o partido neste período, descontentes com os rumos da situação, e sem encontrar nela possibilidades concretas de expressar seu descontentamento. (Bettelheim, 1976,283 e ss.)

Outra consequência desse descontentamento é que aumentam as sabotagens, o abstencionismo, o “corpo mole” entre os operários. As medidas de convocação dos trabalhadores, trabalho obrigatório, salário diferenciado segundo a produção de cada um etc., aumentam ainda mais esse descontentamento e fazem os operários se lembrarem com frequência do regime de trabalho que vigorava no antigo regime.

Outra consequência direta dessa crise - a qual já nos referimos anteriormente - é a eliminação física do proletariado. A paralisação industrial e a fome nas grandes cidades levam muitos operários a voltarem para seus locais de origem no campo, ao mesmo tempo em que os operários mais combativos muitas vezes são enviados para as fileiras do Exército Vermelho, ou são absorvidos no aparelho administrativo do partido e do Estado, se afastando da produção.

Portanto, a conjuntura da Rússia tanto econômica como socialmente, era extremamente favorável ao crescimento da burocracia. De um lado, a crise econômica e a desorganização do transporte, do comércio, do abastecimento e da produção; de outro o aumento do peso social do campesinato na medida em que o proletariado passa por um processo de extinção.

Nessa situação, uma maciça intervenção das camadas populares, lideradas pela classe operária, disposta a lutar de armas nas mãos pela gestão do novo Estado soviético se revelou impossível. As reações que ocorreram não tiveram força nem clareza política suficientes que permitissem reverter esse quadro.

A crise econômica e a forma que ela assume no correr de 1920 e 1921 concorrem para enfraquecer ainda mais a classe operária. As deficiências legadas por um processo de formação histórica no sentido de preparar os operários russos para assumirem a gestão do novo Estado se somam às dificuldades conjunturais da crise econômica que, nessa medida, favoreceu a vitória da burocracia na luta que se travou na preparação do X Congresso do PC(b)R, em 1921.

### **3 – A Oposição Operária**

No segundo semestre de 1920 surgiu a Oposição Operária, que jogará um papel muito importante no desenrolar dos acontecimentos nos próximos meses, pois será a principal oposição que surgirá no partido bolchevique a esse processo de crescente afastamento das massas trabalhadoras dos centros de decisão política.

A Oposição Operária é a herdeira - até certo ponto a continuação - dos comunistas de esquerda que surgiram no ano de 1918, e do grupo Centralismo Democrático que surgiu no ano de 1919.

Os Comunistas de Esquerda surgiram em Abril de 1918, logo após a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, ao qual eles se opõem por considerarem que a política mais correta seria levar a guerra com a Alemanha adiante até sua transformação numa guerra revolucionária do proletariado alemão. É bom lembrarmos que naquele período eram fortes as ilusões quanto a eclosão da revolução na Europa Ocidental num período curto de tempo.

Os Comunistas de Esquerda, através de sua revista “Komunist”, dirigida por Bukharin, Radek, Osinski e mais tarde Smirnov, faziam fortes críticas às medidas adotadas pelo governo soviético para organizar a produção.

O primeiro número da revista, publicado em nome do Comitê do Distrito de Petrogrado, continha as “Teses sobre a situação atual”, do comitê de redação. As Teses condenavam “a implantação da disciplina do trabalho para o restabelecimento da gestão dos capitalistas na produção (que) não poderá aumentar de maneira substancial a produtividade de trabalho”. O que fará é “diminuir o grau de iniciativa, de atividade e de organização da classe trabalhadora, e despertará o descontentamento tanto dos elementos atrasados, como da vanguarda do proletariado”.

Neste número, Radek advertia: “Se a revolução russa fosse derrubada pela violência da contrarrevolução burguesa, voltaria a crescer das cinzas como a Fênix, mas se perdesse o seu caráter anti-capitalista e decepcionasse, portanto, as massas trabalhadoras, essa

desgraça teria consequências dez vezes mais terríveis para o futuro da revolução russa e internacional”. (Brinton, 1972,82-3)

Lênin, na ocasião, atacou violentamente os Comunistas de Esquerda, taxando-os de “intelectuais pequeno-burgueses degenerados” e desencadeia uma violenta campanha contra eles no interior do partido e os obriga a transferir a revista de Moscou e depois de 4 números, a desaparecer. Apesar do reconhecimento de Lênin da legitimidade dos Comunistas de Esquerda expressarem publicamente suas opiniões contrárias ao CC, uma Conferência do Partido convocada apressadamente deu maioria a Lênin e “pediu que os partidários da revista “Komunist” cessassem sua existência organizativa separada”. (Brinton, 1972,84)

O isolamento em que cáíram os partidários de “Komunist” não deve ser explicado somente pela reação da corrente leninista. Mas também pela defesa que faziam da continuidade da guerra, o que entrava em profunda contradição com as aspirações imediatas das massas populares russas. Esse fato sem dúvida alguma reduziu em muito a penetração que poderiam obter com suas críticas ao processo de burocratização, ao afastamento dos operários dos centros de decisão. O surpreendente é que, os Comunistas de Esquerda tenham conseguido se implantar nos principais centros operários: Moscou, Petrogrado e nos Urais. (Bettelheim, 1976,343) O que é uma medida de como as críticas que faziam ao processo de burocratização da revolução russa penetravam nas massas operárias.

Após o VIII Congresso do PC(b)R os Comunistas de Esquerda desapareceram, em parte devido às medidas administrativas como a transferência de seus membros de áreas onde possuíam alguma influência para regiões de menor importância. Do grupo Centralismo Democrático, conhecemos muito pouco. As únicas informações que temos dão conta de que eles criticavam o processo de burocratização e o afastamento dos operários das decisões mais importantes. Reivindicavam também um funcionamento mais democrático do partido.

No segundo semestre de 1920, repetimos, surgiu a Oposição Operária, que conseguirá uma base de apoio no interior do partido significativa. No Donetz (região mineira), na bacia do Don, na Ucrânia tinham forte implantação e em Samara controlavam todo o aparelho partidário. Em Moscou contavam com 1/4 dos votos do partido e em setembro de 1920 conquistaram 124 delegados, contra 154 do CC para a Conferência do Partido na província de Moscou. (Brinton, 1972,135)

A Oposição Operária denunciava o processo de burocratização e criticava o partido por ter traído as promessas que havia feito aos



sindicatos ao não levar adiante o ponto 5 do programa econômico do partido aprovado em 1919, no VIII Congresso do PC(b)R. “Afirmava que durante os dois últimos anos a direção do partido e os organismos governamentais haviam limitado sistematicamente o alcance da atividade sindical, e reduzido a quase nada a influência da classe operária (...) O partido e as autoridades econômicas, transbordantes de técnicos e burgueses e de outros elementos não proletários eram ostensivamente hostis aos sindicatos (...) O único remédio era a concentração da direção industrial nas mãos dos sindicatos”.

“Não se haveria de nomear nem a um só indivíduo em um posto econômico administrativo sem o consentimento dos sindicatos (...) Os funcionários recomendados pelos sindicatos teriam que render-lhes conta de sua conduta, e poderiam ser substituídos a qualquer momento. O elemento culminante do programa era a exigência de que se convocasse um Congresso Panrusso dos Produtores que elegeria uma direção central de toda a economia nacional. Os Congressos Nacionais dos diversos sindicatos elegeriam também a direção dos diversos setores da economia. As conferências sindicais locais e regionais, e a direção de cada fábrica seria de competência do Comitê de fábrica.” E assim, afirmava Shliapnikov (integrante do CC em 1917) se conseguirá esta vontade única necessária para organizar a economia, mais também a possibilidade real de que as grandes massas de trabalhadores façam sentir a sua influência na organização e desenvolvimento da nossa economia”. (Brinton, 1972,132)

Além disso, a Oposição Operária propunha uma profunda modificação na política de salários, no sentido de ser mais igualitária e combater os privilégios acumulados durante esses anos pelos altos dirigentes da administração e do partido bolchevique.

O choque é profundo. “Para a maioria do CC, o partido só pode de fato assumir seu papel dirigente se um número significativo de responsáveis, inclusive sindicais, for nomeado pelo partido. Segundo a Oposição Operária, somente a eleição dos responsáveis está de acordo com os princípios do socialismo e garante a confiança das massas populares nos elementos que elas elegeram”.

Nesse meio tempo, Trotsky radicaliza sua posição a favor da militarização do trabalho. No X Congresso ele afirmará: “Eles (trata-se da Oposição Operária) lançaram palavras de ordem perigosas. Fizeram dos princípios democráticos um fetiche. Colocaram o direito dos trabalhadores elegerem seus representantes acima do partido. Como se o partido não tivesse o direito de afirmar a sua ditadura, mesmo que essa ditadura esteja em conflito temporário com os humores instáveis da democracia operária.” (...) “O partido é obrigado

a manter sua ditadura, quaisquer que sejam as hesitações temporárias da classe operária. A ditadura não se baseia a todo instante no princípio formal da democracia operária.”(Bettelheim, 1976,353) A tese de Trotsky consegue o apoio de 8 membros do CC, e passa à história como a Plataforma dos 8.

Lênin que se afasta de Trotsky a partir de novembro de 1920 (sem, no entanto, abandonar suas posições a favor do dirigente único nas indústrias, nomeado de cima, da aplicação do “muito que tem de progressista” do sistema de Taylor, do trabalho obrigatório, etc.) consegue o apoio de nove membros do CC. É a Plataforma dos Dez. Afirma esta plataforma: “O Partido Comunista Russo, através de suas organizações central e local, continua a dirigir, de maneira incondicional, o aspecto ideológico do trabalho sindical em seu conjunto. A escolha do pessoal dirigente do movimento sindical deve ser feita sob controle e orientação do partido. No entanto, a organização do partido deve ser particularmente atenta em aplicar os aspectos normais da democracia proletária nos sindicatos onde a escolha dos dirigentes deve ser o máximo possível uma tarefa das próprias massas organizadas”. (Bettelheim, 1976,361) Ou seja, permite-se à massa eleger seus representantes, desde que eles coincidam com a direção, “incondicional” ideológica realizada pelo partido.

Assim, ao final do segundo semestre de 1920, o Partido Bolchevique se transformara em profundidade. O núcleo das tensões e divergências residia na relação do partido com as massas. Com a vitória dos revolucionários na Guerra Civil, a essa altura já uma certeza, aumenta a pressão para que as medidas centralizadoras, apresentadas como provisórias, fossem revertidas. A Oposição Operária é o principal porta-voz dessa posição. O X Congresso do PC(b)R, convocado para março de 1921, seria centrado nessas questões. Para o Congresso, Trotsky termina por se unificar com Lênin na luta que se trava contra a Oposição Operária. Mas o que, de fato, definiu seus rumos, foi a eclosão, em plena realização do Congresso, da Insurreição de Kronstadt. A essa insurreição dedicaremos o próximo capítulo.

## Capítulo IX – Kronstadt e Makhno

### 1 – Questionando o Poder Soviético

A insatisfação e o afastamento das massas populares em relação ao partido bolchevique, resultantes tanto da crise como das medidas adotadas pelos bolcheviques para organizarem a economia, causaram no final do ano 20 e começo de 1921 uma onda de revoltas camponesas que obrigaram o governo soviético a suspender a política de requisição dos produtos agrícolas em treze províncias no início de 1921. Esse afastamento dos camponeses do poder soviético criava uma situação de perigosa instabilidade política, constituindo um campo fértil para alastrar uma revolta de grandes proporções contra o governo soviético. Agora não havia mais exércitos brancos no interior da Rússia para justificar a centralização político-administrativa e para justificar medidas econômicas como a proibição do comércio de alimentos e a requisição dos produtos que prejudicavam os camponeses. As revoltas camponesas do inverno de 1920/21 somente não se alastraram ainda mais e não ganharam maior expressão devido à falta de uma liderança capaz de organizá-las, de dar-lhes uma expressão política definida.

O descontentamento com o poder bolchevique também está presente nos grandes centros industriais. A fome e o frio trazidos pelo inverno agravam as condições de vida dos trabalhadores urbanos, que, enquanto isso, assistem a uma discussão no interior do partido dirigente se as medidas de coerção sobre os trabalhadores adotadas a partir de novembro de 1917 deveriam ser intensificadas

ou não. O reino de liberdade para os trabalhadores que deveria surgir da revolução de Outubro, como haviam prometido os bolcheviques, estava cada vez mais distante. O domínio crescente da pequena burguesia, e mesmo de setores da burguesia no interior do aparelho de estado, no interior do partido e do Exército Vermelho parecia insuportável às massas. No interior da fábrica, o operário que ainda conseguia emprego se via forçado a acatar uma disciplina de trabalho semelhante à que vigorava durante o czarismo e a introdução do salário por produção lhe parecia mais uma forma de exploração capitalista que uma medida destinada a facilitar a transição para o socialismo.

Em janeiro/fevereiro de 1921 uma série de greves operárias ocorreu nos diversos centros industriais, principalmente Moscou e Petrogrado. Os grevistas protestavam com frequência contra o poder dos comissários e contra a falta de canais que viabilizassem a participação operária no poder, embora, com maior frequência ainda, protestassem contra a falta de alimentos e de combustíveis.

Essa onda de greves ocorre de maneira espontânea, de forma desorganizada e sem qualquer coordenação. Não consegue se expressar numa plataforma política clara que fosse alternativa para o poder bolchevique. Por isso essas greves terminam isoladas pelo poder bolchevique, cuja imprensa e máquina de propaganda estatal as apresentavam como inspiradas pela contrarrevolução. Embora elas não significassem nenhum perigo imediato para o poder bolchevique, eram um sintoma alarmante: elas ocorriam por fora e contra o aparelho partidário e o aparelho sindical. Essa insatisfação poderia gerar outra organização das massas, como 1917 criou toda uma rede de organizações populares por fora do aparelho estatal existente, que colocasse em cheque o poder dos bolcheviques. Esse era o grande perigo.

Neste contexto a luta interna do partido continuava, e Lênin publica seu folheto “A Crise no Partido” onde afirma: devemos combater a discrepância ideológica e os doentios elementos da oposição que chegam até a negar toda “militarização da economia”, e não só o “método das designações”, quer dizer, negam em última instância, o papel dirigente do partido em relação às massas sem partido. Devemos combater os desvios sindicalistas, que matarão o partido se ele não se cura completamente deles.”(Lenin, 1978, 331) Um pouco antes, nesse mesmo folheto, Lênin escrevera: “Para que ter um partido se quem deverá dirigir a indústria é designado (...) pelos sindicatos, as 9/10 partes de cujos membros são operários sem partido?”

A primeira vez que essa revolta das massas operárias e camponesas recebeu um tratamento teórico que lembrava uma plataforma política foi com a publicação do texto da Oposição Operária.

No entanto, esta possuía uma série limitação: se propunha a lutar exclusivamente no interior do mesmo. Mesmo assim, a Oposição Operária será alvo de uma violenta campanha por parte dos escalões dirigentes do partido, e parecerá a eles algo intolerável.

## 2 – A Revolta de Kronstadt

No entanto, a primeira vez que as massas descontentes possuíam a possibilidade, não só de contar com uma plataforma política, mas também com armas nas mãos ocorreu com a rebelião de Kronstadt. Se a Oposição Operária era intolerável ao poder bolchevique, o que não dizer de uma revolta armada contra o mesmo, que possuía uma plataforma política definida e métodos de ação que lembravam a revolução de 1917?

No dia 3 de março de 1921, o primeiro número do jornal dos revoltosos, “Isvestia de Kronstadt”, vem à luz. Nele é publicado o programa de 15 pontos que exprimirá as principais reivindicações dos kronstadianos. Como esta plataforma é pouco conhecida entre nós, e como muito já se falou e escreveu de que a revolta da fortaleza não teria passado de uma rebelião chefiada pelos guardas brancos, resolvemos publicar na íntegra o programa:

“1) Considerando que os sovietes não exprimem mais a vontade dos operários e camponeses, é necessário proceder imediatamente à sua reeleição com escrutínio secreto. Uma livre campanha eleitoral deverá ocorrer antes, para que se possa honestamente informar as massas operárias e camponesas”. O que fica explícito neste ponto é que os revoltosos de Kronstadt não querem nem o fim do regime soviético nem a volta do regime czarista. Eles querem a reeleição dos sovietes, depois de uma campanha eleitoral “livre” e através do voto secreto.

“2) A liberdade de expressão e de imprensa para os trabalhadores e camponeses, anarquistas e socialistas de esquerda. Este ponto esclarece o anterior no que diz respeito às eleições livres: liberdade para todos aqueles partidos que houvessem apoiado a insurreição de outubro de 1917; os socialistas de esquerda, os anarquistas e os bolcheviques.

A respeito dos anarquistas russos é necessário dizer algumas palavras. Em primeiro lugar eles não formavam um bloco unitário e homogêneo como nós costumamos pensar. Eles se dividem em várias tendências, desde a direita, cujo líder era o principal e mais conhecido anarquista russo, Kropotkin, que apoiou os cadetes durante a Revolução de 1917, até a sua ala mais extremada que negava

todo papel de qualquer tipo de organização na luta da classe operária. Entre esses dois extremos existiam várias correntes, algumas das quais tiveram um papel importante na formação dos comitês de fábrica durante 1917, e na luta que estes comitês travaram para não serem engolidos pelo crescente aparelho administrativo e burocrático soviético. Durante a guerra civil, os anarquistas se comportaram também de forma diferenciada. Alguns se aliaram ao poder bolchevique, e mesmo em algumas batalhas, os anarquistas realizavam avanços considerados impossíveis pelos estrategistas militares, e muitas vezes foram absolutamente fundamentais, como no caso de Makhno para a vitória do exército vermelho. Outros, depois de terem se aliado aos bolcheviques e derrotado os exércitos brancos, não aceitaram as limitações à sua autonomia que o poder soviético deseja impor, e foram derrotados militarmente pelo Exército Vermelho. Outros, ainda, apoiavam os bolcheviques, embora criticando as medidas tomadas na reorganização da economia nacional, por julgarem-nas centralizadoras ao extremo e prejudiciais à participação e controle da classe operária sobre o Estado soviético.

Na revolta de Kronstadt, os anarquistas tiveram novamente comportamento diferenciado. Alguns, como Victor Serge, percebendo que o conflito era inevitável e que toda mediação era infrutífera, apoiaram os bolcheviques por entenderem que somente esses tinham condições de manter o poder na Rússia. A derrota dos bolcheviques, para Victor Serge, significava entregar o poder à contrarrevolução. Outros, por fim, apoiaram Kronstadt, por entenderem que era uma revolta legítima dos trabalhadores contra a opressão do Estado soviético. Estes desenvolveram a teoria da 3a. Revolução: depois da de fevereiro, que derrubou o czarismo, e da de outubro, que derrubou o governo Kerenski, uma terceira revolução se fazia necessária para derrubar o novo Estado construído pelos bolcheviques e instalar um regime igualitário.

Por isso, a exigência de liberdade para os anarquistas feitas pelos kronstadianos não é de estranhar. Em não poucos episódios da vida política russa dos últimos anos, estes estiveram presentes, lado a lado, com o proletariado no combate à contrarrevolução.

A exigência de participação dos socialistas de esquerda é mais fácil de se entender. Estes continuavam ainda com forte influência sobre as massas camponesas, e tal qual estas últimas, apoiaram de maneira vacilante o Exército Vermelho na guerra civil. Os socialistas de esquerda não eram, aos olhos da massa, contrarrevolucionários; e muitas das reivindicações que faziam, como o fim da política de requisição dos produtos agrícolas e levantamento da proibição do

comércio de grãos coincidiam com o desejo de amplos setores das massas trabalhadoras que viam nestas medidas as causas da crise por que passava o país. Tanto esse sentimento da massa era forte e correto que, ainda no X Congresso, Lênin proporá o fim das requisições e a liberdade de comércio dos grãos como forma de auxiliar a Rússia a sair da crise.

“3) Liberdade de reunião para os sindicatos operários e organizações camponesas”.

“4) Convocação, antes de 10 de março de 1921, de uma Assembleia Geral dos operários, soldados vermelhos, marinheiros de Kronstadt e Petrogrado”. O objetivo dessa reivindicação era de colocar novamente em contato as massas trabalhadoras de Petrogrado com os marinheiros de Kronstadt, contato esse interrompido desde o mês de janeiro, quando estalaram as primeiras greves naquela cidade. Notícias de que o Exército Vermelho havia reprimido severamente algumas fábricas corriam pela região, ao mesmo tempo em que as autoridades bolcheviques espalhavam com insistência notícias dando conta de que Kronstadt estaria sendo liderada por generais brancos. O que os kronstadianos queriam era obter e fornecer informações corretas aos operários e soldados de Kronstadt, bem como discutir com eles seus problemas comuns.

5) Colocar em liberdade todos os socialistas prisioneiros políticos bem como todos os operários e camponeses, soldados vermelhos e marinheiros presos após os diversos movimentos populares”. Ou seja, liberdade para os que divergiam politicamente dos bolcheviques mas se colocavam no campo da revolução, bem como de toda a liderança das últimas greves e levantes camponeses.

“6) Eleição de uma comissão encarregada de examinar os casos dos prisioneiros e dos internos em campos de concentração”. Desde o 2o. semestre de 1919 que a Checa tinha autonomia para prender e executar pessoas sem ter que recorrer aos tribunais criados pela revolução. Esta liberdade concedida à Checa estava fazendo com que ela cometesse diversas arbitrariedades contra operários e camponeses, e que estavam sendo denunciadas não só por Kronstadt, mas também por muitos membros do partido. Como resultado dessas reclamações, mais tarde o CC criará uma Comissão para investigar a Checa. No entanto, o que os kronstadianos exigiam era a eleição de uma comissão pelos trabalhadores, colocando na comissão elementos de confiança dos últimos, e não da confiança dos altos escalões do partido ou do Estado. (Bettelheim, 1976,255 e ss.)

“7) Supressão de todos os departamentos políticos (...)” Isto é, da polícia política e órgãos de investigações, fichamento e julgamento da Checa.

“(…) Além disso, nenhum partido deve ter o privilégio da propaganda ideológica, nem receber por aquela propaganda a menor subvenção governamental. Em seu lugar, nós propomos que sejam eleitas em cada vila comissões de cultura e de Educação financiadas pelo Estado”.

“8) Supressão imediata de todas as barreiras militares”. Criadas durante a guerra civil, as barreiras militares permaneceram mesmo depois da guerra para ajudar no controle dos operários que eram convocados para o trabalho obrigatório e se recusavam a aceitar a nova disciplina de trabalho. Logo depois do início das revoltas camponesas e das greves operárias as barreiras foram reforçadas para evitar que estas se alastrassem.

“9) Distribuição de uma igual ração alimentar para todos aqueles que trabalham, salvo aqueles que exerçam empregos particularmente penosos”. Esta reivindicação vai contra os crescentes privilégios dos altos funcionários públicos, do partido e dos oficiais do Exército Vermelho.<sup>1</sup>

“10) Supressão dos destacamentos comunistas de choque em todas as seções militares, o mesmo para a guarda comunista nas usinas e nas minas. Se são necessários destacamentos, que eles sejam designados pelos soldados das seções militares, que sejam nomeados pelos próprios trabalhadores”. Novamente uma reivindicação concreta contra a não obediência às regras da democracia proletária, pelo poder soviético.

“11) No que concerne aos camponeses, direito absoluto de ação sobre suas próprias terras, direito de criar o gado, na condição de que eles mesmo façam o trabalho, quer dizer, sem recorrer aos trabalhadores assalariados”. Esta reivindicação os bolcheviques trataram como uma contrarrevolução pequeno burguesa; uma demanda contrarrevolucionária que atestava a coloração branca da revolta de Kronstadt. ( Lenin, verão de 1920, *apud* Bettelheim, 1976, 206) Não obstante, alguns dias depois de terminada a revolta, ainda durante o X Congresso, Lênin propõe exatamente o que os revoltosos exigiam: liberdade de produção para os camponeses. A diferença é que enquanto os marinheiros concediam esta liberdade aos camponeses com a condição de que eles não explorassem outro trabalhador, os bolcheviques não só permitirão a exploração do trabalho assalariado no campo, como promulgarão uma lei defendendo os interesses dos camponeses médios contra a reivindicação de divisão igualitária da



terra, feita pelos camponeses pobres.

“12) Nós apelamos para todas as seções militares, bem como aos camaradas das escolas de cadetes, que se solidarizem conosco”.

“13) Nós exigimos que essa resolução seja amplamente difundida na imprensa”.

“14) Nós designamos uma comissão itinerante para acompanhar esta divulgação”.

“15) Nós exigimos que seja autorizado o trabalho livre a domicílio para os trabalhadores independentes”. Este foi outro ponto da plataforma de Kronstadt utilizado pelos bolcheviques para provar o parentesco dos revoltosos com os guardas brancos. No entanto, juntamente com as medidas concedendo maior liberdade para os camponeses, o X Congresso decretou leis que permitiam não só ao trabalhador independente trabalhar a domicílio, como ainda explorar mão-de-obra nesta produção. O objetivo dessas medidas era melhorar as condições de vida das massas desempregadas, e ao mesmo tempo, reavivar o comércio.

O partido bolchevique recebe a insurreição como uma tentativa contrarrevolucionária, abre uma violenta campanha de propaganda, afirmando que são generais brancos que comandam a revolta, não aceita a proposta de negociação com os revoltosos feita pelos mesmos antes da abertura das hostilidades pelo Exército Vermelho e impede qualquer contato dos marinheiros com os soldados e operários de Petrogrado. Depois de 17 dias de ataque à fortaleza, a revolta é derrotada.

A 12 de março, o *Isvestia* de Kronstadt publica a relação dos “generais brancos” que lideram a revolta. São eles membros do Comitê Revolucionário Provisório de Kronstadt. Na lista de 15 nomes encontramos 9 operários metalúrgicos ou carpinteiros, 2 timoneiros, um escrivão, uma telefonista, uma empregada da 3a. Escola Técnica, um primeiro ajudante médico. Com certeza uma porcentagem muito maior de operários que em qualquer órgão dirigente do partido bolchevique como do Estado soviético naquele período.

Como Lênin reconhece no X Congresso, uma enorme simpatia pela revolta tomou conta dos trabalhadores dos principais centros industriais. 120 A esses operários, o partido explica a violenta repressão exercida sobre a revolta, afirmando, - mesmo não conseguindo apresentar nenhuma prova concreta disso - que a insurreição de Kronstadt era a ponta de lança da contrarrevolução. Sem poder obter nenhum contato direto com os marinheiros revoltosos, os operários não tiveram meios de aferir por eles próprios se o que o partido bolchevique afirmava era verdadeiro ou não.

Em suas memórias, Victor Serge, falando desse período (ele estava em Petrogrado), conta como nas ruas desoladas da cidade, no final de um inverno onde o frio e a fome tinham sido os companheiros mais constantes da população, os operários se como os marinheiros de Kronstadt, que durante a revolução e a guerra civil não poucas vezes vieram com suas vidas defender os interesses dos trabalhadores, coloca uma questão decisiva: como seria possível os kronstatianos terem passado para a contra-revolução e estarem aceitando a chefia de um general-branco?.

A verdadeira razão que levou os bolcheviques a tratar tão violentamente os revoltosos é que eles constituíram a primeira formalização de uma plataforma política e econômica, elaborada pelos trabalhadores e soldados, a ser apresentada ao governo soviético. E o mais sério ainda era que essa plataforma era apresentada por quem possuía armas nas mãos, numa conjuntura onde o descontentamento das massas trabalhadoras em relação ao governo bolchevique era maior do que jamais fora.

### **3 – A Makhnovitchina**

A Makhnovitchina, isto é, o movimento social revolucionário liderado por Néstor Makhno foi um dos grandes momentos da revolução russa. No entanto, é quase totalmente desconhecido. Isto porque foi um movimento de inspiração anarquista e por isso foi muito combatido, criminalizado e finalmente destruído pelo poder bolchevique. Como sabemos, a história escrita sempre foi a história dos vencedores. Então, a história da revolução russa é, predominantemente, a história daqueles que venceram. Todavia, esse “venceram” é extremamente problemático. Porque, em termos de alcance do objetivo – a construção de uma sociedade comunista e mesmo de conseguir trilhar o caminho da transição socialista – foi, na verdade, uma derrota.

O que nos interessa, aqui, é fazer uma breve exposição a respeito desse movimento que não só teve uma enorme importância na luta pela revolução, mas também traz elementos importantíssimos para resgatar a autêntica perspectiva revolucionária.

Não se trata, como alguns poderão pensar apressadamente, de opor anarquismo e marxismo ou anarquismo e bolchevismo de maneira simplista. Inclusive porque tanto marxismo como anarquismo assumiram expressões muito diversas. Trata-se de, partindo dos pressupostos gerais estabelecidos por Marx, acima expostos, buscar compreender o processo histórico da luta dos revolucionários makh-

novistas, sem que isso implique total concordância com todas as suas posições.

A tradição de luta dos servos e camponeses ucranianos, vítimas de intensa exploração pelos proprietários das terras, sempre foi muito forte. Além disso, a luta pela autonomia e pela forma particular de organização social e libertária dos cossacos, especialmente dos zaporogues, que lá habitavam, também sempre foi muito intensa.

Em 1861 a servidão foi abolida, mas isso nem de longe significou o fim da brutal exploração dos antigos servos e camponeses.

Por sua vez, a presença, de longa data, de agitadores anarquistas contribuiu para intensificar as lutas e imprimir-lhes um certo caráter socialista.

Quando, pelo Tratado de Brest-Litovsk, assinado em 03/03/1918, a Ucrânia foi cedida pela Rússia ao império alemão e austro-húngaro, imediatamente se formou um movimento de resistência entre os camponeses não só contra esses invasores, mas também contra seus aliados internos – latifundiários e camponeses ricos. Amparado pela tradição das lutas contra os latifundiários, pela tradição libertária dos cossacos e pelas influências dos anarquistas, esse movimento se tornou cada vez mais forte e mais organizado, sustentando muitas lutas até a expulsão dos alemães e seus aliados. Inúmeros grupos de resistência se formaram, mas pode-se dizer que aquele liderado por Makhno foi, nessa área, o mais expressivo.

Nascido em 26/10/1888, desde cedo Makhno manifestou grandes qualidades de rebeldia e liderança. Tendo participado, ainda como adolescente, de lutas durante a tentativa revolucionária de 1905, foi preso. Levado a julgamento, junto com outros, teve sua sentença de morte comutada para prisão perpétua, tendo sido libertado ao iniciar-se a revolução de 1917.

Desde cedo, sua formação teve influência do anarquismo. Porém, já nessa época o anarquismo se dividia, nessa área, em duas grandes correntes. Uma, contrária a todo tipo de organização, defendia que a atividade dos anarquistas deveria apenas se limitar a fazer propaganda de ideias. Outra, que era favorável à participação em organismos populares e não apenas à propaganda. Makhno se filiava a esta segunda corrente. Mais tarde, inclusive, criticou severamente a postura daqueles que se limitavam à propaganda, enfatizando que esse era um ponto débil do anarquismo e defendendo a necessidade de organização, não só local, mas também regional e nacional e de participação nas organizações populares.

Ao longo de 1917 ele liderou a construção da União dos Camponeses, visando: ação coletiva, expropriação dos latifundiários e o

combate ao governo provisório de Kerenski. Também foram desenvolvidas lutas junto com a União Operária das Usinas e Fábricas e os Sovietes de Camponeses, Operários e Soldados, levando à formação do Auto Governo dos Trabalhadores.

Vale observar que o movimento makhnovista era, de fato, um movimento de base camponesa. Porém, é preciso também observar que a ampla maioria dos camponeses era constituída de pessoas pobres. E que se tratava de um movimento de massas. A ênfase era colocada na auto-organização dos trabalhadores, sendo que as diretivas gerais eram tomadas pelos congressos e assembleias e executadas pelos diversos níveis organizativos. Apenas as ações tipicamente militares eram levadas a cabo por um exército com uma relativa autonomia. O objetivo desse tipo de organização era permitir que a ação coletiva dos próprios trabalhadores fosse o eixo da luta e que esse lugar não fosse tomado por uma organização exterior à comunidade. Tratava-se, portanto, de uma autêntica revolução que tinha como objetivo eliminar a exploração dos trabalhadores e construir uma sociedade igualitária. Em função disso, em 1918 foram formadas várias Comunas Livres.

Na medida em que a resistência se fortalecia e aumentava o número de integrantes, as ações de guerrilha foram sendo articuladas com a criação do chamado Exército Insurgente Revolucionário.

A luta, levada a cabo pelo exército makhnovista, com amplo apoio das massas, se desenrolou durante os anos de 1918 a 1921. Ao longo dela se revelaram as qualidades excepcionais de Makhno como líder político, militar e estrategista. Combatendo ora os alemães e austríacos, ora os generais brancos – especialmente Denikin e Wrangel – ora os petliuristas – representantes da burguesia ucraniana, ora o exército vermelho, esse exército foi fundamental para a derrota da contrarrevolução.

Em relação ao Exército Vermelho e ao conjunto do Estado bolchevique a luta foi extremamente complicada. Em alguns momentos foi estabelecida uma aliança entre o Partido/Estado bolchevique e o Exército Vermelho, de um lado, e o Movimento Makhnovista, de outro. Esta aliança se verificou em momentos nos quais os brancos, apoiados pelas potências estrangeiras, constituíam uma ameaça enorme e iminente para a revolução. Tratava-se, todavia, pelo menos por parte do Partido/Estado bolchevique, de uma aliança claramente momentânea e oportunista. O objetivo final dos bolcheviques sempre foi o de eliminar por completo o movimento makhnovista.

Para compreender essa posição dos bolcheviques é preciso

entender as diferenças entre sua concepção da revolução e aquela do movimento makhnovista. Como vimos antes, em um primeiro momento, a revolução russa teve um claro impulso libertário, no sentido de uma intensa e ativa participação das massas. A formação dos soviets, por iniciativa das próprias massas, indica claramente esse caráter. E, mesmo após a tomada do poder pelos bolcheviques, esse impulso continuava no sentido de incentivar os trabalhadores a tomarem em suas mãos o processo de produção. Disso dá provas a formação das Comissões de Fábrica, cujo objetivo era colocar nas mãos dos próprios trabalhadores a gestão da produção, eliminando, assim, os patrões e outros elementos estranhos.

Todavia, já em dezembro de 1917 teve início o processo de eliminação do poder das Comissões de Fábricas sobre a gestão da produção. Ao mesmo tempo, também os sindicatos foram sendo transformados em correias de transmissão do poder do Estado, supostamente um Estado que representaria os interesses dos trabalhadores. Nesse processo, também vimos como se formou um corpo burocrático que passou a deter o poder econômico, político, jurídico, militar e repressivo. Era a esse Estado, dirigido pelo Partido Bolchevique, tendo à testa Lenin e também Trotski, que era atribuído o poder de organizar e dirigir todo o processo social. Desse modo, já não eram as massas que controlavam o poder, mas era o poder que controlava as massas. Um conjunto de organismos burocráticos foi organizado para dirigir toda a vida social. Representantes – econômicos, políticos, jurídicos, militares e repressivos – eram indicados pelo Estado para a direção das fábricas e fazendas coletivizadas e para os organismos dirigentes das diversas localidades em todo o país, levando a uma cisão entre as massas e o aparato burocrático estatal. Qualquer questionamento a esse poder era visto como uma oposição à revolução, o que significaria passar para o campo inimigo e, com isso, estar sujeito a transferência, prisão e até execução. Inúmeros atos de autoritarismo e de violência foram cometidos por essa burocracia estatal, especialmente pelo exército e pela Tcheka, em meio a uma situação de guerra civil e de invasão das potências estrangeiras, provocando, juntamente com o agravamento dos problemas econômicos e sociais, o surgimento de muitos movimentos contrários, tanto no meio rural como nas próprias cidades.

Como já vimos, pode-se até admitir que, naquelas circunstâncias, essas decisões fossem necessárias para impedir a vitória da contrarrevolução. Todavia, e isso é o mais importante, não significa, de modo nenhum, que elas colocassem a revolução no caminho do socialismo.

Tratava-se, portanto, de uma concepção burocrática, centralizadora, hierárquica e equivocada de revolução socialista.

De outro lado, a análise bolchevique do campesinato afirmava que este era composto em sua maior parte por camponeses médios cujo único objetivo era se tornarem proprietários privados da terra. Desse modo, não seriam defensores da propriedade coletiva/social (socialismo), mas da propriedade privada, o que os levaria, no final das contas, para o campo contrarrevolucionário. Assim, todos os movimentos de insurgência acontecidos no campo teriam um caráter contrarrevolucionário e, portanto, teriam que ser duramente combatidos. Por isso mesmo, a luta dos makhnovistas foi caracterizada como bandidagem, como antissocialista e contra ela foram usadas todas as armas, não só materiais, mas também a calúnia, a difamação, o engano, a violência e a traição. Os poucos momentos de colaboração com os makhnovistas, admitidos pelos bolcheviques, premidos pelas circunstâncias, foram apenas interrupções momentâneas no interior de uma estratégia de completa eliminação. Trágico é lembrar que, com todas as diferenças, a perseguição que Trotski e seus seguidores sofreram de Stalin foi a mesma que ele infligiu a Makhno e a seus companheiros.

Por sua vez, os revolucionários makhnovistas tinham uma análise muito diferente da realidade. Para eles, a ampla maioria dos camponeses era composta de pessoas pobres com nenhuma ou pouquíssima terra. De modo que a luta era, sim, pela terra, mas em uma perspectiva de total superação de toda exploração e desigualdade social. Além disso, seu objetivo, em termos organizacionais, era de privilegiar a mais ampla participação possível das massas tanto na direção da vida da comunidade quanto na luta propriamente militar. A palavra de ordem “Todo poder aos soviets” adquiriu, assim, um significado profundamente diferente para os bolcheviques e para os makhnovistas.

Em uma entrevista que Makhno teve com Lenin, em 1918, em Moscou, ele afirma o seguinte ([www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org) - Makhno e Lenin: um diálogo histórico; Nestor Makhno -[www.nestor-makhno.info](http://www.nestor-makhno.info)):

Lenin, que se interessava muito sobre o que acontecia na Ucrânia, ocupada pelos exércitos invasores, me perguntou várias vezes sobre a atitude dos camponeses ucranianos e, sobretudo, queria saber como haviam recebido localmente os camponeses da Ucrânia o lema “Todo poder aos soviets”. Expliquei que os camponeses interpretaram este lema à sua maneira. Segundo eles, “Todo poder aos soviets” queria dizer que o poder, em todos os seus aspectos, devia se exercer diretamente com o consentimento

e vontade dos trabalhadores; que os soviets dos deputados, operários e camponeses, locais e regionais, não eram outra coisa que as unidades coordenadoras das forças revolucionárias e da vida econômica, enquanto durasse a luta que os trabalhadores sustentavam contra a burguesia e seus aliados, os social-revolucionários de direita e seu governo de coalizão.

E, como Lenin se manifestasse muito cético em relação aos anarquistas, enfatizando que eles só pensavam sobre o futuro e se esqueciam do presente, Makhno afirmou:

Suas afirmações, companheiro Lenin, de que os anarquistas não compreendem o presente e que não tem nenhuma relação com ele, são equivocadas. Os anarco-comunistas da Ucrânia (...) tem dado já demasiadas provas que demonstram sua compenetração com o presente. (...) Quase todas as Comunas Agrícolas tem sido criadas por iniciativa dos anarco-comunistas. A luta armada do povo da Ucrânia contra a reação (...) foi iniciada e organizada sob a ideologia e direção dos anarco-comunistas. A verdade é que vocês, tendo em conta os interesses de vosso partido, encontram inconvenientes em reconhecê-lo; mas isto tudo são fatos inegáveis. Vocês sabem muito bem a qualidade e a capacidade combativa de todos os destacamentos revolucionários da Ucrânia. Pois bem: mais da metade deles vão à luta sob a bandeira anarquista. (...) Não falo de mim pessoalmente, como tampouco do grupo ao qual pertencço, mas daqueles destacamentos e batalhões voluntários para a defesa da Revolução, os quais tem sido criados por nós e não podem ser desconhecidos por vossos altos comandos do Exército e da Guarda Vermelha. (...) O que foi dito demonstra a todos, e também a você, que nós os anarco-comunistas, estamos compenetrados com o presente, trabalhamos nele, e precisamente na luta buscamos a aproximação do futuro, sobre o qual pensamos muito e seriamente. Sobre ele não pode caber dúvida. Isto é, precisamente, todo o contrário da opinião que tem vocês de nós.

Na ocasião, Lenin admitiu que poderia estar equivocado.

O que Makhno defendia na entrevista com Lenin foi realizado durante todo o tempo que durou a luta dos makhnovistas. Vale lembrar que a realização concreta daquele ideário se deu em tempos de guerra, portanto em condições muitíssimo precárias, o que tornava a efetivação muito difícil e impunha distorções insuperáveis.

Fazendo um rápido comparativo entre as concepções bolcheviques e makhnovistas, pode-se perceber a enorme diferença entre elas.

Por exemplo, em relação aos soviets. Para os bolcheviques, quando se tratou de “passar à construção do socialismo”, como

afirmou Lenin após a tomada do poder, a direção do processo deveria caber exclusivamente ao partido, devendo as massas seguir incondicionalmente e sem questionamentos a sua orientação. Por isso tanto os sindicatos como as Comissões de Fábrica foram, aos poucos, transformadas em meras correias de transmissão das orientações do partido/Estado. O partido era considerado o detentor do conhecimento verdadeiro e revolucionário ao passo que as massas eram vistas como ideológica e politicamente atrasadas e detendo uma visão que não ultrapassava os seus interesses imediatos. No texto acima, pode ser visto o processo que levou à efetivação dessa relação entre partido e massas.

Ao contrário disso, os makhnovistas entendiam que as massas eram o verdadeiro e mais importante sujeito revolucionário e que elas, com o auxílio de elementos mais esclarecidos, podiam e deviam traçar os rumos do movimento. Os diversos órgãos não deviam ser mais do que executores das decisões tomadas pelas massas. E, ao contrário da existência de um poder centralizado, sua proposta, bem no sentido da lição extraída por Marx da Comuna de Paris, era de uma federação regional e nacional de Comunas, permitindo, assim, uma coordenação de todo o processo.

Outro exemplo: a respeito da questão militar. Depois de um primeiro momento, o Exército Vermelho restabeleceu a forma normal de todo exército. A participação era obrigatória, os oficiais eram nomeados, a continência era obrigatória, assim como havia uma hierarquia rígida e pagamentos diferenciados. Como na fábrica, a autoridade vinha de cima para baixo e não de baixo para cima.

Ao contrário, no Exército Insurrecional a participação era voluntária, os oficiais eram eleitos pelo conjunto dos combatentes, sendo ele apenas um órgão executivo das deliberações gerais tomadas pelos congressos. Além disso, havia uma vinculação muito estreita entre as forças armadas e o conjunto da população. Neste caso, a autoridade emanava da base, sendo que o topo representava o momento executor e operacional. A esse respeito afirmam Schmidt e van de Walt (2013, 255):

Conforme o EIRU (Exército Insurgente Revolucionário Ucrainiano) cresceu e expandiu seu controle sobre o território, ele criou espaço para o florescimento de uma revolução anarquista em grande parte do sul da Ucrânia. Com bases entre os camponeses pobres, mas com um apoio substancial urbano, a Revolução Ucrainiana envolveu expropriações de terra em larga escala, a formação de coletivos agrários e o estabelecimento de autogestão industrial, todos coordenados por federações e congressos de soviets. (Schmidt e van de Walt, p. 255)”



Vale a pena lembrar também o que Makhno afirmou, em retrospectiva, sobre a disciplina revolucionária. Diz ele (Dielo Truda. N. 7-8, dezembro de 1925 – janeiro de 1926).

“Alguns camaradas me fizeram a seguinte pergunta: como é que eu entendo a disciplina revolucionária? Vou lhes responder.

Compreendo a disciplina revolucionária como uma autodisciplina do indivíduo, estabelecida num coletivo atuante, de modo igual para todos e rigorosamente elaborada.

Ela deve ser a linha de conduta responsável dos membros desse coletivo, induzindo a um acordo estrito entre sua prática e sua teoria.

Sem disciplina na organização, é impossível empreender qualquer ação revolucionária séria. Sem disciplina, a vanguarda revolucionária não pode existir, porque então ela se encontrará em completa desunião prática e será incapaz de formular as tarefas do momento, de cumprir o papel de iniciador que dela esperam as massas.

(...)

Se os anarquistas estiverem firmemente ligados no plano organizativo e tivessem observado, em suas ações, uma disciplina bem determinada, não teriam jamais sofrido uma tal derrota.

(...)

Eis porque eu falo de uma organização libertária apoiada sobre o princípio de uma disciplina fraternal. Uma tal organização conduzirá ao acordo indispensável de todas as forças vivas do anarquismo revolucionário e o ajudará a ocupar seu lugar na luta do Trabalho contra o Capital.

(...)

A responsabilidade e a disciplina organizacionais não devem horrorizar: elas são companheiras de viagem da prática do anarquismo social.

Ainda acentuando essa característica típica da concepção

makhnovista de que a autoridade devia provir das massas, afirmam Schmidt e van der Walt (2013, 163):

Logo que entravam em qualquer cidade declaravam que não representavam nenhuma autoridade, que sua força armada não constrangia ninguém a qualquer obrigação, fosse de que natureza fosse, que se limitavam a proteger a liberdade dos trabalhadores. A liberdade dos camponeses e dos operários diziam, os makhnovista, pertence a eles próprios e não pode sofrer nenhuma restrição. É a eles mesmos que compete agir, construir, organizar-se como entenderem em todos os domínios da sua vida. Quanto aos makhnovista, só podem *ajudá-los* com um ou outro *conselho* ou *opinião* e por à sua disposição as forças intelectuais e militares necessárias, mas não querem em nenhum caso *prescrever* seja o que for. (idem, p. 163).

Mas, não era apenas no plano militar que se verificava essa característica libertária. Suas preocupações também abrangiam os planos político, organizativo, educativo, cultural e artístico. Ou seja, tratava-se de um processo que visava não apenas uma vitória militar, mas uma transformação em todos os aspectos da sociedade com a ativa participação da comunidade.

As duas concepções do que deveria ser uma revolução socialista se opunham de maneira radical e excludente. Impossível uma fusão ou mesmo uma aliança permanente. A vitória de uma significava, necessariamente, a derrota da outra.

Em síntese, pode-se dizer que a luta dos makhnovistas teve um caráter autenticamente revolucionário. A nosso ver, ela cumpria exatamente aquela afirmação de Marx de que a libertação da classe trabalhadora seria obra da própria classe trabalhadora, vale dizer, nenhum partido ou organização e muito menos qualquer tipo de Estado poderia substituir os trabalhadores na execução dessa tarefa. O que não significava, de modo nenhum, a exclusão do partido, mas uma relação inteiramente diferente entre partido e massas, na qual a espontaneidade, a criatividade e a participação intensa dessas fossem garantidas. O anarquismo praticado pelos makhnovistas nada tinha a ver com descompromisso nem com o presente nem com a organização ou a direção da luta. Aliando teoria e prática, demonstraram, mesmo sob condições duríssimas, que era possível enfrentar todos os obstáculos sem abrir mão da participação efetiva das massas no seu processo de libertação.

Cabe, todavia, observar que, diante das condições objetivas que foram apontadas acima, sua vitória, apesar de indicar o caminho mais apropriado, não significaria, de modo algum, o sucesso da revolução.

É parte da tragédia daquele tempo. A realidade objetiva põe, como já vimos antes, um campo de possibilidades. Esse campo, sempre resultado da atividade humana, nunca é rígido, inflexível. Ele permite uma certa flexibilidade, pois é resultado do entrelaçamento de inúmeras variáveis. É dentro desse campo que a subjetividade pode e deve atuar. Todavia, a flexibilidade não é absoluta. Ela tem limites que não podem ser ultrapassados sob pena de fracasso na obtenção do objetivo desejado. Infelizmente, a correção ou incorreção da ação prática só podem ser verificadas *post festum*. É o que aconteceu não só na revolução russa, mas em todas as tentativas revolucionárias que se pretendiam socialistas.



## Capítulo X – O X Congresso

Nessa conjuntura, o X Congresso do PC(b)R toma uma série de resoluções que jogaram importante papel na evolução posterior da Rússia soviética.

No plano econômico, a medida mais importante adotada já no final do X Congresso é a decisão de se modificar a política econômica seguida até aquele momento, dando início à Nova Política Econômica (NEP). As decisões a esse respeito garantirão a liberdade de comércio de grãos, substituindo a política de requisição dos produtos agrícolas por um imposto em espécie, permitindo ao camponês comercializar o excedente. Outras medidas permitirão o funcionamento de pequenas oficinas e artesanatos com o objetivo de inserir em alguma tarefa produtiva os milhares desempregados, melhorando sua situação, e ao mesmo tempo incentivando o comércio através do aumento da oferta de mercadorias.

São aprovadas também as negociações feitas com os países capitalistas europeus para que estes invistam capitais na Rússia. Estes investimentos eram considerados indispensáveis para a retomada da economia soviética.

No entanto, para o objetivo do nosso estudo - a crise do movimento comunista internacional - o que nos interessa são as medidas políticas adotadas no X Congresso, principalmente no que diz respeito ao funcionamento interno do partido bolchevique.

A análise que Lênin apresenta ao X Congresso sobre as divergências que surgiram no interior do partido a respeito das medidas adotadas e a serem adotadas no futuro tendo em vista a organização da sociedade soviética começa por caracterizar a conjuntura política

que vivia o poder soviético como muito instável e perigosa. “Em um país como a Rússia, o enorme predomínio do elemento pequeno-burguês e a devastação, o empobrecimento, as epidemias e a má colheita, a extrema agilização da miséria e as penúrias do povo como resultado inevitável da guerra, engendram flutuações do povo como resultado pronunciadas no estado de ânimo das massas pequeno-burguesas e semiproletárias. Estas flutuações tendem primeiro a fortalecer a aliança dessas massas com o proletariado, e logo a restaurar a burguesia. A experiência de todas as revoluções dos séculos XVIII, XIX e do século XX mostra com a maior clareza e evidência que o único resultado possível dessas flutuações - se debilita ao mínimo a unidade, a força e a influência da vanguarda revolucionária do proletariado - é a restauração (ressurgimento) do poder e da propriedade dos capitalistas e proprietários de terras”. (Lenin, 1977, vol XII, 13-14)

Para Lênin, naquela conjuntura, o perigo de restauração da contrarrevolução se encontrava numa contrarrevolução pequeno burguesa, na qual as massas semiproletárias funcionariam como o primeiro estágio de uma contrarrevolução dos capitalistas e latifundiários. A única saída que possibilitaria uma vitória para o proletariado era a unidade máxima de sua vanguarda e o fortalecimento da influência da mesma.

Dessa perspectiva, portanto, a própria existência de divergências e da expressão orgânica dessas divergências - as frações - já eram um fato negativo em si.

Para Lênin, bem como para a maior parte dos bolcheviques, manter (ou aumentar) a influência do partido equivalia a não abrir mão do direito de nomear os principais dirigentes políticos e econômicos de cada localidade ou setor da economia em favor de um maior poder de influência das massas sobre o aparelho administrativo e econômico. Para os bolcheviques, a ditadura do proletariado era inconcebível se implicasse uma diminuição das prerrogativas e a redução do poder de fazer nomeações que o partido possuía.

Por essa razão, a exigência feita pela Oposição Operária, e também pelos revoltosos de Kronstadt, de que o processo de nomeações e cooptações fosse substituído pelo processo de eleições livres (com escrutínio secreto, acrescentaria Kronstadt) dos funcionários e dirigentes pelos próprios trabalhadores, era identificada como uma forma de enfraquecer a influência do partido e assim auxiliar a contrarrevolução burguesa a penetrar sorrateiramente revolução adentro.

Da mesma forma, a reivindicação de que o poder econômico fosse entregue a um Congresso dos Produtores de Toda a Rússia, era considerada um desvio anarco-sindicalista (portanto, pequeno-bur-

guês) pelas camadas dirigentes do partido bolchevique e como tal combatida em favor do aprofundamento das medidas tomadas no sentido de aumentar a centralização (a “eficiência”) dos organismos dirigentes. Era necessário acabar com os questionamentos da política seguida pelo CC. Lênin com a palavra:

Não seria de temer um pequeno desvio sindicalista, ou semi-anarquista. O partido adquiriria consciência dele com rapidez e decisão e poderia corrigi-lo. Mas se esse desvio está relacionado com o predomínio gigantesco do campesinato no país, se este campesinato está mais descontente a cada dia com a ditadura do proletariado, se a crise da propriedade camponesa está chegando ao extremo (...) não é este o momento de dizer claramente: não permitiremos debates sobre desvios, tem-se que por fim a isso. O Congresso do partido pode e deve fazê-lo, deve tirar daqui as lições pertinentes e agregá-las ao informe político do CC, respaldá-las, referendá-las e convertê-las numa obrigação, em uma lei para o partido. O ambiente de discussão se vai fazendo perigoso, em alto grau, se vai convertendo em uma ameaça direta à ditadura do proletariado. (Lenin, 1977, vol XII, 15)

Ao mesmo tempo, Lênin, para combater as ideias da Oposição Operária e depois de Kronstadt, afirma que a ameaça de contrarrevolução pequeno-burguesa que pesa sobre a Rússia é mais ameaçadora do que as forças recém derrotadas na Guerra Civil. Os pequeno-burgueses querem entrar no PC da Rússia e impulsionar de um ou de outro modo a contrarrevolução, entregando o poder à tendência política mais propensa a aparentar que reconhece o Poder soviético. Esta propaganda deveria também explicar a experiência das revoluções anteriores, ”quando a contrarrevolução apoiava os grupos oposicionistas mais próximos ao partido revolucionário extremo, para fazer vacilar e derrubar a ditadura revolucionária, abrindo com ele o caminho para a posterior vitória completa da contrarrevolução dos capitalistas e dos latifundiários”.

O ponto 4 começa a estabelecer as novas bases dentro das quais deverá acontecer a luta de opiniões no interior do partido. “Há que organizar a crítica absolutamente necessária dos defeitos do partido de modo que toda proposta prática se exponha com a maior clareza possível e seja submetida, no ato, sem papelaria alguma, ao exame e decisão dos organismos dirigentes locais e do organismo central do partido”. Ou, em outras palavras, a crítica “necessária” deveria ser feita diretamente aos organismos dirigentes locais e centrais, e não mais aos organismos de base ou célula ao qual o militante pertence. Além disso, as críticas deveriam levar em consideração a “situação do partido entre os inimigos que o rodeiam”, de modo a

que não adquira formas “capazes de favorecer os inimigos de classe do proletariado”. Quais são essas formas, e quem deveria julgar se a forma que uma crítica eventual assumisse estaria auxiliando ou não a contrarrevolução não é explicitado.

Continua o ponto 4: “Toda análise de pauta geral do partido, ou a apreciação de sua experiência prática, a comprovação do cumprimento dos acordos do mesmo, o estudo dos métodos para corrigir os erros de modo algum devem ser submetidos à discussão prévia dos grupos que se formam com qualquer “plataforma”, etc, senão que devem ser submetidos exclusivamente à discussão direta de todos os membros do Partido”. Ou seja, toda a discussão prévia sobre os pontos essenciais da vida partidária em grupo era proibida; toda crítica deveria ser enviada aos órgãos dirigentes locais, ou centrais, os quais a resolução não obriga a remetê-las ao conhecimento do resto do partido.

O ponto 5 aponta a necessidade de se continuar a luta contra a burocracia e a necessidade de depuração do partido dos “elementos não proletários e inseguros”, como havia apontado a Oposição Operária. Neste mesmo ponto, o Congresso rejeita o “desvio sindicalista e anarquista” do “grupo da chamada Oposição Operária”.

Ponto 6: “Pelos razões expostas, o Congresso declara dissolvidos e prescreve dissolver imediatamente todos os grupos, sem exceção, que se tenham formado com tal ou qual plataforma (a saber: ”Oposição Operária”, “Centralismo Democrático”, etc). O não cumprimento deste acordo do Congresso acarretará a imediata e incondicional expulsão do partido”.

Sem dúvida alguma, este ponto da resolução é o ponto que maior tem causado a maior controvérsia nas análises que são feitas das resoluções adotadas pelo partido bolchevique nesta fase de sua história. Apesar de Lênin, numa resposta a Riazánov, afirmar que “não podemos privar o partido e os membros do CC do direito de apelar ao partido em caso de discrepâncias fundamentais”, na prática de um partido regido pelo centralismo democrático, a proibição das frações equivale exatamente a isso. Na história desses partidos, toda luta interna sempre se desenvolveu através da formação de frações (declaradas ou não), onde os elementos de opiniões semelhantes se aproximam com o objetivo de lutar para que seu ponto de vista prevaleça em todo o partido.

A trajetória política de Lênin, na construção do partido bolchevique é um exemplo vivo disso. Inúmeras foram as ocasiões em que ele organizou parcelas do partido para agir contra as decisões adotadas pelos órgãos dirigentes (não só do CC, como também con-



tra resoluções do próprio Congresso do Partido, antes de 1917). Estas restrições, somadas àquelas adotadas pelo IX Congresso do Partido, no ano anterior, de que a crítica somente poderia ser feita, depois de cumprida a resolução, fazem com que a crítica aos órgãos dirigentes se torne cada vez mais rara.

Além disso, a proibição das frações aumenta ainda mais o desequilíbrio natural, que já existe numa estrutura regida pelo centralismo democrático, em favor do CC em relação a todo o resto do partido. Numa estrutura centralista democrática o CC é o único organismo partidário que possui acesso imediato e facilitado a todas as informações, no que diz respeito à vida interna do partido e à situação do país. Isto faz com que o grupo que forma o CC funcione como um grupo privilegiado no interior da estrutura partidária pelo nível de informações muito superior que possui sobre o resto do partido. Mas não só isso. Depois do X Congresso é o único grupo de militantes autorizados a discutir em grupo os assuntos em pauta, ao redor ou não de um documento prévio e desta forma é, na realidade, a única fração autorizada a funcionar no interior do partido.

A “resolução sobre a Unidade do Partido” faz aumentar ainda mais o peso do CC no interior do partido bolchevique àquela altura dos acontecimentos, afastando e dificultando ainda mais a influência da base do partido e da classe operária sobre os órgãos dirigentes.

Ponto 7: Com objetivo “de implantar uma severa disciplina no seio do partido e em todo o trabalho dos soviets (...) o Congresso concede ao Comitê Central, no caso que se infrinja a disciplina e ressurja ou tolere o fracionismo, todas as sanções ao alcance do partido, inclusive a expulsão de suas fileiras (...)”. Esta medida somente poderia ser aplicada se uma maioria de 2/3 da assembleia de todos os membros do CC mais a Comissão de Controle votasse por essa medida. Ou seja, se concede o direito ao CC de expulsar qualquer elemento do partido, inclusive membros eleitos no Congresso para o CC. A medida seria aplicada no ato e não seria possível de ser recurso ao congresso do partido, já que este mesmo havia concedido este direito ao CC. (Lenin, 1977, vol XII, 4-29)

Esta foi a primeira vez que uma resolução do partido foi mantida secreta para os seus membros. O ponto 7 da resolução somente seria tornado público em 1924, depois da morte de Lênin, durante a XIII Conferência do PC(b)R no contexto da luta de Stalin contra Trotsky. O direito de todos os membros do partido

criticarem as resoluções do Congresso, direito sagrado no período anterior à Revolução de Outubro, passa a ser ainda mais limitado pelo precedente de um Congresso adotar resoluções secretas sobre seu funcionamento interno.

Na época de sua doença, Lênin pagará um alto preço a esse precedente Seu testamento político, que recomendava a retirada de Stalin da Secretaria Geral do Partido, bem como desautorizava a política que a Rússia seguia em relação às pequenas nações do antigo império czarista, será mantido secreto de todo o partido até 1956.

As consequências da resolução sobre o funcionamento interno do partido para o posterior desenvolvimento da revolução russa não serão pequenas,

A ameaça contrarrevolucionária pequeno-burguesa que Lênin aponta com tanta insistência em 1921, não era só um artifício para conseguir do Congresso a aprovação da “Resolução Sobre a Unidade do Partido”. Era uma realidade: a pressão que a massa camponesa e a pequena burguesia urbana exerciam sobre o partido e o Estado Soviético era enorme.

Esta pressão era fortalecida pelas posições que a pequena burguesia ocupava dentro do aparelho de Estado e do partido russo e as posições ocupadas por dirigentes burgueses e técnicos burgueses nos organismos dirigentes da economia russa. Dessas posições, podiam realizar uma aplicação distorcida das medidas adotadas pelo partido ou por Lênin; podiam ainda nomear e transferir quadros do partido e do Estado russo para postos que favorecessem sua penetração política. Assim, o aparelho estatal e partidário vai se contaminando com um espírito pequeno-burguês de funcionamento, uma rotina que vai lembrando o antigo aparelho estatal czarista.

A análise que faz Charles Bettelheim desse processo acentua que todas as pessoas que, ocupavam postos de responsabilidade ou subalternos no aparelho estatal ou do partido bolchevique e que trabalhavam de forma a reforçar as relações ideológicas e as práticas burguesas no interior desses aparelhos eram aliados objetivos das massas camponesas e pequeno-burguesas. Com isso, exercendo enorme pressão sobre o governo soviético, lutavam para extinguir os traços socialistas da revolução. Nesta conjuntura, a única força social que estava realmente interessada em modificar este quadro era a classe operária. Os camponeses e a pequena burguesia sentiam suas posições se fortalecerem cada vez mais com o passar do tempo no interior do Estado Soviético. Para essas camadas da sociedade, com o passar dos anos, a vida estava se “normalizando”. Descontente estava o proletariado, que assistia sua influência sobre o partido e o governo

soviéticos diminuir a cada dia, entravado que estava pela atuação, no seu interior, dessa camada de pequeno-burgueses e técnicos formados no czarismo.

A Oposição Operária e a Revolta de Kronstadt, bem como as greves operárias do inverno de 1920/21 são legítimas manifestações de setores da classe operária contra este seu afastamento do poder de uma revolução do qual foi a principal protagonista.

Sem poder contar com a liderança do partido bolchevique para sistematizar e clarificar seus anseios, as massas operárias russas, sentido o peso de séculos de atraso, não conseguiram produzir uma plataforma política e econômica acabada capaz de se transformar numa alternativa à política implantada pelo governo bolchevique. E tiveram que contar para auxiliá-las nesse processo com elementos provenientes do anarquismo, notadamente daquelas correntes de esquerda do anarquismo que haviam conquistado o respeito das massas ao participar da revolução e da guerra civil. O vazio deixado pelo partido bolchevique junto à classe operária tinha que ser preenchido de alguma forma. E, em certa medida, o foi pelos anarquistas, que naqueles momentos exprimiam o profundo desejo das massas russas de que fossem respeitados os preceitos da democracia operária, tal como Lênin havia expressado em “O Estado e a Revolução”.

A atitude assumida pelos bolcheviques em relação a todas as oposições que surgiram no seu interior e principalmente em relação à Oposição Operária e à Revolta de Kronstadt, taxando-as pura e simplesmente de contrarrevolucionárias e de penetração da ideologia burguesa no interior do partido, ao mesmo tempo em que respondia suas exigências de maior democracia com o aumento da centralização das decisões políticas, não poderia mais que afastar as massas operárias dos sindicatos, dos comitês de fábricas e do próprio partido. Com isso o partido perde a única base social de apoio que poderia contar para derrotar a penetração da pequena burguesia e da ideologia burguesa no seu interior via aparelho burocrático do Estado e do Partido.

A revolta de Kronstadt e a Oposição Operária talvez pudessem servir como pontos de apoio para a direção bolchevique iniciar uma violenta luta de massas contra a burocracia, pois, elas expressavam, ainda que de forma confusa e ideologicamente pouco estruturada, os anseios de maior participação tanto das bases partidárias como da classe operária na gestão do Estado.

Isto teria implicado numa profunda mudança da concepção sobre o relacionamento do partido e as massas que dominava os dirigentes bolcheviques. Teriam que ser abertos novamente os ca-

nais de participação política direta das massas trabalhadoras. A luta política no interior das organizações de democracia proletária deveria ser estimulada, principalmente a eleição dos dirigentes pelas bases.

No entanto, o universo ideológico bolchevique fazia inconcebível a concessão de um maior espaço de participação política para as organizações de massa e para as bases do partido, num momento em que era necessário fazer grandes concessões ao campesinato e à pequena burguesia. Para Lênin, a única garantia de que a Revolução Russa não perderia seu caráter proletário estava, naquele momento, na concentração dos poderes de decisão nas mãos da velha guarda do partido.

Em 1922, Lênin diria no XI Congresso do partido: “O Estado não tem funcionado como esperávamos. E como vem funcionando? O veículo não obedece. Um homem está sentado ao volante e parece dirigi-lo, mas o veículo não segue a direção desejada, ele vai para onde o dirige uma outra força.” Segundo Charles Bettelheim, esta outra força é a dos capitalistas, dos especuladores e dos aparelhos administrativos que estão sob a influência da burguesia. (Bettelheim, 1976,264)

Ainda neste Congresso, Lênin afirmaria: “Se considerarmos Moscou - 4700 comunistas responsáveis - e a máquina burocrática, esta massa enorme, quem dirige, e quem é dirigido?” “Na verdade, não são eles (os comunistas) quem dirige. Eles é que são dirigidos”. (Bettelheim, 1976,265)

Em 1921 surge em Praga, organizado por um russo branco chamado Ustrialov, uma compilação de textos intitulados “Smiena Viekh” (Mudança de Direção). Para esse grupo de emigrados, partidários do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a “revolução de Outubro teve o imenso mérito de fazer surgir e mobilizar os “adversários mais corajosos e impiedosos do antigo regime czarista apodrecido; eles (os bolcheviques) destroçaram os setores intelectuais apodrecidos da intelligentsia que só sabiam falar em Deus e no Diabo, movimentaram as camadas populares”, de modo “que abriram o caminho à criação de uma nova burguesia”. Uma burguesia que, através de múltiplas provas, “fortaleceu sua vontade e seu caráter e agora entra em cena, mais jovem, mais enérgica, mais americana”.

“Denunciando a via traçada pelos Smenovkhoctsi, Bukharin mostra como a burguesia ”apoia” de maneira muito peculiar o poder soviético, “penetrando pouco a pouco nos poros do aparelho”, introduzindo aí seus elementos, transformando lentamente, mas com perseverança, as características do Estado Soviético.” Bukharin continua afirmando que, se não se detivesse essa penetração: “Chegaríamos a

uma situação em que todas as declarações, o canto da Internacional, a forma soviética de governo seriam mantidos exteriormente, enquanto que o conteúdo interior de tudo isso já estaria transformado. Esse conteúdo corresponderia à expectativa, aos anseios, às esperanças e aos interesses dessa nova camada burguesa que cresce, constantemente e se torna cada vez mais forte, e que, por meio de mudanças lentas e orgânicas conseguiria modificar todas as características do Estado Soviético e colocá-lo, pouco a pouco, nos trilhos de uma política puramente capitalista. A antiga burguesia apodrecida, que vivia das esmolas do governo czarista, seria então substituída, graças à Revolução Russa, por uma nova burguesia, que não recua diante de nada, que abre seu caminho sob o signo do nacionalismo para avançar no sentido de uma nova Rússia capitalista e burguesa, grande e poderosa”.

No final de sua vida, particularmente em 1923, em algumas ocasiões Lênin percebe a necessidade de se contar com as massas para derrotar esse enorme aparelho burocrático, infiltrado de burgueses, que estava esmagando a revolução russa. Chega mesmo a propor que fosse incluído um número de operários, saídos diretamente da fábrica, no CC, numa tentativa de aumentar a influência da classe operária sobre o governo russo. No entanto, depois de tantos anos de revolução, guerra civil e dificuldades para participar da direção do país (muitos deles colocados pelos próprios bolcheviques), a classe operária entra em profundo descenso e descrença de sua força. Seja pela razão que for, o fato é que ela não fornecerá a base social de apoio para que, depois de 1921, por longos anos surjam movimentos de massas trabalhadoras, no interior da Rússia soviética, dispostos a lutar até o fim contra a burocracia e por um Estado de fato controlado pelas massas operárias.



## Conclusão

À luz dos critérios estabelecidos por Marx, critérios que, como vimos, não são meras elucubrações teóricas, mas elementos gerais abstraídos do processo real, podemos afirmar que a revolução russa, não obstante todas as intenções, não foi uma revolução socialista. Não por causa de erros ou falta de empenho e dedicação, mas porque, nas circunstâncias concretas, isso não era possível.

Independente das lutas, do esforço, da dedicação, das boas intenções, a vitória, paradoxalmente, foi uma derrota. Mas, mais importante: não foi uma derrota devida aos seus inimigos – internos e externos. Ela foi derrotada principalmente pelos que a iniciaram e a dirigiram. Realizou-se a “profecia” de Radek: se ela fosse derrotada pelos seus inimigos, ela se levantaria rapidamente. Mas se fosse derrotada pelos próprios revolucionários, suas consequências seriam muito piores e levaria muito mais tempo para ser retomada. Imediatamente, foram os caminhos escolhidos pelos seus dirigentes que levaram a revolução a se desencaminhar. Mas, em nível mais profundo, foram as circunstâncias históricas já mencionadas que tornaram impossível o seu sucesso. Já expusemos anteriormente.

Todavia, afirmar que a revolução russa foi derrotada, que não teve um caráter socialista não significa, de modo nenhum, desconhecer, menosprezar ou diminuir as enormes consequências desse extraordinário acontecimento. A começar pelo engajamento de milhões de pessoas norteadas pelo objetivo de mudar o mundo, buscando eliminar a exploração e a dominação do homem pelo homem e construir uma sociedade onde todos pudessem levar uma vida digna.

Infelizmente, mesmo entre os marxistas, a maioria parte do pressuposto de que a revolução russa teve um caráter socialista. Desse modo, toda a discussão centra-se na busca do como, quando e porque ela degenerou. Este modo de proceder vicia, *in limine*, todo debate, pois parte de um pressuposto falso. As consequências desse ponto de partida são enormes.

Em primeiro lugar, fica falseada a noção de socialismo – como período de transição – pois ele fica reduzido às ideias de nacionalização, estatização, planejamento econômico geral e supressão político-jurídica da propriedade privada. Como vimos, nada disso abre o caminho para a supressão efetiva da propriedade privada, pois ela repousa sobre as relações de produção e não sobre as relações de propriedade. Não é à toa que o conceito de trabalho associado, peça-chave na teorização marxiana sobre a construção de uma sociedade comunista nunca comparece nesse debate. Esse encaminhamento do debate deu margem ao surgimento de ideias absolutamente equivocadas como a de “socialismo real”, “socialismo democrático” e “socialismo e liberdade”.

Em segundo lugar, e ainda como consequência daquele ponto de partida. A crítica aos desvios da revolução russa se centrou no âmbito da política. Vale dizer, como, do ponto de vista econômico, embora com muitos defeitos, insuficiências e problemas, estava sendo trilhado o caminho da transição do capitalismo ao comunismo, os problemas mais importantes se situavam na necessidade de resgatar a democracia e a cidadania.

Em terceiro lugar, criou-se o “conceito” de “Estado Operário”. O que, considerando a natureza do Estado, não tem o menor cabimento. Vale lembrar, aqui, o que Marx afirmou a respeito do Estado ao analisar a Comuna de Paris e que já citamos acima: que o Estado burguês não pode ser tomado e ser posto a serviço dos seus objetivos, mas destruído. Que haja necessidade de poder para combater a burguesia e defender os interesses dos trabalhadores, não resta a menor dúvida, enquanto perdurarem as classes sociais. Todavia, esse poder de modo nenhum se confunde com a existência de um Estado, isto é, de um órgão separado do conjunto dos revolucionários e acima deles. Entendemos, por isso, que a constituição de qualquer tipo de Estado ou de organização que se sobreponha às massas e esteja separa delas é indício seguro de descaminho da revolução.

Em quarto lugar, estabeleceu-se como correta a relação entre a direção partidária e as massas na qual era atribuída à primeira a prioridade na condução do processo, uma vez que ela seria a depositária do saber científico, único capaz de orientar corretamente a luta.



Como vimos, isso contribuiu fortemente para cercear a vida ativa e participante das massas, resultando no crescente afastamento delas do protagonismo no processo revolucionário e, inclusive, na repressão, muitas vezes brutal, de todos aqueles que ousassem discordar do pensamento e das ordens oficiais.

Em quinto lugar, a degeneração teórica. A teoria deixou de ser um guia para a ação, tradução teórica da realidade concreta, para se transformar em um receituário dogmático e ossificado, um repositório sagrado do qual se podiam extrair quaisquer citações para corroborar as decisões emanadas dos órgãos dirigentes. O resultado disso foi a formação de militantes e intelectuais avessos ao questionamento e à investigação séria e livre e subservientes às ordens superiores.

Todas essas deformações contribuíram, e ainda contribuem poderosamente para deformar as ideias a respeito do que seja socialismo, difundindo não só a ideia de sua inviabilidade, mas também de que ele seria um tipo de sociedade autocrático, repressivo, coletivista e cerceador do desenvolvimento dos indivíduos. O fracasso desse tipo de “socialismo”, que de socialismo não tinha nada, resultou em um forte argumento para sustentar a sua inviabilidade.

O insucesso dessa empreitada não significa, de modo nenhum, que ela seja impossível. Não há como negar, de modo científico, a possibilidade de eliminar o trabalho assalariado, fundamento da sociabilidade capitalista e, em seu lugar, instaurar o trabalho associado, base de uma sociedade comunista. O que se pode afirmar é que o capital ganhou uma importantíssima batalha, e várias outras se levarmos em conta as tentativas chinesa, cubana, vietnamita etc. Todavia, ele não ganhou a guerra. Mais ainda: nessa guerra entre capital e trabalho, o primeiro pode ganhar muitas batalhas, mas jamais pode ganhar a guerra no sentido de derrotar por completo o trabalho, pois, afinal sem este nem existiria capitalismo. Por outro lado, o trabalho pode, sim, obter uma vitória absoluta sobre o capital porque o trabalho associado, fundamento do comunismo, significaria a eliminação total do capital.

Que lições tirar desse extraordinário acontecimento para as lutas atuais dos trabalhadores?

Hoje, quando a crise estrutural do capital se faz presente com toda a intensidade e com conseqüências imensamente perversas para a humanidade, mas especialmente para os trabalhadores, e, portanto, quando as condições objetivas essenciais para uma revolução estão presentes, é importantíssimo que retiremos algumas lições daquela ousada tentativa de assalto aos céus e dos seus posteriores desdobramentos.

Em primeiro lugar, a imperiosa necessidade de resgatar, teórica e praticamente, a perspectiva revolucionária, perdida em favor do reformismo e do politicismo. Esse resgate passa pela retomada da concepção histórico-materialista da história, tendo como ponto de partida o trabalho como categoria fundante do ser social e, portanto, em uma forma específica, como fundamento de qualquer forma de sociabilidade. Tomar o trabalho, em sentido ontológico, como ponto de partida, nada mais é do que seguir os passos indicados por Marx em várias de suas obras – especialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A ideologia alemã*, *Contribuição à crítica da economia política*, *Miséria da Filosofia*, *Grundrisse* e *O Capital*.

Em segundo lugar, a partir dessa base, fundamentar a possibilidade e a necessidade da superação radical do capital e do capitalismo e da construção de uma sociedade comunista, isenta de toda exploração e dominação do homem pelo homem. Esta fundamentação sólida e científica é sumamente importante diante da realidade atual e dos ataques de todo tipo de conservadorismo e reformismo. Trata-se, aqui, de demonstrar que a superação do capital e a construção de uma sociedade comunista, embora não inevitáveis, é são possibilidades reais e não apenas um desejo ou uma especulação. E que, além disso, são uma necessidade para a própria sobrevivência da humanidade e a única alternativa positiva.

Em terceiro lugar, fundamentar a possibilidade e a necessidade da revolução, como mediação indispensável para alcançar aquele objetivo. Combatendo, com isso, tanto a ideia de perenidade do capitalismo, como qualquer proposta de reforma ou aperfeiçoamento dele. Enfatizando, todavia, a necessidade de resgatar o conceito marxiano de revolução proletária: uma revolução política com alma social. Opondo-se, assim, ao reformismo e ao politicismo que marcaram fortemente tanto o conceito de revolução como o processo de superação do capitalismo, a partir da revolução russa. Enfatizando, também, a origem e a natureza do Estado e sua dependência ontológica em relação ao capital. Daí a prioridade da dimensão do trabalho sobre a dimensão da política e, no caso da revolução proletária, a prioridade ontológica do trabalho associado, como norteador de todo o processo revolucionário.

Em quarto lugar, a imperativa necessidade de rever a relação entre as massas e quaisquer organizações, especialmente dos partidos, que predominou ao longo da revolução russa e que perdura até hoje. Não se trata de opor espontaneísmo a dirigismo, mas de encontrar a justa articulação que, sem desconhecer a importância, a necessidade e o papel dos partidos, deixe clara a prioridade das massas no processo

revolucionário. Como se pode ver no desenrolar da revolução russa, há uma incompatibilidade entre atribuir às organizações (partidos e outros órgãos) a tarefa de direção, de centralização do poder decisório, de estabelecimento das linhas gerais e a afirmação da importância da espontaneidade e da criatividade das massas. A prioridade tem que estar muito clara em favor das massas.

Em quinto lugar, resgatar e fundamentar a centralidade da classe operária como sujeito fundamental da revolução. Tarefa das mais importantes diante de inúmeras que sustentam o seu desaparecimento e sua substituição pelos mais variados movimentos sociais. Demonstrar que, por maiores que tenham sido as transformações – e foram muitas – ao longo dos séculos XX e XXI, aqueles que produzem a riqueza material da qual vive toda a humanidade, independente da situação em que se encontrem momentaneamente, ainda constituem, pelo menos potencialmente, a única classe autenticamente revolucionária, pois somente ela tem uma contradição absolutamente radical com o capital. Todavia, também deixar claro que isso não significa desconsiderar ou desmerecer as lutas por reivindicações parciais ou por questões identitárias. Estas são justas e importantes. No entanto, é imprescindível que elas sejam articuladas com as lutas de classes sob pena de, assim não procedendo, servirem no máximo como elementos de melhoria e até de legitimação dessa ordem social.



## Bibliografia

- ARSHINOV, P. *História do movimento makhnovista: a insurreição dos camponeses da Ucrânia*. Lisboa: Assírios & Alvim, 1976
- BETTELHEIM, C. *As lutas de classes na União Soviética (1917-1923)*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976
- BRINTON, M. *Los bolcheviques y el control obrero – el Estado y la contrarrevolucion 1917-21*. Ruedo Ibérico, 1972
- CLAUDÍN, F. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- KOLLONTAI, A. *A Oposição Operária*. Porto, Ed. Afrontamento, 1977.
- LENIN, V. I. *Obras Completas*. Lisboa, Avante, 1975
- LENIN, V. I. “La crisis ha madurado” in *Obras Escolhidas* em 12 volumes, Moscou, Editorial Progreso, 1977
- LENIN, V. U. *Imperialismo, fase superior do Capitalismo*. Lisboa, Avante, 1975
- LENIN, V.I. “A Crise no Partido”. In: *Obras Completas*, vol. XXXV Espanha, Akal Editores, 1978
- LENIN, V.I. *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978
- MAKHNO, N. et alii. *Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia*. São Paulo, Imaginário, 2001
- Makhno, N. *Nestor Makhno: le cosaque libertaire (1888-1934-La guerre civile en Ukraine, 1917-1921)*. Paris, Ed. De Paris, 1999
- Marx, K. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Expressão Popular, 2008
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004
- Marx, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Expressão Popular, 2008
- Marx, K., *Glosas Críticas Marginais ao Artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano*. São Paulo, Expressão Popular, 2010
- Marx, K. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011

- Marx, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo, Expressão Popular, 2009
- Marx, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Expressão Popular, 2008
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002
- REED, J. *10 Dias que Abalaram o Mundo*. São Paulo, Global, 1978
- S/A. *The bolsheviks and the October Revolution – minutes of the Central Committee of the Russian Social-Democratic Labour Party (Bolsheviks) August 1917- February 1918*, Londres, Pluto Press, 1974
- SCHMIDT, M. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland, AK Press, 2013.
- SKIRDA, A. *Os anarquistas russos, os soviéticos e a revolução de 1917*. São Paulo, Intermezzo Editorial, 2017
- TROTSKI, L. *História da revolução Russa*. Rio de Janeiro, Saga, 1967.

### Leituras complementares

- OLCINA, E. *Apuntes Revolucionários – Kronstadt*, Editora Zero, 1971, Espanha.
- SERGE, V. *O Ano I da Revolução Russa*. Boitempo, 2017.
- DEUTSCHER, I. Trotsky: uma biografia (em três tomos: *O profeta armado*, *O profeta desarmado* e *O profeta banido*). Civilização Brasileira, 2005.
- DEUTSCHER, I. *Stalin, uma biografia política*. Civilização Brasileira, 2006
- CARR, E. H. *História da Rússia Soviética* (uma vasta pesquisa, a edição original na Inglaterra tem 14 volumes pela editora MacMillan, de Londres. Há uma edição completa em espanhol.)



# COLETIVO VEREDAS

## LANÇAMENTOS 2018

**A grande revolução russa (1917-1921)**

Ivo Tonet e Sergio Lessa

**Lenin e o centralismo democrático** – Coleção Combate

Sergio Lessa

**O governo é contra os trabalhadores!** – Coleção Combate

Milena Santos

**Lukács e a educação**

Rafael Rossi

**Violência e capitalismo**

Maricelly Costa

**Prolegômenos a uma ontologia do ser social hoje tornada possível e Para uma ontologia do ser social**

G. Lukács - Trad. Sergio Lessa e revisão de Mariana Andrade

**Ciência marxista do sujeito** – Tomo II

Klaus Holzkamp

## REIMPRESSÃO:

**Método científico: uma abordagem ontológica**

Ivo Tonet

**Marxismo, religiosidade e emancipação humana**

Ivo Tonet

Vendas no site:  
[www.coletivoveredas.com](http://www.coletivoveredas.com)